



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Proposta de reabilitação e reconversão dos Pavilhões do Parque D. Carlos I nas Caldas da Rainha

Elin Lea da Silva Tang

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Arq^o Jorge Humberto Canastra Marum

Covilhã, Outubro de 2014

Agradecimentos

À minha mãe, por ser o meu maior exemplo de força e coragem. Sem ela, não seria o que sou hoje.

Às minhas irmãs, Luisa e Jennifer, pelo apoio e força incondicionais.

Ao Fernando, pela disponibilidade e encorajamento.

À minha avó, pela fé que tem por mim.

Ao Bruno, por toda a dedicação, esforço e paciência nestes últimos meses de luta. Obrigado por acreditares que eu seria capaz.

A todos os meus amigos que me acompanharam neste percurso e foram como uma família.

Ao meu orientador, Jorge Marum, pela orientação, trabalho e rigor.

Ao meu pai. É a ti que dedico esta dissertação.

Resumo

Esta dissertação trata-se da elaboração de uma proposta de reabilitação e reconversão de um edifício patrimonial em significativo estado de degradação, no parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha.

Propõe-se a reabilitação do edifício dos Pavilhões do parque D. Carlos I, na reconversão de um equipamento hoteleiro, concretamente, numa Pousada de Portugal. A opção pela função deste edifício, surge da tradição de funcionamento deste tipo de equipamentos em belos exemplos de património arquitectónico português, como castelos, conventos, etc., e da tentativa de utilização da função de edifícios hoteleiros como motores de desenvolvimento local.

O investimento do sector turístico em Portugal, conta com uma diversidade de recursos excepcionais cativando investimento e interesse turístico que compete com modelos turísticos internacionais. Entendemos fundamental preservar o património utilizando-o como motor de desenvolvimento e divulgação, sobretudo, em cidades como as Caldas da Rainha, onde o tema do turismo termal assume e deveria continuar a assumir-se, como o principal tema da identidade da cidade.

Neste sentido, o propósito da reabilitação do património trata não apenas da recuperação de um edifício em degradação das Caldas da Rainha, mas da resposta aos modelos de competitividade termais, criando condições de hospedagem para as Termas das Caldas da Rainha, ao mesmo tempo, permitindo um avanço histórico nesta cidade termal que estagnou.

Com esta proposta de reabilitação dos Pavilhões do Parque, acreditamos que a recuperação do edifício patrimonial como um lugar misto de lazer e alojamento, possa salvaguardar a história e a identidade da cidade das Caldas da Rainha, desenvolvendo turisticamente o local e o seu tema principal, as Termas.

Palavras-chave

Turismo | Património | Reabilitação | Reconversão | Pousada

Abstract

This thesis addresses a proposal for rehabilitation and reconversion of a heritage building in a significant state of disrepair, on the park D. Carlos I, in Caldas da Rainha.

It is proposed to rehabilitate the building of the park pavilions D. Carlos I, in the reconversion of one hotel complex, namely, Pousada de Portugal. The option for the function of this building, emerges from the tradition of operating these type of facilities in beautiful examples of Portuguese architectural patrimony such as castles, convents, etc., and the attempted use of hotel buildings as motors for local development.

The investment in the tourism sector in Portugal, has a variety of exceptional resources captivating investment, touristic interest that competes with international touristic standards. With a fundamental understanding to preserve patrimony, using it as a catalyst for development and divulgation, especially in cities like Caldas da Rainha, where the subject of thermal tourism assumes and should continue to be assumed, as the main theme of the identity of the city.

In this sense, the purpose of rehabilitation of the patrimony is not just the recovery of building in degradation of Caldas da Rainha, but the response to the competitiveness of the thermal standards, creating lodging conditions for the thermal spa of Caldas da Rainha, while allowing a historic breakthrough in this spa town that stagnated.

With this proposed rehabilitation of the pavilions in the park, we believe that recovery of the patrimonial building as a place of mixed leisure and accommodation, can safeguard the history and identity of the city of Caldas da Rainha, developing the local as a touristic site and its main theme, the thermal baths.

Keywords

Tourism | Patrimony | Rehabilitation | Reconversion | Pousada

Índice

Introdução	1
Ponto Prévio	1
Problema	2
Objectivos	3
Hipótese	3
Metodologia	4
Normalização	5
Definições	6
1. Turismo	11
1.1. História e motivos de desenvolvimento	11
1.2. Portugal: a necessidade Turística?	15
1.3. O destinos turísticos em Portugal e a necessidade de equipamentos hoteleiros	24
1.4. Procura turística da sociedade contemporânea	30
1.5. Destino Turístico	32
1.6. Situação Actual do sector de Saúde e Bem estar	34
1.7. Factores do aumento do Turismo de Saúde e Bem-Estar	38
1.8. Tipologia do Alojamento Turístico	38
1.9. Estatísticas dos estabelecimentos Hoteleiros	45
1.9.1. Por Região	45
1.9.2. Por Tipologia	46
1.9.3. Empregabilidade	46
2. Termalismo	48
2.1. Contexto Histórico do Termalismo	48
2.2. Evolução de um espaço Termal	51
2.3. Sector Termal: Situação Actual	53
2.4. Morfologia dos espaços termais: tipologia, arquitectura e organização	55
2.5. Classificação das termas	61
2.6. Morfologia das cidades termais	63
3. O caso das Caldas da Rainha	69
3.1 História da Cidade: evolução urbana	69
3.2. Os elementos do aglomerado Termal	81
3.2.1. Hospital Real da Nossa Senhora do Pópulo	82
3.2.2. Igreja da Nossa Senhora do Pópulo	93
3.2.3. Casa da Convalescença	96

3.2.4. Passeio da Copa e da Mata	98
3.2.5. Pavilhões do Parque D. Carlos I	103
4. Problemáticas da Temática Termal	109
5. Proposta de reabilitação e reconversão dos Pavilhões do Parque D. Carlos I	113
Bibliografia	132

Lista de Figuras

- Figura 1.1** - Postal ilustrado do IV Congresso Internacional de Turismo da autoria de Raúl Lino (1879-1974), 1911 Pág. 19
Fonte: Portugal-Turismo no Século XX
<http://oeiraslocal.blogspot.pt/2008/04/portugal-o-turismo-no-sculo-xx.html>
- Figura 1.2** - Cartazes editados pela Sociedade de Propaganda da Costa do Sol (1930) e (1964), respectivamente. Pág. 19
- Figura 1.3** - Palácio Hotel Bussaco, Coimbra, 1888 Pág. 28
Fonte: *Thema Hotels*
<http://www.themahotels.pt/pt/hoteis/historic/bussaco-palace.html#!prettyPhoto>
- Figura 1.4** - Hotel Reid's, Funchal, 1891 Pág. 28
Fonte: *Boutique Hotel news*
<http://www.boutiquehotelnews.com/home/news/2013/8/30/refinancing-for-le-manoir-and-reids-palace/>
- Figura 1.5** - Hotel Avenida, Lisboa, 1892 Pág. 29
Fonte: História de Portugal
<http://www.historiadeportugal.info/hotel-avenida-palace/>
- Figura 1.6** - Hotel Palace Vidago, Chaves, 1910 Pág. 29
Fonte: *Splendida*
<http://www.splendia.com/pt/vidago-palace-hotel-vidago.html>
- Figura 1.7** - Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por região e tipologia 2012 Pág. 47
Fonte: Instituto Nacional do Turismo, 2012
- Figura 1.8** - Dormidas anuais por tipologia de alojamento turístico, 2012 Pág.47
Fonte: Turismo de Portugal
- Figura 1.9** - Número médio de pessoas ao serviço por tipo de alojamento, 2012 Pág. 47
Fonte: Instituto Nacional do Turismo
- Figura 2.1** - Planta Termal segundo Leon Battista Pág. 58
Fonte: Lacerda, Rui, 2011. *Arquitectura Termal. Em busca do balneário ideal.* Tede de doutoramento, Escola Técnica Superior de Arquitectura, p.22.
- Figura 2.2** - A Pompeia Bath por John William Godward (1861-1922) em 1821. Pág. 60
Fonte: The athenaeum
<http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=du&aid=230>
- Figura 2.3** - *A Favourite Costum* por Lawrence Alma-Tadema (1853-1920) em 1897. Pág. 60
Fonte: The athenaeum
<http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=du&aid=230>
- Figura 2.5**- *Cidade Termal, Bath, Inglaterra* Pág. 60
Fonte: <http://www.kilibro.com/books/9788527103190/cidades-jardins-de-amanha>

Figura 2.6.- Cidade termal Františkovy Lázně, República Checa Fonte: http://www.stein-elbogen.cz/en/okoli	Pág. 68
Figura 2.7- Versalhes vista aérea - cidade-jardim Fonte: http://www.kilibro.com/books/9788527103190/cidades-jardins-de-amanha	Pág. 68
Figura 3.1.- Rainha D. Leonor Fonte: Arquivo digital	Pág. 72
Figura 3.2- Praça Maria Pia (Poente) Fonte: Arquivo digital	Pág. 79
Figura 3.3- Praça da República, 1829 Fonte: Arquivo digital	Pág. 79
Figura 3.4. Largo da Copa e entrada do Parque D. Carlos I Fonte: Arquivo digital	Pág. 80
Figura 3.5- Monumento Rainha D. Leonor 1 Fonte: Arquivo digital	Pág. 80
Figura 3.6 - Hospital Primitivo Fonte: Arquivo digital	Pág. 86
Figura 3.7 - Antigo Hospital Fonte: Arquivo digital	Pág. 89
Figura 3.8- Hospital depois da ampliação Fonte: Arquivo digital	Pág. 92
Figura 3.9- Igreja da Nossa Senhora do Pópulo Fonte: Arquivo digital	Pág. 95
Figura 3.10 - Hospital Rainha D. Leonor Fonte: Arquivo digital	Pág. 97
Figura 3.11 - Parque D. Carlos I Fonte: Arquivo digital	Pág. 102
Figura 3.12 - Pavilhões do parque D. Carlos I Fonte: Arquivo digital	Pág. 108
Figura 5.1- Localização do edifício a reabilitar Fonte: Próprio autor	Pág. 113
Figura 5.2 - Corpos frontais do edifício, Oeste Fonte: Próprio autor	Pág. 115
Figura 5.3 - Pátio entre os Corpos, Oeste Fonte: Próprio autor	Pág. 115
Figura 5.4 - Edifício, Norte Fonte: Próprio autor	Pág. 115
Figura 5.5 - Fachadas junto ao Balneário Termal, Norte Fonte: Próprio autor	Pág. 115
Figura 5.6- Vista do edifício sobre o lago	Pág.116

Figura 5.9 - Interior do edifício, Corpo a Sudoeste Fonte: Próprio autor	Pág. 116
Figura 5.10 - Interior do edifício, Corpo a Sudoeste Fonte. Próprio autor	Pág. 116
Figura 5.11 - Porta lateral vista no interior Fonte: Próprio autor	Pág. 116
Figura 5.12 - Corredor interior do edifício Fonte: Próprio autor	Pág. 116
Figura 5.13 - Distribuição das zonas da Pousada Fonte: Próprio autor	Pág. 119
Figura 5.14 - Distribuição das zonas nos diferentes corpos Fonte: Próprio autor	Pág. 119
Figura 5.15 - Volume central e respectiva distribuição Fonte: Próprio autor	Pág. 120
Figura 5.16 - Esquema de distribuição (Piso 0). Fonte: Próprio autor	Pág. 120
Figura 5.17 - Esquema de distribuição (Piso 1). Fonte: Próprio autor	Pág. 121
Figura 5.18 - <i>Esquema de distribuição (piso 2 e 3)</i> Fonte: Próprio autor	Pág. 125
Figura 5.19 - Esquema de distribuição ascendente Fonte: Próprio autor	Pág. 126
Figura 5.20 - Organograma de distribuição, piso 0 Fonte: Próprio autor	Pág. 126
Figura 5.21 - Organograma de distribuição, piso 1. Fonte: Próprio autor	Pág. 127
Figura 5.22 - Organograma de distribuição, piso 2 e 3 Fonte: Próprio autor	Pág. 128
Figura 5.23 - Esquemas de acessos para o parque e lago Fonte: Próprio autor	Pág. 128
Figura 5.24 - Acessos de distintas zonas Fonte: Próprio autor	Pág. 128
Figura 5.25 - Saídas de Emergência piso 0 Fonte: Próprio autor	Pág. 128
Figura 5.26 - Saídas de emergência piso 1 Fonte: Próprio autor	Pág. 128

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Grupos de Estabelecimentos Turísticos segundo Turismo Portugal, i.p Fonte: Turismo de Portugal	Pág. 40
Tabela 5.1- Tabela de compartimentos e respectivas áreas no piso 0	Pág. 123
Tabela 5.2- Tabela de compartimentos e respectivas áreas no piso 1	Pág. 123
Tabela 5.3- Tabela de compartimentos e respectivas áreas no piso 2	Pág. 124
Tabela 5.4 - Tabela de compartimentos e respectivas áreas no piso 3	Pág. 124

Lista de Acrónimos

AEP	Associação Empresária Portuguesa
a.C	Antes de Cristo
ENATUR	Empresa Nacional de Turismo, S.A
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
ETC	European Travel Commission
FITEC	Federação Internacional do Termalismo e do Climatismo
HCP	Health Cluster Portugal
INE	Instituto Nacional do Turismo
NATO	Organização do Tratado do Atlântico do Norte
OCDE	Organização de Cooperação Desenvolvimento Económico
OMT	Organização Mundial do Turismo
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
SPP	Sociedade de Propaganda de Portugal
TAP	Transportes Aéreos de Portugal
THR	Asesores en Turismo Hotelaria y Recreación, S.A
UIOOT	União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo

Introdução

Ponto Prévio

Esta tese explora uma proposta de reabilitação e reconversão dos Pavilhões do Parque D. Carlos I nas Caldas da Rainha. Estando este parque inevitavelmente relacionado com o termalismo e o turismo de saúde e bem-estar, pela sua história e localização geográfica, pareceu-nos importante perceber mais sobre a história do turismo em Portugal, mais propriamente do turismo de bem-estar, para assim elaborarmos uma proposta capaz de explorar e afirmar o turismo termal como motor de desenvolvimento local. Acreditamos que através de propostas integradas como esta, é possível dinamizar cidades e reinventá-las.

O sector do turismo termal tem sido um factor de grande importância para o desenvolvimento local das cidades com o intuito de promover a saúde e bem-estar da população, numa altura em que o sector económico necessita de servir as mais diversas classes sociais face à crise económica vivida actualmente no país. Efectivamente, este é um sector de investimento justificado pela conjugação de momentos de relaxamento e tratamento saudável do corpo, pelo que é imprescindível que as cidades termais, ou apenas estâncias termais, sejam capazes de dar resposta aos modelos de competitividade propagados por todo o mundo ou, neste caso, na Europa. O caso das Caldas da Rainha é um exemplo de notoriedade para o dito investimento por ser uma das principais cidades desenvolvidas territorial e socialmente a partir das próprias águas termais. Infelizmente, com os obstáculos ditados pela evolução da história, esta vertente termal tem ficado omissa no contexto histórico da cidade. Com efeito, o estudo deste sector como desenvolvimento local ganha importância para o tema da dissertação apresentada.

Deste ponto de partida, o estudo não recai apenas na prática do termalismo clássico, senão na análise da tipologia arquitectónica de alojamentos hoteleiros, com especial enfoque para a reabilitação e reconversão de edifícios patrimoniais em significativo estado de degradação. Para uma primeira abordagem serão avaliados, essencialmente, modelos nacionais de termalismo, ao mesmo tempo, não descartando exemplos europeus de referência.

Ainda neste contexto, serão analisados aspectos importantes sobre a projecção do termalismo e do seu posicionamento estratégico, no âmbito do desenvolvimento das regiões administrativas, de modo, neste caso específico, a justificar a recuperação do património termal da cidade das Caldas da Rainha, com vista a competir com outros modelos nacionais e a valorizar o turismo do centro histórico desta cidade.

Posto isto, balizámos o período histórico deste estudo, entre o século XV, marcado pela fundação do Hospital Termal das Caldas da Rainha, mais concretamente no ano de 1485, e o século XXI, período que se justifica pelo actual estado de degradação do património histórico inserido no centro da cidade e que, em muito, contribui para o esquecimento da vertente termal.

Problema

A questão inicial que conduziu o interesse nesta dissertação consistiu na seguinte: **A cidade das Caldas da Rainha deve assumir a recuperação de edifícios patrimoniais de cariz turístico termal como motor de desenvolvimento local?**

As Caldas da Rainha é uma cidade de grande riqueza histórico-cultural, com especial relevo na cronologia termal da cidade, da qual se debruçou a maior parte da história local. Infelizmente, no decorrer dos anos, a vertente termal da cidade está desencontrada da realidade actual.

Uma das principais problemáticas que esta dissertação levanta, tem que ver com a degradação e a falta de preservação dos edifícios e espaços patrimoniais, mais propriamente ligados à cultura termal e religiosa, na qual, durante longos anos, mostrou ser um dos principais motores turísticos da cidade e motivo principal de crescimento territorial e populacional. O conhecimento turístico por parte dos visitantes destas últimas décadas, partiam dos elementos termais ainda que não tivessem conhecimento de que esta ligação existia. O caso do Parque D. Carlos I, situado na zona histórica da cidade, é um espaço de visita de muitos turistas e da população residente, que, indissociavelmente, se encontra ligado ao termalismo.

Existe portanto, uma série de medidas necessárias para o investimento turístico que permitam dar a conhecer os conteúdos históricos e culturais da cidade, para que esta não perca a sua identidade termal. Da mesma forma, é de significativa importância que haja uma consciencialização por parte das entidades competentes, face à degradação dos edifícios patrimoniais, uma vez que, sem estes, não existe procura turística cultural nem histórica, assim como em tantas outras cidades, nas quais a cultura, tradição e história são elementos de atracção turística.

Face aos problemas expostos, procurámos analisar esta problemática pela conservação histórica termal de modo a compreender e justificar se, em função da reabilitação e recuperação dos edifícios patrimoniais, é possível solucionar o desenvolvimento turístico

local e salvaguardar o espírito da cidade, assim como recuperar o subnome de Cidade Termal.

Objectivos

Os objectivos propostos nesta dissertação, focam-se essencialmente na compreensão dos factores de desenvolvimento turísticos correspondentes à vertente termal, na forma de recuperação dos elementos marcantes situados no centro histórico da cidade, ao mesmo tempo que pretende contribuir para uma melhor compreensão na importância que o termalismo tem para as Caldas da Rainha.

Esta dissertação visa compreender de que forma a recuperação e reabilitação dos edifícios patrimoniais de cariz termal são importantes para a preservação do património e da história local, bem como no significado que esses elementos têm na identidade da cidade.

Pretendemos, com efeito, contribuir de forma crítica, na compreensão e relevância que o termalismo tem para o nosso país e porque razões é um factor que está em constante crescimento face aos dias de hoje. Visa de igual modo, o estudo de tipologias e morfologias urbanas e arquitectónicas dos espaços termais e de hotelaria, de modo a entender os modelos exemplares de sucesso para uma possível adaptação na cidade das Caldas da Rainha.

Como resultado de um bom funcionamento urbano, pretendemos entender de que forma os espaços termais foram grandes motivadores para o desenvolvimento territorial, urbano e social das cidades termais.

E por fim, pretendemos propor um projecto de reabilitação e reconversão de edifícios patrimoniais localizados no centro histórico da cidade, no intuito de apresentar uma possível solução para o enaltecimento do turismo local, no sentido de recuperar a identidade própria da cidade das Caldas da Rainha.

Hipótese

Sendo a falta de preservação dos elementos históricos da cidade e a falta de identidade termal as principais problemáticas que conduziram esta dissertação, levanta-se a questão entre as condições favoráveis deste sector numa época na qual o termalismo foi preponderante no desenvolvimento da cidade e a actual situação cujos factores termais se encontram em estado de degradação.

Assim, parece legítimo questionar se: **A reabilitação e recuperação dos espaços patrimoniais como equipamentos termais, serão um especial contributo para incentivar o turismo da cidade e recuperar o tema da cidade termal?**

Metodologia

Com base na fundamentação bibliográfica compreendida entre o período de estudo, balizado entre o século XV e o século XXI, entendido pelo início histórico da cidade das Caldas da Rainha e a situação actual da cidade, definimos uma sistematização dos temas a abordar na dissertação, com vista a estabelecer um conjunto de análises de estudo que permitam desenvolver o turismo local, sob forma de reabilitação patrimonial, nas Caldas da Rainha.

Numa primeira abordagem (capítulo 1.), estudámos o turismo sob diferentes visões teóricas para um melhor entendimento da influência do turismo nas cidades, com maior relevo nas cidades termais, cujas termas foram principais modeladoras de malha urbana, devido à influência turística que estes lugares conferiam. Analisámos também o sector do turismo de saúde e bem-estar que representa uma versão modernizada das termas, assim como das tipologias de alojamento turístico que se podem adoptar em Portugal.

Numa segunda abordagem (capítulo 2.), procurámos o estudo do termalismo, pela fisionomia e arquitectura destes lugares, representados por exemplos de grande valor arquitectónico, não apenas por motivos históricos, como estruturais e organizacionais. Fizemos também uma breve análise comparativa das cidades-jardim e as cidades termais, que foram ambas modeladoras da malha urbana.

Na terceira abordagem (capítulo 3. e 4.) estudámos e analisámos a cidade das Caldas da Rainha, de forma a entender o desenvolvimento territorial e urbano da cidade, em função do termalismo, que foi um dos elementos turísticos mais importantes da história da cidade, ao mesmo tempo que tentamos perceber a problemática que levou à perda de identidade histórica, através da degradação e abandono dos elementos patrimoniais existentes.

Por último, propomos um projecto de reabilitação de um edifício patrimonial de cariz termal, de forma a desenvolver o turismo local através da reconversão dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, uma pousada de Portugal.

Normalização

A normalização utilizada na estruturação desta dissertação, foi definida segundo as normas de formatação das teses de mestrado da Universidade da Beira Interior, conforme o despacho N 49/R/2010, com a seguinte sequência estrutural assim determinada:

No corpo de texto, foram seguidas as mesmas regras do referido despacho, tendo sido acrescentado o nome de cada título ou subtítulo sob a forma de nota de cabeçalho.

Nas notas de rodapé, citações e bibliografia, optámos as normas internacionais do *Harvard System of Referencing Guide*. Todas as obras referenciadas foram consultadas e constam da bibliografia, pelo que, quando indicadas no corpo de texto com nota numerada, as suas referências encontram-se abreviadas em nota de rodapé e por extenso na bibliografia geral.

As citações utilizadas na dissertação, encontram-se em *itálico* e entre aspas (“texto). As restantes palavras descritas na dissertação, em *itálico* sem a obtenção de aspas, dizem respeito a títulos, marcas ou palavras que entendemos importante salientar, ou que sejam consideradas de estrangeirismo.

No desenvolvimento da mesma, foi utilizado o pré-acordo ortográfico.

Definições

Hotel¹ 1. Casa, habitação privada. Na Idade Média, o termo designa qualquer habitação, mas no séc. XVII um H. é uma casa de distinção habitada por uma pessoa qualificada. 2. Actualmente, um hotel é um estabelecimento destinado a alugar quartos, com certo luxo, servindo ou não refeições. 3. Edifício ocupado por certos estabelecimentos públicos (Hotel dos Inválidos, etc.) O H. De Ville é o edifício onde tem a sede o conselho municipal e onde se agrupam os serviços de administração de uma cidade.

Património² n.m. 1. herança paterna; 2. bens que se herdaram dos pais ou avós; bens de família; 3. zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural; 4. RELIGIÃO dote necessário para a ordenação de um eclesiástico; 5. figurado riqueza (Do lat. patrimoniū-, «id.»)

Património³ Conjunto de bens culturais que devem ser preservados sendo protegidos por legislação específica. Em Portugal, o primeiro alvará de protecção ao P. data de 1721 e foi da responsabilidade de D. João V.

Património⁴ São os valores que herdamos do passado e que pela sua importância natural ou cultural, devem merecer o cuidado e a protecção por parte do Estado e de cada um de nós, por forma a continuarem a documentar esse passado e contribuírem para a identidade nacional ou regional. Faz parte do legado de cada geração a transmissão e o enriquecimento da memória colectiva que estrutura as nossas sociedades. Todo o património deveria ser classificado como universal, porque a memória colectiva e o que com ela herdamos devem ser a base do progresso de cada povo e da humanidade em geral.

Pousada⁵ n,f 1. Acto ou efeito de pousa; 2. Paragem numa casa para descansar ou pernoitar; 3. Casa onde se faz essa paragem; albergaria; hospedaria; estalagem; 4. Estabelecimento hoteleiro de bom nível; 5. Domicílio; 6. FIGURADO abrigo; acolhimento; agasalho 7.

¹ Definição in Dicionário de Termos de arte e arquitectura. Lisboa, 2005

² Definição in Dicionário de Língua Portuguesa 2009, Porto, 2008

³ Definição in Dicionário Dicionário de termos de arte e arquitectura. Lisboa, 2005

⁴ Definição in Glossário de termos. Porto, 1998

⁵ Definição in Infopédia, Porto, 2003-2013

Reabilitação⁶ 1. *s.f.* Acto ou efeito de de reabilitar. 2. *S.f.* reaquisição de boa fama ou crédito.

Reabilitação⁷ *s.f.* (De *re-* + *suf. ação*). 1. Acção ou resultado de reabilitar ou de se reabilitar. 2. Recuperação ou restituição da confiança, do crédito, da estima, da consideração. Reabilitação de uma marca junto dos consumidores. 3. Faculdade de regenerar ou recuperar de uma debilidade física, social... *Reabilitação de um delinquente. Reabilitação de um ex-presidiário. “espedaçava-se às garras do opróbrío de si próprio. Tardia honra, que nunca pode chamar-se reabilitação: penitência, que no conceito do mundo terá remido os arrependidos; mas que no juízo da Providência deve ser apenas começo de expiação.”* (CAMILO, O esqueleto, p.26). 4. Restabelecimento do crédito de um comerciante falido, após o pagamento das dividas. 5. *Dir.* Restituição de uma situação jurídica perdida. 6. *Dir.* Reaquisição do direito à sucessão em virtude de manifestação expressa dessa vontade por parte do autor da sucessão através de testamento ou escritura pública. *Reabilitação dos herdeiros.* 7. *Med.* Recuperação da saúde física ou psíquica. *“Unidades especiais de fisioterapia e reabilitação [...] devem ser estabelecidas nos centros de tratamento.”* (G. FERREIRA, Saúde Pública, II, p.1154)

Reconversão⁸ 11 *n.f.* 1. acto ou efeito de reconverter ou reconverter-se; 2. nova conversão; 3. ECONOMIA transformação da economia de um país ou região no sentido de adaptar a novas condições financeiras ou económicas consequentes do progresso 4. adaptação de um funcionário a uma nova actividade profissional (De *re-*+*converter*).

Reconversão⁹ *s.f.* (De *re-* + *conversão*.) 1. Acção de reconverter ou reconverter-se. 2. Transformação do que já se tinha transformado; nova alteração, conversão. Reconversão da moeda. *“A reconversão da casa e dos seus haveres inseria-se também num ciclo.”* (Público, 8.9.1991). *“Na verdade, se houve coisa que a prática revelou é que não é possível é que não é possível a reconversão urbanística sem que se estabilize o quadro de propriedade.”* (DAR, 17.6.1995). 3. Econ. Adaptação ou transformação de uma actividade produtiva, motivada por alterações tecnológicas, políticas, sociais... reconversão de uma empresa. *“é a ausência durante décadas dos imprescindíveis investimentos públicos e privados capazes de garantir a reconversão das artes e ofícios tradicionais.”* (DAR, 3.4.1992). *“adopção de um conjunto de medidas sociais que visam a acompanhar o processo de reconversão da indústria siderúrgica.”* (DN, 19.12.1987). 4. Adaptação de um trabalhador a uma nova

⁶ Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 1996

⁷ Definição *in* Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e editorial verbo, 2001

⁸ Definição *in* Dicionário de Língua Portuguesa, 2009. Porto, 2008.

⁹ Definição *in* Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e editorial verbo, 2001

função ou actividade profissional. Reconversão profissional. “*Situação que afecta os jovens, as mulheres e, em especial, os desempregados de longa duração sem esperança de reconversão.*” (DAR, 31.3.1995). “*Entre as prioridades conta-se o apoio ao cumprimento de obrigações familiares inadiáveis, bem como a formação e reconversão profissional.*” (Público, 1.9.1993)

Termalismo¹⁰ s.m. (De *termal* + suf. *-ismo*). 1. Ciência que trata da exploração e utilização das águas minerais. 2. O que diz respeito à organização e exploração das estâncias termais.

Termas¹¹ [Do lat. *Therme*.] 1. *S.f. pl.* Estabelecimento apropriado para uso terapêutico das águas medicinais quentes. 2. *S.f. pl.* Águas termais. 3. *S.f. pl. Ant.* Edifício, entre povos antigos, destinado ao uso de banhos públicos

Turismo¹² 12 n.m. 1. actividade de viajar, de conhecer lugares que não aquele onde se vive habitualmente; 2. tudo o que se relaciona com os serviços organizados de viagens de pessoas que praticam esta actividade; 3. movimento dos turistas; ~ rural tipo de turismo realizado em casas rústicas que possuem as características do meio rural em que se encontram, permitindo aos hóspedes um contacto direto com os usos e costumes da população local (Do inglês *tourism*, «id», pelo fr. *tourisme*, «id»)

Turismo¹³ s.m. (Do fr. *tourisme*, do inglês *tourism*). 1. Actividade que consiste em viajar por prazer ou com fins culturais. *Eles passaram um mês a fazer turismo pela Europa. Fazer +; viagem de +. autocarro + de turismo com a deslocação e alojamento de turismo.* 2. Actividade económica relacionada essencialmente com a deslocação e alojamento de turistas. *Ela fez um curso de turismo e está a dirigir uma agência de viagens. O turismo é uma das nossas maiores fontes de receita. “dirigido para a promoção do turismo de negócios e viagens de incentivos, que na sua opinião constitui um gigantesco mercado”* (Público, 20.5.1992). + *luxo*; + *de qualidade*; + *de massas*. **Operador⁺ de turismo.** 3. Fenómeno social que consiste na movimentação de turistas. *O turismo invadiu o Algarve. O turismo em Portugal é muito intenso durante o verão.* 4. Estabelecimento de apoio aos turistas existente nas cidades, vilas ou locais visitados. *Dirigiu-se ao turismo para perguntar onde ficava a igreja matriz. “Quando enfim levantou os olhos [...] viu que tinha diante de si um grande mapa, desses que os departamentos municipais de turismo espalham no centro das cidades”* (SARAMAGO, *Cegueira*, p.226). 5. Conjunto de serviços

¹⁰ Definição in Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e editorial verbo, 2001

¹¹ Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 1996

¹² Definição in Dicionário de Língua Portuguesa, 2009. Porto, 2008

¹³ Definição in Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e editorial verbo, 2001

necessários para atrair pessoas nacionais e estrangeiras a locais de especial interesse, pondo ao seu dispor elementos de informação, transporte, alojamento, organização de visitas guiadas.

1. Turismo

1.1. História e motivos de desenvolvimento

A História do turismo regista, desde à longos séculos atrás, a realização de viagens retratadas em inúmeros escritos que as descrevem, na busca de novos conhecimentos, aventuras e curiosidades religiosas, que acontecem de forma esporadicamente.¹⁴ O anseio pelas viagens, a vontade de conhecer e estabelecer novas relações com outras civilizações, seja por razões políticas, religiosas, comerciais ou de expansão territorial, foi sempre uma constante na História da humanidade. Contudo, a actividade turística nem sempre esteve entendida como questões económicas, mas sim como prática de sociabilidade e de conhecimento que o ser humano foi desenvolvendo com o passar dos anos. O turismo, sem que antes tivesse esta designação, era conhecido tal como na actualidade, como um motivo de deslocações que implicavam a estadia de um ou mais dias, em outros locais distantes que não os de origem.¹⁵

Os primeiros relatos sobre as viagens em massa, são retratados na Babilónia, por volta dos anos 4000 a.C, quando surgiu a necessidade de expansão do Império babilónico, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico, as criações de estradas permitiram a deslocações de tropas militares.¹⁶

Na Grécia Antiga, as civilizações deslocavam-se para assistir às actividades olímpicas desportivas iniciadas durante o século VIII a.C. No Egipto os povos seguiam para contemplar as pirâmides e outros monumentos. Heródoto (n.d), um dos primeiros historiadores da humanidade, viajou por Fenícia, Egipto, Grécia e Mar Morto, durante o século V a.C.¹⁷

Os romanos terão sido os primeiros a viajar por lazer, assim como os pioneiros na construção de estradas para que pudessem viajar rumo aos templos sagrados. Nesse período, faziam-se viagens para as cidades do litoral, para banhos medicinais, como a talassoterapia e águas termais, assim como revelam as pinturas e manuscritos datados nessa época. Foi precisamente nessa época que a hotelaria se tornou num elemento

¹⁴ “Fizeram-nas e relatam-nas Pausanias, Heródoto, Plínio, Marco Polo, Ibn Battuta ou Fernão Mendes Pinto, para recordar alguns.”, Licínio Cunha in Fluxos & Riscos nº1, 2010, p. 128
<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2516/1958>, consultado em Junho 2014

¹⁵ Instituto para a Qualidade de Formação, i.p - “*Turismo em Portugal*”, Lisboa, 2005

¹⁶Eliane Cristine Raab Pires, citado por Mill e Morrison, in “*As inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*”, Bragança, 2004, p. 17,
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/222/1/70%20-%20As%20inter-rela%C3%A7%C3%B5es%20turismo%20meio-ambiente%20e%20cultura.pdf>, consultado em Junho 2014

¹⁷ Id. Ibid., por Ignarra, p. 18

fundamental na viabilização do turismo.¹⁸ Do mesmo modo, também na religião, as peregrinações a Jerusalém e posteriormente a Santiago de Compostela, levaram muitas populações a viajar.

Com o passar dos séculos, as viagens tornaram-se cada vez mais seguras e a ampliação e expansão das estradas faziam circular comerciantes em carruagens, peregrinos, mendigos, monges e estudantes. Até ao fim da Idade Média, a necessidade de ampliação do comércio fez aumentar as rotas para os comerciantes e a sua viabilidade passou a incluir, para além das rotas terrestres e roteiros marítimos. Fizeram-nas Benjamin de Tudela (1130-1173), Marco Polo (1254-1324) na viagem à China em 1271, Ibn Battuta (1304-1377) e Fernão de Magalhães (1480-1521) conhecido pela sua viagem na volta ao mundo por caminhos marítimos, para citar apenas alguns.

A partir do século XVI a viagem permitiu aos viajantes, muitos deles, filósofos, físicos, matemáticos, astrónomos, a descoberta de novos mundos, implementada pela procura do conhecimento, do prazer e da curiosidade, sob forma de encontrar estímulos que sejam capazes de aprofundar os seus saberes. Muitas foram as discussões entre filósofos que defendiam diferentes opiniões acerca das viagens, nas quais uns acreditavam que a viagem não educava mas que apenas traziam vícios de lugares distantes, outros defendiam que as viagens traziam instrução aos jovens das mais diversas formas, pedagógicas, sociais e políticas, cujas escolas jamais conseguiram alcançar. Entre alguns exemplos que teorizam a viagem como uma forma de instrução, surge o filósofo Montaigne (1533-1592) que enaltece a viagem dizendo que “[...] a descoberta do novo mundo lhe abriu portas que nem mesmo a poesia e a filosofia clássica abrirão [...]”¹⁹, John Locke (1632-1704) que defendia que as viagens são educativas, assim como Francis Bacon (1561-1626) que acredita que a viagem não é apenas um modo educativo para os jovens, mas também uma experiência para os mais velhos.²⁰

É, contudo, entre os séculos XVII e XVIII que o *Grand Tour* surge em Inglaterra como um movimento turístico essencial na emergência de turismo moderno, tendo promovido a descoberta do prazer pela viagem sob forma de experiência pessoal. A viagem tornou-se um importante meio de conhecimento e instrução, juntamente com o prazer da descoberta e exploração de outros países como finalidade de cultivar o espírito aventureiro. Estas

¹⁸ Id. *Ibid.*

¹⁹ António Carlos Lopes Petean in “Um breve comentário sobre os relatos de viagens e as citações na obra Ensaíos, de Michel Montaigne”, <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12914118/um-breve-comentario-sobre-os-relatos-de-viagens-e-/3>, consultado em Junho 2014

²⁰ Licínio Cunha in “*Fluxos & Riscos n.º1*”, 2010, p. 128, <http://revistas.ulusofoa.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2516/1958>, consultado em Junho 2014

descobertas tinham propósitos simultaneamente lúdicos e pedagógicos, que passavam não apenas pela aprendizagem de línguas estrangeiras, como na observação de costumes, no interesse pelas abordagens artísticas e culturais como a visita a monumentos e aquisição de obras de arte. Uma prática bastante conhecida pelos filhos da aristocracia, indispensável na boa educação dos jovens universitários com vista a se tornarem nuns autênticos cavalheiros. Uma época em que se encontrava jovens estudantes por toda a Europa, com especial ênfase nas principais capitais das cidades europeias com grande interesse cultural e estético. Faziam parte da *Grand Tour* países como a França, Suíça, Itália, Holanda e Alemanha. Posteriormente, também a Grécia e a Ásia se tornaram populares para essas viagens de culto. O viajante inglês, é então denominado por “*touriste*”, na passagens das suas grandes *tours* na Europa.

Progressivamente, o termo turismo passou a ser designado nos diversos países assim como os restantes viajantes tiveram o mesmo atributo quando realizavam as suas viagens para outros destinos. Ainda nesta altura as viagens não tinham interesses lucrativos. Eram realizadas com objectivo de encontrar novos lugares e conhecer novos costumes que pudessem proporcionar momentos de repouso e distração, por curiosidade cultural ou apenas para a busca de novos tratamentos medicinais e curativos.

No século XIX, o gosto de viajar populariza-se quando os primeiros sinais de crescimento industrial começaram a mudar o estilo de vida existente. Com o aumento das classes comerciantes, a riqueza e a qualidade de vida atingiu um patamar elevado, e a procura de novos horizontes, através das viagens, tornou-se parte fundamental na educação. As classes trabalhadores passaram a ter maiores usufrutos, como o direito a mais dias de férias, e com o virar do século, o direito a férias pagas que permitiam às classes médias a exploração dos diversos cantos do mundo.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), o turismo ganha significado e a procura de novos hábitos sedentários cresceu de forma mensurável, aumentando o número de turistas e de estadias e a procura de novas ofertas. Não só por motivos culturais e religiosos, mas também pela procura de lugares de estadia terapêuticas, nas termas, montanhas e estâncias balneares, cujas temperaturas permitiam uma agradável estadia. A noção de turista começa a abranger um conjunto de motivos que permitem aos destinos evoluir na oferta e nas actividades. O aproveitamento dos conjuntos de instalações portuárias, aeroportuárias e a construção de caminhos de ferro e novas estradas, foram um dos principais factores de desenvolvimento turístico, que tornaram as visitas mais cómodas e rápidas um pouco por todo o Mundo.

As agências de viagens foram os principais promotores de pacotes de viagens que incluíam um conjunto de serviços e actividades que proporcionavam ao viajante uma estadia

confortável para uma ou mais pessoas. As actividades eram direccionadas a outras empresas, restaurantes, visitas a monumentos e outros locais religiosos ou culturais, para citar alguns.

A hotelaria também teve uma notável alteração face ao modelos de alojamento anteriormente existentes. Após a Segunda Guerra Mundial, os hotéis e hospedagens construídas junto às estradas e providas com estacionamento automóveis de fácil acesso para os viajantes, deixaram de ser atractivos e em conjunto com as novas implementações de turismo, cresceram as escolas profissionais de hotelaria na Suíça, que levaram ao aparecimento da cadeia de hotéis padronizados, quase semelhantes no seu interior. Também em constante crescimento com este modelo hoteleiro, vieram os equipamentos para o tratamento de saúde, que promoviam o exercício físico e o bem-estar.

Certas localidades com determinadas propriedades, passaram a ser organizadas perante um conjunto de características que definem os seus atractivos, com vista a atrair mais visitantes e turistas, transformando os seus territórios em espaços de produção turística. Consequentemente estas acções conduziram a transição da população rural para os centros urbanos, resultando na grande mudança da fisionomia das cidades. As diferenças sociais ressaltavam no conjunto populacional nas regiões urbanas e no interior as classes abastadas opulentavam o comércio e a indústria e as classes baixas lutavam contra as condições de trabalho precárias. Ao mesmo tempo, a divergência comercial e económica que enriquecia as classes mais abastadas estimulou a vontade de escapar ao stress por breves períodos de tempo originando as viagens em busca do lazer e de distrações, que vieram a ser alvo de procura pela burguesia.

A propagação de novos meios de comunicação e a facilidade de deslocação após fronteiras vieram contribuir para a divulgação e promoção dos países e cidades de grande implementação turística. Como resultado, a população dos países já enriquecidos com o turismo começou a viajar mais, contribuindo para a expansão do sector turístico pelo mundo.

Nas últimas décadas, as actividades turísticas e de lazer, têm representado dimensões importantes na vida moderna das populações ocidentais, constituindo boas perspectivas de expansão futura. A par desta importância que adquirem na vida actual das pessoas, este sector tem contribuído para o desenvolvimento das regiões, devido às medidas de reorganização dos territórios, das condições de ordenamento do espaço, políticas de planeamento e desenvolvimento, com especial ênfase nos espaços urbanos. Ao mesmo tempo, estas actividades conferem um verdadeiro factor de desenvolvimento económico nas diversas regiões de destino, permitindo uma organização eficiente dos elementos de

atração turística, trabalhando na relação entre o turista e os locais mais visitados, bem como na inovação dos serviços prestados e experiências de oferta.

1.2. Portugal: a necessidade Turística?

A ideia de que o turismo seria um factor relevante para o desenvolvimento económico de Portugal surgiu, essencialmente, da necessidade de solucionar os problemas financeiros com que o país se defrontava nos finais do século XIX e no início do século XX. Perante a observação de que as visitas dos estrangeiros tinham um impacto positivo nos países europeus, a política viu nesta estratégia, um exemplo a ser seguido para o país. Contudo, foi com a iniciativa da sociedade civil que se deu as primeiras acções concretas para atrair estrangeiros a Portugal, e que posteriormente se deu a Organização Oficial do Turismo português. Deste modo, Portugal surge como pioneiro da organização nacional e internacional com uma abrangência total de todas as áreas do turismo da qual ainda se encontra activa.²¹

Desde sempre, pelas mais variadas razões, as viagens fizeram parte da vida da população de Portugal, dando início na altura dos descobrimentos, cuja descoberta de novas terras influenciou o crescimento do país, ou actualmente pela necessidade de emigrar, e até mesmo pela curiosidade de viajar, tanto para fora como dentro do país.

A profusão da viagem em inúmeros géneros literários retratados pelos mais ilustres autores portugueses ao longo de séculos, representam a importância e educação que a viagem pode trazer, como no exemplo de uma das mais antigas obras de “*Os Lusíadas*” em 1572 escrito por Luís Vaz de Camões (1524-1580) onde relata a história da navegação portuguesa; Almeida Garrett (1799-1854), a quem “*as viagens fazem parte da boa e nobre educação*”²²; “*As Farpas*”, “*Pela terra alheia*”, “*Holanda*” de Ramalho Ortigão, o infatigável viajante que escreveu diversos livros que relatam as suas viagens e conhecimentos pelo país e estrangeiro; bem como pelas obras de José Saramago (1922-2010), “*Viagem a Portugal*”, da opinião que “*Viajar deveria ser outro concerto, estar mais e andar menos, talvez até se devesse instituir a profissão de viajante, só para gente de muita vocação, muito se engana quem julgar que seria trabalho de pequena responsabilidade, cada quilómetro não vale menos que um ano de vida.*”²³; *Jangada de Pedra* (1986) e *Viagem do Elefante* (2008), para citar apenas alguns.

²¹ Id. *Ibid.*, p. 127

²² Almeida Garret in “*Da Educação*”, 1829, *Introdução*.

²³ José Saramago in “*Viagem a Portugal*”, 1985, p. 14

A evidência de que as viagens trouxeram boas influências para Portugal era bem visível nas linhas literárias durante o passar dos séculos, porém, nem sempre este movimento teve um interesse meramente de carácter aprendiz.

Foi apenas na transição do século XIX, quando Portugal atravessa uma altura calamitosa, face ao surto económico das Obras de Regeneração, que o Turismo surge como meio de solucionar os graves problemas com que o país se defrontava.

Durante a segunda metade do século XIX, Portugal vivia num autêntico momento de reviravolta face ao período de Regeneração (1851-1868) designado pelo conjunto de obras públicas lançadas por Fontes Pereira Melo. Um movimento político e social com intuito de conciliar as diversas fracções do liberalismo e harmonizar os interesses das classes da alta burguesia com as camadas rurais e os da pequena e média burguesia. O país necessitava urgentemente de um melhoramento de infraestruturas para combater o atraso económico e tecnológico que se fazia sentir, perante os restantes países da Europa, que citavam um conjunto de medidas que fizeram progredir as suas cidades. Com isto, iniciou uma política de construção de novos meios de comunicação e transportes, tais como estradas, caminhos-de-ferro, carros eléctricos, pontes, telegrafo e telefones.

A implementação de acessos, sobretudo de caminhos-de-ferro, vieram facilitar as viagens de “turismo”, desta vez com uma maior abrangência social envolvendo classes da burguesia enriquecidas que viajavam em busca de novos hábitos de diversão e lazer, que mais tarde se alargaram para outras classes populacionais.

No entanto, a economia portuguesa padecia de certos problemas que fizeram estagnar o país e entrar numa crise profunda, após crescimento industrial repentino. A falta de matérias-primas nacionais, de formação dos operários e patronato, orientação dos investimentos realizados por empresas particulares, foram alguns dos problemas, entre uma série de outros.²⁴

A crise económica e financeira do país surtiu várias preocupações, que se viriam a agravar na entrada do novo século XX. Efectivamente, na falta de possibilidades financeiras capazes de fomentar as dívidas nacionais, o estrangeiro foi uma solução viável para o equilíbrio das contas internas e externas, na medida em que as viagens trariam o dinheiro que o país não tinha.

A estratégia mais plausível realmente capaz de despertar o turismo em Portugal, foi a criação da Sociedade Propaganda de Portugal no início do século XX, inspirada por Leonildo de Mendonça e Costa (1849-1923), “*jornalista de mérito, proeminente ferroviário, viajante*

²⁴ Ver <http://www.cidadesturismo.com/2012/02/historia-do-turismo.html>

e patriota dedicado” que, com bases turísticas dos outros países europeus, como a Áustria e a Suíça, quis ajudar o país a sair da profunda crise social e económica que atravessava..²⁵

Desta sociedade sem fins lucrativos, fomentaram várias iniciativas. O exemplo das suas acções de maior relevância focaram-se no desenvolvimento das ligações ferroviárias e marítimas, nomeadamente com o centro da Europa e o continente americano. Outras iniciativas centravam-se na propaganda dos locais turísticos de Portugal, bem como para Madrid, Paris, Vigo, Santiago, Salamanca, Badajoz e Sevilha, com base na publicação e distribuição de folhetos e cartazes. Medidas turísticas que tiveram grande destaque noutros países da Europa, Estados Unidos da América e Brasil.

As iniciativas de carácter nacional e depois de âmbito internacional, fomentaram uma união, em 1911, no IV Congresso Internacional do Turismo em Lisboa, que viria aprovar um organismo oficial do turismo, acrescentada à existente Federação Franco-Hispano a designação de Franco- Hispano- Portuguesa, seguindo os estatutos que estabeleceriam “*o desenvolvimento do turismo e das indústrias com ele relacionadas*”. Nesse congresso foram reunidas e aprovadas algumas conclusões e recomendações sobre matérias de interesse turístico entre os três países pertencentes a esta Organização, nomeadamente França, Espanha e Portugal. Verdadeiros pioneiros do turismo moderno, estabeleceram pela primeira vez uma iniciativa de carácter oficial a nível internacional.²⁶

Em Abril de 1917, em Lisboa, surgiu o I Congresso Hoteleiro que tinha o principal intuito de desenvolver o turismo no ramo da hotelaria em todos os países, dando a conhecer alguns bons exemplos que ensinariam os amadores na boa concretização dos seus projectos futuros.

No ano seguinte, nasce o primeiro hotel no Algarve, o Grande Hotel de Faro. Em 1920, após criadas as Comissões de Turismo, levantou-se uma nova medida que autorizava a cobrança de uma taxa significativa sobre todos os estrangeiros que frequentassem as estâncias balneares e hotéis de turismo.

²⁵ [...] 73 cidadãos que aderiam à ideia patriótica. [...] Eram monárquicos republicanos, católicos, maçons e jornalistas de varias tendências que entre si digladiavam. Afastava-os a religião e a política, em duros e arrebatados confrontos, mas congregava-os o patriotismo como valor da união em torno da procura de soluções para problemas comuns. Unia-os a divisa: Tudo pela Pátria.” in Licínio Cunha, *Id*, p. 132

²⁶ A Aliança Internacional de Turismo, criada em 1898, terá sido a primeira organização internacional de turismo, contudo assumiu um papel sempre de carácter privado. A verdadeira organização turística de carácter internacional foi a Federação Franco Espanhola de Sindicatos de Turismo que veio a assumir uma designação definitiva em 1911, com a união a Portugal. Esta Organização, foi grande pioneira do Turismo moderno e estabeleceram, em 1925, com os vários dirigentes do turismo dos vários países europeus, a criação da União Internacional dos Organismos Oficiais da Propaganda Turística (UIOOT), de que Portugal foi fundador. Actualmente a organização é designada por Organização Mundial do Turismo (OMT) em que Portugal continua a ter um papel importante como membro fundador. In Licínio Cunha, *Id*, p. 135-6

Em 1921, em Viana do Castelo é reconstruído o Hotel de Santa Luzia, destacado em 1927, pela “*The National Geographic Magazine*” como “[...] *um dos mais belos do mundo [...]*”, apenas equiparável aos de Rio de Janeiro ou do Funchal.²⁷

Posteriormente, em 1924, é publicado o primeiro jornal português destinado à indústria do turismo, designado por “*Publituris*”. Em concordância com a edição do jornal, Raúl de Proença²⁸ (1884-1941) inicia a sua obra “*Guia de Portugal*”, sobe os olhares da Biblioteca Nacional, que acabou por ser terminada em 1970, por Sant’anna Dionísio²⁹ (1902-1991) com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. Uma obra que influenciou positivamente muitos escritores e jornalistas a viajar.

Em 1927, é regulamentada o jogo em Portugal, com a criação de duas zonas de jogo permanente, destacadas em Estoril e na Madeira, juntamente com outras de jogo temporário em Espinho, Figueira da Foz, Praia da Rocha, Cúria, Sintra e Viana do Castelo.³⁰

O ano de 1931, trouxe a Portugal uma posição favorável para a Cultura Europeia, através do V Congresso Internacional da Crítica, organizado por António Ferro³¹ (1895-1956), que deu origem a vários artigos sobre Portugal na imprensa estrangeira. Nesse mesmo ano, a criação da “*Junta Autónoma das Estradas*”, abriu portas ao excursionismo automóvel, que fomentou as passagens de fins-de-semana a outros lugares do país, às saídas em família, aos passeios anuais de colectividade. Abriu novos caminhos que permitiu as viagens pelo país mais seguras e mais diversificadas.

²⁷ in Museu Virtual Viana do Castelo, <http://www.mvvc.ipvc.pt/index.php?section=11>, consultado em Junho 2014

²⁸ Raúl Sangreman Proença foi um escritor, jornalista e intelectual português. Integrou para além da Renascença Portuguesa, o grupo fundador da *Seara Nova*, uma publicação essencialmente doutrinária e crítica, assumidamente com fins pedagógicos e políticos. Na sua vida também teve participação activa com a Biblioteca Nacional, trabalhando como funcionário desde 1911, em colaboração com Jaime Cortesão, aquando dirigia esta instituição. Foi criador do “*Guia de Portugal*”, mas não conseguiu terminar devido à sua morte.

²⁹ José Augusto de Sant’Anna Dionísio, um professor liceal, pedagogo e filósofo. Também teve a sua participação na *Seara Nova*, e fundador da revista *Nova Renascença*. Foi autor de diversos estudos sobre Antero de Quental e Raul Proença, na qual se dedicou a terminar o “*Guia de Portugal*” iniciado por o último.

³⁰ in Museu Virtual Viana do Castelo, *Ibid.*

³¹ António Joaquim Tavares Ferro foi um jornalista, escritor e político português. Foi editor oficial da revista *Orpheu* e teve várias participações em jornalismo em Portugal ao longo da sua carreira. Foi escolhido por Oliveira Salazar para dirigir o Secretariado Nacional da Informação (SNI). Teve um papel importante no turismo em Portugal, desenvolvendo grandes actividades nas áreas de propaganda interna e externa, “edição, radiofusão, cinema, teatro, danças, jornalismo, turismo e actividades culturais gerais. Entre outras iniciativas, elaborou um Estatuto do Turismo. Lançou as Pousadas Regionais. Apadrinhou outras artes como os primeiros ranchos folclóricos e um bem sucedido grupo de “ballet” inspirado nas danças populares, o “*Verde Gaio*”, no qual fundou a Companhia Portuguesa de Bailado Verde Gaio (1940). Organizou o Museu de Arte Popular em Lisboa.



Figura 1.1- Postal ilustrado do IV Congresso Internacional de Turismo da autoria de Raúl Lino (1879-1974), 1911



Figura 1.2- Cartazes editados pela Sociedade de Propaganda da Costa do Sol (1930) e (1964), respectivamente.

Em 1937, Portugal dá-se a conhecer na “*Exposição Internacional de Paris*”, com o Pavilhão de Portugal, desenhado por Keil do Amaral³² (1910-1975), vencedor do concurso para esse feito, ao qual foi galardoado com medalha de ouro na Exposição. Este evento contou com a participação do comissário geral e autor do programa, António Ferro, que defendia o “*modernismo*” como argumento para a sua actuação inicial como director do “*Secretariado de Propaganda Nacional*” (SPN), nome que se manteve até à Segunda Guerra Mundial, passando-se a designar por “*Secretário Nacional de Informação*” (SNI). Tendo Oliveira Salazar³³ (1889-1970) em grande consideração, Ferro criou uma exposição transmissora na imagem de um regime responsável “[...] a participação nacional é composta pela definição de “*arte*” traduzida como modo de governar um povo e de “*técnica*” entendida como demonstração da complexidade dessa governação [...]”³⁴

Em 23 Junho de 1940, foi inaugurada a Exposição do Mundo Português, com intuito de dar a conhecer ao mundo as realizações do país e de comemorar simultaneamente as datas da Fundação do Estado Português (1140) e a Restauração da Independência (1640). Este evento foi um dos grandes eventos realizados no país e a sua concretização conduziu a uma completa renovação urbana da zona ocidental de Lisboa, no qual deu origem à Praça do Império³⁵, considerada uma das maiores da Europa.

³² Francisco Caetano Keil Coelho do Amaral, foi um arquitecto português e autor de uma produção teórica de relevo e de uma vasta obra construída, determinante para a consolidação da consciência moderna na arquitectura em Portugal. Durante as décadas de 40 a 50, foi considerado como um dos mais importantes arquitectos lisboetas, apesar de ocultado pelo regime político que combateu. As suas obras de renovação urbanísticas foram umas das mais importantes contribuições para espaços verdes da capital. Dessas obras destacam-se o Parque de Monsanto (n.d), o Parque Eduardo VII (n.d) e o Jardim do Campo Grande (1945). Também construiu o Instituto Pasteur de Lisboa (1934) no Porto, as Escolas Infantil e Primária da Fábrica Secil (1940) em Setúbal, edifício da Aerogare do Aeroporto de Lisboa (1940), para citar apenas alguns.

³³ António de Oliveira Salazar, foi um estadista e ditador nacionalista português. Tirou o curso de Advocacia da Universidade de Coimbra, onde posteriormente veio a ser professor catedrático. Em 1964 instituiu em Portugal o Estado Novo, num processo de governação autoritário e ditatorial que se estendeu em todos os sectores da vida do país e dos portugueses. A sua visão imperial para o país permitiu manter as contas equilibradas no país, mas sempre com o sacrifício do povo empobrecido que morria à fome, e cujas guerras nas várias colónias também levariam muitos militares e civis a morrer, in História de Portugal, <http://www.historiadeportugal.info/antonio-de-oliveira-salazar/>, consultado em Junho 2014

³⁴ in Restos de Colecção, Outubro 2011, <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/portugal-na-exposicao-internacional-de.html>, consultado em Junho 2014

³⁵ No intuito de celebração das duas grandes datas centenárias, foi apresentado por Oliveira Salazar um ambicioso programa de iniciativa a realizar treze obras com destino a serem concluídas num prazo de 3 anos, até 1940, “*atestando a capacidade realizadora dos portugueses*”. O conjunto de obras eram respectivamente, o restauro do Palácio de Queluz; o novo edifício da Casa da Moeda; o anexo do Museu de Arte Antiga; Auto-estrada Lisboa- Estádio Nacional; Gare Marítima de Alcântara; Estádio Nacional no Jamor e Estrada Marginal Algés - S. João do Estoril; beneficiação da Assembleia Nacional; obras de reparações no Teatro Nacional de S. Carlos; Parque Florestal de Monsanto; a primeira fase os hospitais escolares e a ligação da Emissora Nacional às colónias portuguesas. *Ibid*

No decurso desta exposição foi inaugurado o comboio rápido, designado de “Flecha de Prata”³⁶, que ligava Lisboa e Porto. A sua designação deve-se ao chapeado em aço inoxidável.

No ano de 1946, são iniciadas as primeiras viagens da TAP como voos regulares, iniciando as suas ligação entre Lisboa-Madrid, e posteriormente a “*Linha Aérea Imperial*”, que fazia ligações de Lisboa-Luanda-Lourenço Marques, actualmente designada por Maputo. Esta última inicialmente demorava cerca 15 dias de duração com 12 escalas, ida e volta, com paragens para dormidas.³⁷

Em 1948, o Museu de Arte Popular é aberto ao público, com a finalidade de reunir um conjunto de valores patrimoniais, no qual foi apresentado um catálogo oficial do folclore português que fez parte de uma das divulgações turísticas de Portugal em todo o mundo.

O ano de 1964, reúne em Lisboa, o Congresso Anual dos Estudos Turísticos, o primeiro ano em que Portugal recebe um milhão de entradas de visitantes no país. Pela primeira o turismo português passa a ser incluído no Plano de Fomento, o Intercalar (1965-66), que visa a “*preocupação com o planeamento regional e com a distribuição mais equitativa do rendimento*”. Surge então a *necessidade de liberalização do comércio externo e de empresas que enfrentem a concorrência externa*”³⁸, face ao défice de balança comercial condicionada pela indústria e o atraso agrícola. A emergência de Portugal começar a produzir os seus próprios bens, é então implementada pela Lei de Fomento e Reorganização Industrial, com o objectivo de substituir as importações e aumentar as exportações.

Na edição seguinte, III Plano de Fomento (1968-73), o turismo passará a ser considerado um “*sector estratégico do crescimento económico*”³⁹. Em 1969, os resultados após o lançamento os primeiros índices estatísticos do ramo, começam a ser publicados anualmente pelo Instituto Nacional de Estatísticas e pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral de Turismo.

³⁶ in “150 Anos de História”, <http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vnextoid=2fdfcef780e5c010VgnVCM1000007b01a8c0RCRD>, consultado em Junho 2014

³⁷ in “História da TAP - Transportes Aéreos Portugueses”, <http://www.tapportugal.com/Info/pt/FrotaHistoria/Historia>, consultado em Junho 2014

³⁸ in Economia Portuguesa, <http://economiaportuguesa.blogspot.pt/2006/11/os-planos-de-fomento.html>, consultado em Junho 2014

³⁹ in Museu Virtual Viana do Castelo, <http://www.mvvc.ipv.pt/index.php?section=11>, consultado em Junho 2014

No IV Plano de Fomento (1974-79) o turismo é visto como um sector importante para o desenvolvimento socioeconómico do país, como principal objectivo de aumentar o saldo da balança turística, atenuar desequilíbrios regionais e fomentar o turismo social.⁴⁰

Na entrada de seu mandato, Marcello Caetano⁴¹ (1906-1980) altera a metodologia de trabalho turístico imposto por seu antecessor Oliveira Salazar, e determina um turismo baseado na “*actividade*” ao invés do “*fenómeno*”. Este último deveras ambicioso para a economia reduzida de Portugal, que como no exemplo do conjunto de obras para a realização da Exposição do Mundo Português, demonstrou ser excessivo para o estado em que o país se encontrava.

Nas constantes medidas incapazes de resolver a questão da Guerra Colonial, na altura bastante condenada pelo estrangeiros, assiste ao desabar do Estado Novo em Abril de 1974. Na opinião de Caetano, uma atitude pouco inteligente, dizendo que:

“Em poucas décadas estaremos reduzidos à indigência, ou seja, à caridade de outras nações, pelo que é ridículo continuar a falar de independência nacional. Para uma Nação que estava a caminho de se transformar numa Suíça, o golpe de Estado foi o princípio do fim. Resta o Sol, o Turismo e o servilismo de bandeja, a pobreza crónica e a emigração em massa”.⁴²

Todavia, ainda durante o seu mandato, acrescem ainda duas crises económicas de grande repercussões para o turismo, nomeadamente no sistema imunitário internacional relacionado com a queda da libra em 1968 e a crise energética petrolífera (1973), alguns meses antes da queda do regime.

⁴⁰ Id. Ibid

⁴¹ Marcello José das Neves Alves Caetano, foi o político e professor de direito que ocupou, pela última vez, o lugar de Presidente do Conselho do Estado Novo, em sucessão a Oliveira de Salazar. Foi dos poucos membros do governo Salazarista a favor de uma liberdade de expressão e introdução de ligeiras mudanças. No entanto, as várias razões de descontentamento por parte da população, tendo entre as quais a continuação da Guerra Colonial e a crise petrolífera (1973) que instalou enormes consequências financeiras no país, deram origem ao golpe militar de 25 Abril 1974 que derrubou o Estado Novo e levou ao seu exílio para o Brasil, onde acabou por falecer alguns anos depois. in História de Portugal, <http://www.historiadeportugal.info/marcelo-caetano/>, consultado em Junho 2014

⁴² As palavras de Caetano são ditadas algumas fluentemente face à situação que actualmente se vive em Portugal, chegando a dizer que: “*Para muito, o 25 de Abril que hoje se comemora, é o expoente máximo da liberdade e da independência nacional. Intocável na sua génese, 40 anos depois, é imprudente discordar dos militares que lhe deram corpo.*” Na opinião de Vítor Santos, in *Maiortv* 25 Abril 2014, <http://maiortv.com.pt/o-que-disse-marcelo-caetano-sobre-o-25-de-abril/>, consultado em Junho 2014

Em 1977, após o término do regime ditatorial, Portugal consegue a descolonização das colónias portuguesas, e conseqüentemente as ajudas internacionais até então negadas.⁴³ Nessa altura conta com a Organização de Cooperação Desenvolvimento Económico (OCDE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que co-fundara em 1948, 1949 e 1960 respectivamente. A entrada no Conselho da Europa em 1976 reafirma essa vontade.⁴⁴

No ano de 1982, no âmbito global da política de regionalização, os Planos de Fomento são substituídos, por Francisco Pinto Balsemão (1937), para o primeiro Plano Nacional de Turismo, como forma de descentralização dos poderes do estado em matéria autárquica turística, representando o estado a partir desta altura através de Comissões Regionais de Turismo. Após a finalização dos trabalhos de comissão sob presidência de Licínio Cunha⁴⁵, altura Secretário de Estado do Turismo entre 1978 e 1980, o Plano Nacional de Turismo é aprovado quatro anos depois sob presidência de Aníbal Cavaco Silva (1939).

Desde então foi instituído um plano de médio prazo entre 1986-1989 com intuito de actuar correctamente nas diversas áreas-chave em que a indústria se movimenta, para a atenuação da situação financeira do país. Tinha como principais objectivos o nomeadamente: o ordenamento territorial; o termalismo; a animação; estruturas administrativas, centrais e regionais; formação profissional; investimento e promoção; atenuação dos défices cambiais; o ordenamento turístico do território; a preservação e valorização do património cultural e natural do país e o incremento do turismo interno como factor de melhoria da qualidade de vida dos residentes.⁴⁶

⁴³ Opinião do ex-Presidente da República Mário Soares, no colóquio que decorreu no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE): *"Nas condições em que estávamos em 1974 e depois de 13 anos de guerras coloniais da responsabilidade absoluta dos dois ditadores, o Salazar e o Caetano, isso temos que reconhecer que depois disso aquilo que conseguimos e as relações que estabelecemos para depois [...] temos que dizer que a descolonização foi exemplar" [...]* "era preciso urgentemente fazer a descolonização", que "era indispensável não perder tempo" e que "quanto mais tarde fosse feita pior seria", in *Diário de Notícias*, 16 Abril 2010, http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1546275&seccao=CPLP, consultado em Junho 2014

⁴⁴ Paulo Pina in *"Portugal: Turismo no Século XX"*, Lisboa, 1988, p. 175

⁴⁵ Licínio Alberto Almeida Cunha, é um economista e professor catedrático convidado da Universidade Lusófona, onde dirige o Departamento de Turismo. Desempenhou vários cargos na área do turismo, a nível político, foi Secretário de Estado do Turismo nos IV, V, X e XI Governos Constitucionais e administrador de empresas turísticas (ENATUR e LUSOTUR). A nível internacional foi administrador da *European Financial Marketing Association*, presidente da Comissão Económica da Federação Internacional do Termalismo e Climatismo e membro do Comité Económico e Social da UE. In Universidade Lusófona, <http://www.ulusofona.pt/directorio-de-docentes/licinio-alberto-almeida-cunha.html>, consultado em Junho 2014

⁴⁶ Paulo Pina, *Id.*, p. 187

Em 1986, Portugal torna-se membro efectivo da Comunidade Económica Europeia. Um passo importante para o desenvolvimento inadiável do país, que daria ao mesmo tempo uma maior estabilidade, política e governamental.

Após a aprovação do primeiro organismo oficial do Turismo em Portugal, Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e de Propaganda, o país assumiu um papel importante na expansão do turismo, estabelecendo uma coordenação internacional com vista a favorecer livremente a circulação da população dos diversos países e sobretudo estabelecer uma posição comum entre os seus membros, tendo em vista as diversas abrangências turísticas. O grande desenvolvimento internacional que o turismo assumiu ao longo dos anos e a importância que teve em relação ao progresso económico, conduziu à transformação da União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo (UIOOT) para a actual Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1974, que continua a exercer um papel importante no turismo internacional e, respectivamente para Portugal.

1.3. O destinos turísticos em Portugal e a necessidade de equipamentos hoteleiros

Durante o século XIX, Portugal desconhecia a existência da prática do turismo e do turista que viajava por mero prazer e curiosidade. Foi perante o desenvolvimento industrial e tecnológico e com as iniciativas de propaganda, que o país viu chegar os primeiros turistas estrangeiros, que se interessavam pelas actividades e infraestruturas que se erguiam de forma organizada, com vista a atrair mais pessoas. Era o início de um progresso que viria a ser considerado de destino turístico.

As estâncias termais foram o perfeito exemplo para a classificação de destinos turístico no início do século XX, a par da procura não apenas para tratamentos de cura, mas para distração e divertimento. A maior parte das estâncias existentes orientaram, ao longo do tempo, um conjunto de planos de reestruturação de território com enfoque num turismo destinado para as classes abastadas que procurava actividades capazes de satisfazer os seus nobres gostos e de ostentar as suas sociabilidades.

Nem mesmo após o período calamitoso dos anos de guerra, as termas deixaram de ser um lugar de vassitude e de recuperação devido às suas vantagens de tratamentos termais, chegando a ser um dos aspectos de grande importância relatados na imprensa termal francesa nos tempos da Segunda Guerra, que levaram as termas portuguesas a adoptar os modelos de desenvolvimento termal francês.⁴⁷

⁴⁷ As revistas designadas pela imprensa francesa destacava-se a “L'apresse Thermale et Climatique” e “Les Annales de L'institut de Hydrologie et de Climatologie de Paris”, onde publicaram o programa de criação do “Comité d'organisation de l'industrie du Thermalisme”, que revelava a importância do

Foram modelos de reestruturação, as seguintes termas: Pedras Salgadas (1871), Vidago, Luso e Cúria, cujo seus propósitos não serviam apenas para tratamentos curativos, mas para serem verdadeiros locais de prestígio, prazer e repouso. Ainda que tivessem sido planeadas segundo diferentes iniciativas, tiveram um modelo semelhante perante infraestruturas de grande complexidade. Como o exemplo das termas de Pedras Salgadas, “*verdadeira hidrópole com 7 fontes termais*”, foi projectada em conjunto com um parque arborizado artificialmente, com campos de jogos, caminhos pedestres, grande balneário, casino e 4 hotéis da mesma empresa. E no caso das termas de Vidago, que também foram concebidas segundo o mesmo ideal, com um parque arborizado e ajardinado, campo de golfe, balneários e *buvettes* e 4 hotéis, um dos quais de arquitectura sumptuosa com luxuosos equipamentos decorativos e mobílias opulentas.⁴⁸ Assim como era da opinião de Narciso (1890-1948) “[...] importa é que possuam atractivos para chamar o grande mundo, fazer delirar a fantasia, corresponder ao sonho de quem as procura, esperando encontrar o paraíso”.⁴⁹

De facto, eram estâncias exemplares no que diz respeito ao planeamento de infraestruturas com intuito de proporcionar uma melhor qualidade de tratamento para os banhistas. Todavia, não eram exemplo de estâncias turísticas, que fossem direccionadas para turistas externos. Neste caso particular, a “*Estação Marítima Climatérica, Termal e Desportiva*” (1914) do Estoril, foi principal pioneira no empreendimento lançado para os turistas internacionais, idealizado por Fausto de Figueiredo (1880-1950), cujo seu objectivo focava-se no incentivo a todos os níveis.

“*Urge, pois, lançar mão à construção de grande hotéis e demais estruturas de acolhimento - casinos, parques desportivos, diversões de toda a ordem [...] porque, doutra sorte, teremos um excelente teatro sem palco, sem músicos, sem actores*”⁵⁰

termalismo em termos económicos, sanitários e sociais. Este programa organizacional “procedeu, ainda, “*ao recenseamento de todas as empresas interessadas na industria termal, estudou sob o ponto de vista higiénico e terapêutico as suas possibilidades de assistência social, bem como as condições de apetrechamento das estância hidrológicas, propondo ao governo a execução de programas de realização e, sobretudo, analisar, apresentar e fundamentar, às entidades governamentais, as possibilidades turísticas relacionadas com a vida termal e com as potencialidades das estâncias termais no seu todo.*”, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana Ramos in *Termalismo em Portugal: Dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*, 2005, <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/4955/1/196979.pdf>, consultado em 22 Junho 2014

⁴⁸ Ver Licínio Cunha in Fluxos & Riscos nº1, 2010, p. 142

⁴⁹ Adília Rita Cabral de Carvalho Viana Ramos in “O Termalismo em Portugal: Dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística”, Aveiro, 2005, p.86

⁵⁰ Citações por Fausto Figueiredo in “III Congresso Nacional do Turismo - Documentos”, Porto, 1986, p.68

A sua concretização, deu lugar ao primeiro centro turístico internacional do país. O primeiro projecto organizado segundo um vasto conjunto de atracções e serviços de modo a garantir uma produção turística diversificada. Eram conjuntos formadores deste projecto o clima, a praia, as termas, as diversões e o desporto, também numa outra vertente, estavam incluídos hotéis, balneários, instalações desportivas de qualidade - ténis, *críquete*, futebol e esgrima - o casino, o golfe, hipódromo, campo de tiro e um enorme parque com uma dezena de hectares. No enquadramento deste projecto, estariam também vigentes a “*venda de lotes de terreno destinados à construção de moradias de vilegiatura.*”⁵¹

Os investimentos no país eram uma novidade para os empreendedores, numa altura em que o país iniciava as suas primeiras tentativas turísticas, sobretudo, quando não haviam certezas de que estes investimentos privados seriam bem sucedidos e assegurados positivamente.

Um dos principais condicionamentos das viagens para o país, estava essencialmente, na ausência de instalações hoteleiras que oferecessem boas condições para os turistas. Um factor comentado no “*Guia de Portugal*” de Raúl Proença, que descreve sinuosamente que fora das estâncias termais de vilegiatura, ninguém frequentava os hotéis portugueses, tais eram as suas impiedosas condições e asseios.⁵²

No conhecimento de que as instalações portuguesas, consistiam numa “*má qualidade, más instalações, e falta de asseio e o mau serviço*”, surgiram ao longo dos anos, uma série de planos de melhoramento do panorama hoteleiro do país, dos quais nenhum surtiu o efeito desejado.⁵³ Apenas meio século após o primeiro plano fiscal hoteleiro, surge em 23 Dezembro de 1954⁵⁴, um conjunto de leis que impulsionaram a iniciativa privada para a modernização hoteleira.

Outras tentativas de propagar os destinos hoteleiros tinham sido iniciados logo no principio da República. Em 1905, a SPP promoveu a construção de projectos hoteleiros ao encargo de Raúl Lino (18-79-1974), que viria a influenciar a arquitectura portuguesa durante muitos anos, por ser um defensor do modernismo tradicional. Respondendo ao convite, o

⁵¹ Esta iniciativa deu origem a outras, alguns anos mais tardes, como o exemplo de Vilamoura no Algarve, Vale do Lobo, Quinta do Lago, para citar apenas alguns. Licínio Cunha, *Id.*, p. 142-3

⁵² *id. Ibid.*

⁵³ A primeira iniciativa surgiu em 1905, com o projecto lei para concessão de benefícios fiscais às empresas que construíssem estabelecimentos hoteleiros. O segundo, em 1914, dirigido por Tomás Cabreira (1865-1918), Ministro das Finanças do governo da República, que propôs a aprovação de um diploma que estabelecia grandes vantagens fiscais para os hotéis a construir. Mante-se assim até 1934, mas com fracos resultados. *Id. Ibid.*

⁵⁴ Ver *Diário do Governo - 1ª Série*, nº 286, de 23.12.1954, p. 1619, <http://dre.pt/pdf1sdip/1954/12/28600/16191621.pdf>, consultado em Junho 2014

arquitecto português apresentou no I Congresso Regional Algarvio, no ano de 1915, um projecto hoteleiro a que chamaria de “Hotel-Solar”. Segundo a memória descritiva, não seria um hotel de luxo, mas antes mediano com boas condições estéticas e de conforto⁵⁵. Contudo, o Hotel não chegou a ser construído. Em 1917, a mesma SPP, lançou um concurso de projectos hoteleiros, seguindo um conceito mínimo económico, mas a mesma não teve qualquer efeito.

Ainda que escassos os investimentos hoteleiros existentes na segunda metade do século XIX, vários são os exemplos de grande qualidade e prestígio que se desenvolveram nesta actividade. O caso de Lawrence de Sintra (1764), o mais antigo hotel da Península Ibérica⁵⁶, o Hotel Palace Braganza (n.d) em Lisboa, citado por Eça de Queiroz na sua publicação *Os Maias*.⁵⁷

Mais tarde, também o Palácio Hotel Bussaco (1888) de estilo manuelino mandado construir ainda no reinado de D. Carlos, considerado provavelmente como “o mais belo hotel da Europa, certamente, de longe, o melhor da Península”.⁵⁸ O Hotel Reid’s (1891) da Madeira, de relevo histórico e cultural da região; o Hotel Avenida (1892) em Lisboa; Hotel Palace de Vidago (1910) em Chaves, e o referido anteriormente, Hotel do Monte de Santa Luzia (1918) em Viana do Castelo, transformada em 1974 numa Pousada.⁵⁹

Como consagração das mais diversas obras hoteleiras, surge o Hotel Palace de Cúria (1926) no distrito de Aveiro, um dos melhores exemplos de Arte Nova do país; o Hotel Palácio Estoril (1930) e o Hotel Aviz (1930) em Lisboa, considerado pela revista *Life*, como o “mais sumptuoso do mundo” e no qual passaram ilustres famosos, como Calouste Gulbenkian nos seus últimos 13 anos de vida, Amália Rodrigues, Frank Sinatra, para citar alguns.⁶⁰ Este Hotel foi reconstruído em 2005, com um novo estilo moderno.

Assim como Licínio Cunha diz, estes edifícios majestosos são “[...] exemplos que continuam a dignificar o país [...]”, e “[...] mantém ainda o esplendor das épocas em que foram criados e constituem, a todos os títulos, orgulho do turismo português.”⁶¹

⁵⁵ Ver Turismo do Algarve, <http://blog.turismoalgarve.pt/2011/11/o-hotel-solar-de-raul-lino.html>, consultado em Junho 2014

⁵⁶ Ver Lawrence Hotel, <http://www.lawrenceshotel.com/>, consultado em Junho 2014

⁵⁷ “[...] Com efeito, Carlos pouco se demorou em Resende. E numa macia manhã de Janeiro de 1887, os dois amigos, enfim juntos, almoçavam num salão do Hotel Braganza, com as duas janelas abertas para o rio.”, José Maria d’Eça de Queiroz, “Os Maias- Episódios da Vida Romântica”, Cap. VIII,

⁵⁸ Licínio Cunha, na citação de Martin Hume (n.d), Id, p.144

⁵⁹ Referenciados em Licinio Cunha, Id. *Ibid*.

⁶⁰ Ver Hotel Aviz in <http://www.hotelaviz.com/historia.html>, Consultado em Junho 2014

⁶¹ Licínio Cunha, Id., p. 145



Figura 1.3- Palácio Hotel Bussaco, Coimbra, 1888.



Figura 1.4- Hotel Reid's, Funchal, 1891.



Figura 1.5- Hotel Avenida Palace, Lisboa, 1892.



Figura 1.6- Hotel Palace de Vidago, Chaves, 1910.

1.4. Procura turística da sociedade contemporânea

O turismo é um fenómeno da sociedade contemporânea e tem vindo a crescer ao longo dos anos por diversos motivos que influenciam o comportamento da população a efectuarem determinadas deslocações.⁶² As causas que levam os turistas na procura de actividades nos países de destino, são influenciadas perante a capacidade de oferta dos países turísticos que investem neste sector como forma de desenvolvimento económico.

Desde há muito tempo, o turismo tem sido referido como uma actividade estratégica para a economia nacional, não só porque contribui para o empregabilidade significativa da população (cerca de 8%), como também permite, devido à sua natureza, a diversidade de actividades, a reconversão e requalificação de profissionais neste sector. Da mesma forma, é também um factor estratégico que pode beneficiar o ambiente e a sociedade, uma vez adequado com regularidade, e contribuir para a protecção do meio ambiente e da valorização do património cultural, bem como no seu financiamento.⁶³

Segundo as estatísticas nacionais do turismo do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), os principais receptores turísticos nota-se exactamente nos países com maior número de actividades turísticas no mundo, nomeadamente França, EUA, China, Espanha, Itália, Turquia, Alemanha e Reino Unido, contribuindo para a riqueza nacional dos seus países.⁶⁴

Os factores que contribuem para o crescimento turístico das cidades, partiu essencialmente do desenvolvimento dos transportes, com maior ênfase nos transportes aéreos, que em poucas décadas permitiu a deslocação de passageiros internacionais, que antes carregavam 50 passageiros, passando a transportar cerca de 400 passageiros, com princípios mais económicos e mais rápidos que os iniciais.⁶⁵

A evolução das comunicações e da tecnologia tem da mesma forma uma influência ponderável que justifica a procura turística. Primeiramente contribuiu para o conhecimento dos consumidores nas diferentes cidades, regiões e culturas, despertando para o desejo de viajar. Posteriormente, divulgou de forma eficaz, as novas tendências em conjunto com as

⁶² Segundo estimativas da Organização Mundial do Turismo (OMT) “[...] referem que o turismo crescerá a nível mundial até 2030 a um ritmo de 3,3% ao ano, com mais 40 a 43 milhões de turistas por ano, até essa data.” In *Desafios do Turismo em Portugal 2014*, p.6
www.pWc.pt

⁶³ id. p.2

⁶⁴ Segundo Instituto Nacional do Turismo (INE), 2012, p.16

⁶⁵ “Em poucas décadas o transporte aéreo intercontinental evoluiu dos modelos de Viscount carregavam 50 passageiros, para os actuais Airbus mais velozes, mais económicos e com capacidade para 400 passageiros.”, Eliane Cristine Raab Pires in “Inter-relações do Turismo, Cultura Meio e Ambiente”, Bragança, 2004, p. 25

propagandas e os processos de *marketing*, que possibilitou a facilidade de comunicação e transmissão dos diferentes lugares do mundo, alterando assim a vontade dos consumidores na descoberta de novos lugares e actividades capazes de oferecer outra rotina senão a do quotidiano.

Mais tarde, com o desenvolvimento das tendências modernas vieram a fortificar as comunicações via internet e telemóvel, contribuindo para o fechamento da sociedade num mundo virtual, que fez com que o consumidor procurasse um maior conforto nas diferentes novidades intelectuais em todo o mundo. Os produtos passaram a ficar ao alcance de todos e a facilidade de compra tornou-se à distancia de um clique, passando a tornar a vida das pessoas mais sedentárias e monótonas no seu dia-a-dia. Da mesma forma que acontece nos novos postos de trabalho que cada vez mais se baseiam nessas formas tecnológicas, cortando o contacto directo com as pessoas. Em consequência disso, o Homem procura mais relações interpessoais em todo o mundo e a vontade de satisfazer as suas necessidades fora da rotina, torna cada vez mais evidente, aquando existe a possibilidade de o fazer. É precisamente neste sentido, que o turismo se torna no principal mecanismo para satisfazer esses desejos.

Um possível factor explicativo para o desenvolvimento turístico, está também ligado ao intenso processo de urbanização cada vez mais acentuado na humanidade. O surgimento das grandes cidades trouxe um modo de vida mais *stressante* para a população, nomeadamente no tempo gasto em transportes urbanos, na poluição, violência urbana, conduzindo os habitantes na procura de outros destinos para a recuperação do seu bem-estar. Como forma de combater esta rotina fatigante, as actividades relacionadas com o exercício físico e o relaxamento têm sido cada vez mais imprescindíveis na introdução desses elementos em conjunto com outros sectores do turismo, como se encontram muitas vezes em pacotes turísticos ligados à hotelaria.

Ao mesmo tempo, estes modelos de vida associados aos bem-estar geral e à natureza, conferem às cidades uma nova adaptação ligada às actividades desportivas realizadas ao ar livre, como o caso da implementação das ciclovias, ginásios urbanos, caminhos pedestres, *tours* turísticas pedonais, bem como na preocupação com o aspecto ambiental, na introdução de jardins e parques agradáveis para a realização de inúmeras actividades.

Outro factor relacionado com o processo de globalização não se restringe apenas à economia, mas da mesma forma, noutras actividades humanas que concernem aos países e cidades, a preservação identitária assente na cultura dos povos. A maneira de viver, os aspectos etnológicos e religiosos, e os espaços culturais únicos, representam grande importância no turismo.

Dos vários factores, talvez o de maior relevância no crescimento do turismo esteja relacionado, da mesma forma, com o tempo livre da população, que passou a ter direito a férias pagas, fins-de-semana livres, folgas e outras regalias dos direitos dos trabalhadores, associados à vida moderna e que representam um grande factor no crescimento do turismo.⁶⁶

O perfil do turista está, de facto a mudar, e em conjunto com estas crescentes mudanças surgem também as exigências turísticas que vão sendo cada vez maiores para que sejam capazes de sustentar esta procura. Segundo a OMT, o turismo tem de ser visto de uma nova forma, uma vez que esta é uma actividade de grande valor, na medida em que gera emprego e essencialmente desenvolve muitas regiões a nível europeu e nacional.⁶⁷

1.5. Destino Turístico

O destino turístico deve estar relacionado com um conjunto variável de organizações e indivíduos que colaboram e competem na oferta de uma variedade de produtos e serviços para o turista, trabalhando como suporte principal na actividade turística. Pode compreender um conjunto de recursos, naturais, infraestruturas, diversos serviços oferecidos aos turistas e a própria cultura dos habitantes.⁶⁸

Por outro lado, a OMT define o destino turístico como um espaço físico no qual o visitante permanece pelo menos uma noite, onde inclui produtos turísticos como serviços e atracções, assim como outros recursos turísticos ao alcance de uma viagem com o regresso no mesmo dia. É composto por fronteiras físicas e administrativas que são definidas com o propósito de configurar a competitividade de mercado.⁶⁹

Na interpretação da EUROSTAT, um destino turístico define-se como um local visitado durante uma deslocação turística ou uma viagem, quando esteja associado com o motivo principal da deslocação, definido segundo os seguintes critérios de motivação, definido pelo

⁶⁶ “Há cem anos a jornada semanal de trabalho era de 98 horas. De lá para cá ela foi sendo reduzida de forma acelerada. A jornada de 40 horas semanais predomina na maior parte do mundo e em muitos lugares já se atingiram jornadas de 30 horas semanais” Elaine Cristine Raab Pires por Luís Ignarra in “Inter-relações do Turismo, Cultura Meio e Ambiente”, Bragança, 2004, p.26

⁶⁷ Segundo Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., “*Turismo em Portugal*”, Lisboa, 2005, p. 11

⁶⁸ Segundo pensamento de Reinaldo Dias (n.d) e Maurício Cassar (n.d), id., p.10

⁶⁹ id. *Ibid*

local onde foi passado a maior parte do tempo, ou maior número de noites quando se trata de uma viagem, e a distância, definido pelo local mais visitado.⁷⁰

Perante a interpretação de Licínio Cunha, o destino pode ser visto como identificação do local visitado ou como espaço territorial onde se desenvolve um complexo de inter-relações que garantem a existência de factores de atracção, e como o processo de produção e consumo se desenvolvem com vista a satisfazer as necessidades turísticas. Ainda no mesmo contexto, refere ainda que o espaço territorial fica sujeito a transformações que dão origem a novas, modificando as suas características e fazendo nascer novas actividades que em conjunto resultam numa estruturação espacial. É neste sentido que se concentram as atracções e serviços que garantem a produção turística diversificada, com elementos espaciais, administrativos e produtivos.⁷¹

Como componentes essenciais do destino turístico, são referidos por Philip Kotler (1931), os seguintes:

i) **Recurso turístico** - conjunto de elementos naturais, culturais, artísticos, histórico ou tecnológicos que geram uma atracção turística;

ii) **infra-estruturas** - conjunto de construções e equipamentos exigidos pelo desenvolvimento de actividades turísticas humanas dos residentes e visitantes no local, assim pelas que resultam das relações desse local com o exterior;

iii) **Equipamentos** - conjunto de facilidades necessárias para acomodar, manter e ocupar os tempos livres dos turistas, tais como alojamento, restauração, animação, centros de congressos, comércio, transportes locais e outros serviços;

iv) **Acolhimento e cultura** - espírito, atitudes e comportamentos existentes em relação aos visitantes, assim como as manifestações culturais;

v) **Acessibilidades** - os meios de transporte externos, incluindo os serviços e respectivas tarifas.

⁷⁰ Turismo de Portugal in “Conceitos Estatísticos do Turismo”, <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/conceitosenomenclaturas/Documents/Conceitos%20Estatisticos%20para%20Turismo.pdf>, consultado em 1 Junho 2014

⁷¹ Nuno Madeira in “Marketing e Comercialização de Produtos e Destinos”, Porto, 2010, p.10-11

Em Portugal, segundo o Turismo de Portugal, o país encontra-se dividido para além dos sete principais destinos regionais: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira, pelos seguintes pólos turísticos: Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Lisboa e Vale do Tejo, Alqueva e Alentejo litoral.⁷²

Trata-se de uma forma de organizar a oferta turística dos diferentes pontos estratégicos do país, não apenas para uma acessível administração do território, mas principalmente para uma repartição homonéga, com diferentes graus de desenvolvimento do mercado, afirmando este sector como um dos mais dinâmicos propulsores da economia nacional. Os destinos regionais traduzem-se de forma individual, como principais fontes de produtos turísticos diferenciados atribuindo-lhes uma identidade específica. Por outro lado, os pólos turísticos asseguram as ofertas que os destinos regionais têm para oferecer, sob forma de percepção e imagem que os turistas têm sobre cada um deles.

1.6. Situação Actual do sector de Saúde e Bem estar

A consciência de que a saúde é um factor importante para o bem-estar físico e equilíbrio da qualidade de vida, contribui para o aumento na procura deste sector como parte integrante do quotidiano, estando associada a uma melhoria significativa de qualidade de vida saudável. Face às dificuldades económicas da população em geral e ao estilo de vida diário, este sector tem sido uma recente escapatória dos ambientes stressantes do quotidiano, sendo considerado benéfico no melhoramento da saúde da população, no que diz respeito ao equilíbrio físico e mental do corpo, contribuindo para um melhor desempenho das tarefas do quotidiano.

Para o Turismo de Portugal, “[...] o crescente interesse pelo culto do corpo e da mente, por experiências únicas e personalizadas, em locais com arquitectura e meio envolvente diferenciadores [...]”⁷³, ao mesmo tempo que configuram um potencial desenvolvimento deste sector no contexto nacional e internacional, na medida em que a diversidade e qualidade deste tipo de serviços torna-se imprescindível para a aquisição do turismo em Portugal. É certo que, este sector de turismo tem uma grande influência no desenvolvimento económico do país e o interesse internacional na diversidade de actividades deste sector, conferem a requalificação e inovação dos espaços terapêuticos.

⁷² Segundo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) in “Estudo de Avaliação da Atratividade dos Destinos Turísticos de Portugal- Continental para o Mercado Interno”, 2009
<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/destinos/destinotur%C3%ADsticos/A nexos/Centro.pdf>, consultado em 1 Julho 2014

⁷³ In Turismo de Portugal i.p, “Qualificação da oferta de Saúde e Bem-estar”, 2010

Também tem acrescido no sentido de melhorar os serviços e equipamentos disponíveis para usufruto da população, sob forma de investimento “saudável”, justificado pelos gastos geridos por esse tipo de turismo, ao mesmo tempo que pretende criar uma variedade de serviços capazes de competir com modelos europeus, até porque a grande variedade de recursos de águas minerais e a extensa costa litoral, permite perspectivar o incremento de projectos termais e de talassoterapia, capazes de promover ofertas distintas de Saúde e Bem-estar em Portugal. Na opinião de Mangorrinha (n.d), *“O turismo desempenha um efeito multiplicador de desenvolvimento nos restante sectores económicos, constituindo uma importância ímpar nas economias modernas. [...] A sua evolução deve passar pelo desenvolvimento do turismo sustentado, assente na preservação e valorização do património natural.”*⁷⁴

Com o aumento da diversificação do turismo, esta procura influencia a evolução dos serviços prestados em concordância com a adesão gerada por estes pontos particulares, cuja procura não recai apenas na recuperação saudável do corpo, como também na ausência de factores que condicionem o bem-estar geral e consigam proporcionar momentos de grande relaxamento e abstenção às condicionantes diárias, sendo que, a qualidade dos espaços termais, enquanto produtos turísticos, tem cada vez mais importância na escolha do praticante.

Entre vários factores que influenciam a aposta neste sector, designadamente aos serviços prestados para o melhoramento da saúde sob forma de tratamentos de águas minerais e outros tipos de terapias, existem cada vez mais actividades e equipamentos que complementam estes tratamentos, na medida em que se torna necessário um conjunto elementar de requisitos que tornam as estâncias termais únicas no processo de escolha. Tendo em conta o progresso europeu, é importante que as estâncias de Portugal não se mobilizem apenas na cura proporcionada pelos tratamentos terapêuticos, mas em novas vertentes distribuidoras de lazer e cultura, com especial enfoque no âmbito dos factores económicos nacionais, face à concorrência europeia dos países de grande desenvolvimento termal, como no exemplo de Itália, Espanha, Áustria, França, Alemanha, e Suíça.⁷⁵

⁷⁴ Jorge Mangorrinha in *“À volta das Termas”*, Caldas da Rainha, 2002, p.133

⁷⁵ Segundo estudo realizado por THR (Acessores enTurismo y Recreación, S.A) para o Turismo de Portugal, ip, in *“10 produtos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal -Saúde e Bem-estar”*, Lisboa, 2006, p. 16

Este sector de turismo pode ser separado por dois tipos de motivações: a recuperação do bem estar físico e psíquico e a realização de tratamentos especializados. Existem distinções entre dois tipos de turismo neste sector, nomeadamente:⁷⁶

- **De Saúde**, cujo o principal motivo surge da realização de tratamentos específicos para a cura de doenças, correspondendo a 20% do turismo de Saúde e bem-Estar;
- **De Bem-estar Geral**, que surge da experiência e procura do equilíbrio e harmonia mental, física, emocional e espiritual, correspondendo a 60% da adesão;
- **Bem-Estar Especifico**, que parte da procura do bem estar físico e psíquico através do tratamento particular, correspondendo aos restantes 20% do turismo deste factor.

Neste sentido, o produto de actividades termais tem aumentado significativamente com a requalificação de projectos hoteleiros tem sido uma recente escapatória, face ao ambiente stressante condicionado pelo quotidiano e pela modo de vida de muitas pessoas, considerando este tipo de serviço como uma mais valia no melhoramento da saúde da população, no sentido de ser uma alternativa saudável para o tratamento do corpo.

O produto de actividades ligadas ao sector hoteleiro tem sido um dos principais factores de investimento por parte dos investidores, uma vez que a procura do consumidor, por lugares que proporcionam um tratamento e repouso total, tem sido cada vez maior. Os pacotes de promoções e de viagem, contribuem largamente para a adesão dos mesmos, que muitas vezes oferecem estadia para uma ou mais pessoas em simultâneo. É, também, importante perceber, que este sector não assume somente factores económicos, mas também de qualidade de vida, na medida em que contribui para a saúde e o equilíbrio mental, físico e espiritual da população em geral. Um exemplo perfeito disso, são as estâncias termais, que possibilitam o tratamento de doenças, de espaços de lazer e uma estadia confortável.

Portugal tem um vasto conjunto de recursos naturais que podem ser utilizados como base na elaboração deste tipo de estabelecimentos, tendo sempre como princípio a saúde e o bem-estar dos indivíduos que usufruem deste sector. A conjugação das infraestruturas deste sector estão relacionadas com o tipo de recursos de determinada região do país e de que forma poderão ser aplicadas conforme as qualidades e quantidades do mesmo. Existem duas tipologias de estabelecimentos base existentes:⁷⁷

⁷⁶ PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) in “Uma estratégia para o desenvolvimento do Turismo em Portugal”, (RCM 53/2007, de 04 de Abril)

⁷⁷ id., p.25

- **Estâncias termais:** este sector está tradicionalmente ligadas à terapia. Os tratamentos realizados nestes estabelecimentos podem ser feitos com águas medicinais quentes, nomeadamente banhos quentes e frios, vapores, para citar apenas alguns.
- **Instalações *Spa&Wellness*:** nestes estabelecimentos realizam-se diversos tratamentos de beleza, relaxamento, talassoterapia, para citar apenas alguns. Algumas termas contém actualmente este tipo de serviço assim como as unidades hoteleiras mais modernas.

Como distinção dos diferentes tipos de termalismo, existem:⁷⁸

- **Termalismo Clássico:** neste termo os serviços terapêuticos utilizados são indicados e praticados a um termalista, sempre sujeito às indicações terapêuticas que lhe foram atribuídas, consoante a água mineral natural para esse efeito.
- **Termalismo de Bem-estar:** são serviços para a melhoria da qualidade de vida, podendo estar associados à prevenção de doenças, ou apenas ligados à estética, beleza e relaxamento. Neste sentido são aplicadas técnicas termais, com possibilidade de utilização de água mineral natural.

No ano 2012, Portugal contava com 37 estabelecimentos termais, com maior predominância na região Centro (51%), seguido do Norte (38%) e Lisboa e Algarve (11%). A vertente do termalismo de Bem-estar representou 56% de adesão, com mais adesão na região Norte. O termalismo Clássico apresentou 48% face ao total, com principal acréscimo na região Centro.⁷⁹ Actualmente conta com 39 estabelecimentos activos.

A maioria destas estâncias termais combinam as actividades terapêuticas e de relaxamento, com unidades hoteleiras de grande qualidade, de modo a proporcionar ao turista uma estadia completa e agradável, quando conciliados os tratamentos com as dormidas. Portugal conta com 29 estabelecimentos hoteleiros termais, no conjunto de termas acima referido. Os distritos que contabilizam um maior número de hotéis termais são os do Algarve e de Viseu com cinco unidades disponíveis, seguidos de Aveiro e Castelo Branco com quatro alojamentos termais. O distrito de Leira conta com apenas um

⁷⁸ Turismo de Portugal in “Termas de Portugal - Oferta e procura 2012”, p.15

⁷⁹ id., p.4-5

estabelecimento. Estes hotéis conferem valores de grande qualidade arquitectónica, muitos deles reabilitados e restaurados para se tornarem grandes hotéis de luxo.⁸⁰

1.7. Factores do aumento do Turismo de Saúde e Bem-Estar

Assim como foi referido anteriormente, este sector tem apresentado uma crescente procura devido aos vários factores de mudança da sociedade, que produziu mudanças culturais e novos hábitos, assim como os avanços tecnológicos e medicinais, que contribuíram para esta crescente e para a influência de viagens segundo este sector. Segundo THR, são factores influentes os seguintes:⁸¹

- Envelhecimento da população e uma atenção cada vez mais orientada para tratamentos termais e de prevenção.
- Exposição dos consumidores a uma grande diversidade de factores externos que afectam o seu bem-estar físico e psíquico, que faz com que procurem momentos de descontração e bem-estar.
- Crescente interesse pelo “culto do corpo”.
- A esperança média de vida dos cidadãos da União Europeia aumentou em 8 anos para os homens e 7 anos para as mulheres, o que justifica o aumento de viagens realizadas pelo segmento da Terceira Idade.
- As leis que garantiram à mulher o direito à igualdade permitiram que se destacasse profissional e pessoalmente, paralelamente, o número de viagens individuais e colectivas realizado por este segmento aumentou consideravelmente.
- Aumento dos divórcios nos últimos anos está a gerar um novo segmento de clientes: viagens individuais realizadas por divorciados.

1.8. Tipologia do Alojamento Turístico

Os meios de alojamento turístico destinam-se a oferecer as condições necessárias para a permanência dos turistas que queiram passar pelo menos uma noite no local de visita. A infraestrutura de alojamento é imprescindível nos destinos turísticos, na medida em que, a existência deste meio permite um maior usufruto dos locais de visita, em questão de tempo e de repouso. Da mesma forma que, qualquer viagem turística, por definição, implica uma estadia. Muitos turistas optam por pernoitar em casa de familiares e amigos, em

⁸⁰ in Termas de Portugal,

<http://www.termasdeportugal.pt/hotelariatermal/>, Consultado em 3 Julho 2014

⁸¹ Segundo estudo realizado por THR (Assesores enTurismo y Recreación, S.A) para o Turismo de Portugal, ip, in “10 produtos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal -Saúde e Bem-estar”, Lisboa, 2006, p. 19

alojamentos hoteleiros, pousadas, casas de aluguer, apartamentos ou outros alojamentos que estejam de acordo com a necessidade do turista de modo a servir de conforto para passar a noite.

Obstante das classificações de alojamento turístico específicas, o alojamento distingue-se de uma forma generalizada em dois grupos, de acordo com a OMT. Como definição de alojamento turístico, entende-se que são todos os estabelecimentos que forneçam, regular ou ocasionalmente, dormidas ou estadas aos turistas ou viajantes. Os dois grupos distintos encontram-se divididos da seguinte forma:⁸²

i) **Alojamento turístico colectivo:** designa-se como um estabelecimento destinado ao alojamento do viajante num quarto ou em qualquer outra unidade, com a condição de que o número de lugares oferecidos seja superior ao mínimo especificado para grupos de pessoas que ultrapassem uma unidade familiar, sendo que todos os lugares do estabelecimento devem inserir-se numa gestão de tipo comercial comum, mesmo quando não têm fins lucrativos.

ii) **Alojamento turístico privado:** compreende o inverso do alojamento colectivo. Neste sentido, a cada alojamento independente, seja quarto ou apartamento ocupado por turistas num período de uma semana, quinzena ou um mês, ou simplesmente pelos seus proprietários como residência secundária ou de férias.

Estes grupos dividem-se ainda em sub-grupos e grupos primários, segundo a definição de alojamento colectivo e privado. Com base na tabela 1.1 representada de acordo as definições do Turismo de Portugal, classificam-se os seguintes termos:

⁸² *Turismo de Portugal in “Conceitos Estatísticos do Turismo” de acordo com Decisão 1999/34/CE da Comissão, de 09-12-98 Jornal Oficial das Comunidades Europeias.*

Alojamento Turístico		
Grupos	Sub-grupos	Grupos Primários
Alojamento colectivo	Hotéis e Estabelecimentos para hoteleiros	Hotéis
		Estabelecimentos para hoteleiros
	Estabelecimentos Especializados	Estabelecimento de cura
		Alojamento trabalho-férias
		Alojamento no interior dos meios de transporte colectivo
		Centro de conferências
		Alojamento de férias
	Outros Estabelecimentos Colectivos	Campismo
		Outros colectivos
		Quartos alugados em alojamento familiares
Alojamento privado	Alojamento privado em aluguer	Alojamentos alugados a particulares ou agências particulares
		Alojamento ocupados pelos proprietários
	Alojamento privado fora de aluguer	Alojamentos cedidos gratuitamente
		Outros alojamentos particulares

Tabela 1.1 - Grupo de Estabelecimentos Turísticos segundo Turismo de Portugal, i.p

A legislação portuguesa (*Decreto-Lei no 106/2012*), lançado a 31 de Maio, insere os alojamentos turísticos no grupo de Empreendimentos Turísticos⁸³, onde podem ser implementados estabelecimentos de diferente natureza seguindo as seguintes tipologias:

- i) Estabelecimento Hoteleiros,
- ii) Aldeamentos Turísticos,
- iii) Apartamentos Turísticos,
- iv) Conjuntos Turísticos (*resorts*),
- v) Empreendimentos Turismo de Habitação,
- vi) Empreendimentos Turismo Espaço Rural,
- vii) Parques Campismo e de Caravanismo,
- viii) Empreendimentos de Turismo de Natureza,

No que respeita à classificação referente a cada um dos empreendimentos turísticos, são-lhes atribuídos uma classificação, segundo as categorias de 1 a 5 estrelas, às alíneas i), ii) e iii). Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se nas categorias de 1 a 5 estrelas. Os aldeamentos turísticos e os apartamentos turísticos de 3 a 5 estrelas, de acordo com os requisitos.

As características dos alojamentos turísticos podem ser subdivididas em grupos primários, apresentados a seguir:

- i) Estabelecimentos hoteleiros

Os estabelecimentos hoteleiros destinam-se a “proporcionar alojamento turístico e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, e vocacionados a uma locação diária.”⁸⁴ Dentro dos estabelecimentos hoteleiros podem ser classificados os seguintes grupos primários:

- a) Hotéis
- b) Pousadas⁸⁵
- c)

Ainda segundo o mesmo regulamento, os estabelecimentos hoteleiros:

⁸³ Considera-se Empreendimentos turísticos, “os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento turístico, mediante renumeração, dispondo, para seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, segundo as tipologias previstas no presente diploma [...] nestes podem instalar-se estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços desde que o seu número e localização não afectem a função e a utilização das áreas de uso comum.” Segundo Decreto-Lei no 106/2012, artº2.

⁸⁴ Id., *ibid.*

⁸⁵ “[...] quando instalados em imóveis classificados como monumentos nacionais ou regionais, ou de interesse público regional ou municipal, ou em edifícios que ela sua antiguidade, valor arquitectónico e histórico seja representativo de uma determinada época. Id., Secção III, artº11.

- “[...] devem dispor, no mínimo, de 10 unidades de alojamento.”
- “[...] podem ocupar uma parte independente de um edifício, constituída por pisos completos e contíguos, ou na totalidade de um ou mais edifícios inseridos num conjunto de espaços contíguos, apresentando expressão arquitectónica e características funcionais coerentes.”
- “[...] Num mesmo edifício podem ser instalados estabelecimentos hoteleiros diferentes.”

Referente à classificação das pousadas e estabelecimentos hoteleiros instalados em edifícios classificados, o artº do (*Decreto lei no 82/2008*), estabelece:

- a) “As pousadas instaladas nos edifícios classificados como monumentos nacionais ou de interesse público devem obter a pontuação exigida para os hotéis de 4 estrelas.”
- b) “As pousadas instaladas em edifícios classificados de interesse regional ou municipal ou em edifícios que, pela sua antiguidade, valor arquitectónico e histórico, sejam representativos de uma determinada época devem obter a pontuação exigida de 3 estrelas”.

ii) Aldeamentos turísticos

Os aldeamentos turísticos são constituídos por um conjunto de instalações que funcionam interdependentes, e situam-se em espaços com continuidade territorial e apresentam uma expressão arquitectónica coerente. Estes espaços, podem ser atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio ao turista.

iii) Apartamentos turísticos

Os apartamentos turísticos destinam-se a proporcionar alojamento e outros serviços complementares e de apoio aos turistas, desde que sejam constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento mobiladas e equipadas. Estas tipologias, podem ser constituídas por pisos ou pela totalidade de um ou mais edifícios que constituam um conjunto harmónico e articulado entre si e inserido num espaço identificável e de expressão arquitectónica, com características funcionais coerentes.

iv) Conjuntos Turísticos

Os conjuntos turísticos são definidos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial e podem ser, tal como os aldeamentos turísticos, atravessados por estradas e caminhos municipais e outros elementos necessários para o alojamento e serviços complementares de apoio aos turistas.

Devem, no entanto, ser complementados com pelo menos dois empreendimentos turísticos, tendo obrigatoriamente um deles ser um estabelecimento hoteleiro de 5 ou 4 estrelas, um equipamento de animação autónomo e um estabelecimento de restauração. Com efeito, são considerados equipamentos de animação autónomo os seguintes:

- i) Campos de golfe,
- ii) Instalações de spa, balneoterapia, talassoterapia e outras semelhantes,
- iii) Centros de convenções e de congressos;
- iv) Hipódromos e centros equestres;
- v) Casinos;
- vi) Autódromos e Kartódromos;
- vii) Parques temáticos;
- viii) Centros e escolas de Mergulho.

v) Turismo de Habitação

Os empreendimentos desta tipologia, são estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares, desde que sejam possuidores de um determinado valor arquitectónico, histórico ou artístico, representativo de uma época, nomeadamente palácios e solares. Estes podem localizar-se em espaços rurais ou urbanos.

vi) Turismo em Espaço Rural

Este tipo de tipologia de alojamento, situa-se em espaços rurais e destina-se a prestar serviços de alojamento a turistas, através de um conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, sempre com vista numa oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. Os empreendimentos do turismo rural podem ser classificados por:⁸⁶

- a) Casas de Campo;
- b) Agro-turismo;
- c) Hotéis rurais.
- d) Alojamento rural

⁸⁶ As alíneas a) e b) devem “integrar-se nos locais onde se situam de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, através da recuperação de construções existentes, desde que seja assegurado que esta respeita a traça arquitectónica da construção já existente.” Id., Secção VIII - artº18.

vii) Parques de Campismo e Caravanismo

Os parques de Campismo e Caravanismo são empreendimentos instalados em terrenos delimitados e dotados de estruturas destinadas a instalação de tendas, reboques, caravanas ou autocaravanas, e outros materiais e equipamentos necessários para a prática do campismo e caravanismo. Estes estabelecimentos podem ser de carácter público ou privado, consoante o público que se destine. No primeiro termo deve ser aberto ao público em geral, no segundo apenas a beneficiários, entidades proprietárias ou exploradoras. Qualquer um dos termos referidos, os parques de campismo e caravanismo, podem optar por apenas um dos tipos de equipamentos referidos acima.

viii) Turismo de Natureza

Os empreendimentos de turismo e de natureza são estabelecimentos destinados à prestação de serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, apropriados para o funcionamento adequado para m conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares desde que estejam relacionados com a animação ambiental, visitação de áreas naturais, desporto de natureza e interpretação ambiental. ⁸⁷

Fora do grupo de Empreendimentos Turísticos referidos anteriormente, um grupo designado de Alojamento Local, destinado ao alojamento temporário, mediante renumeração, mas que não reúnem os requisitos necessários para serem considerados empreendimentos turísticos. Neste grupo, insere-se os seguintes estabelecimentos:

- a) Moradias;
- b) Apartamentos;
- c) Estabelecimentos locais;
- d) Quartos;
- e) Suites;
- f) Outros.

⁸⁷ Os empreendimentos deste turismo são reconhecidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, do Turismo de Portugal. Estes critérios são definidos segundo a portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do turismo. Id., Secção X - artº20

1.9. Estatísticas dos estabelecimentos Hoteleiros

Através dos registos do Turismo de Portugal, i.p, facultados pelo INE, é-nos possível identificar, alguns dados estatísticos referentes à adesão dos alojamentos turísticos, nomeadamente a capacidade média de cada tipologia de alojamento, a região com maior capacidade média de alojamentos, assim como os estabelecimentos com maior número de dormidas por noite, obtendo a média anual de cada tipologia. Da mesma forma, também o número médio das pessoas ao serviço de cada tipologia de alojamento interessa para este estudo.

Na análise dos alojamentos turísticos encontram-se os estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos e pousadas), e os aldeamentos e apartamentos turísticos. O agrupamentos de “outros alojamento”, abrangem os motéis, estalagens e pensões e outras tipologias não reconhecidas pelo Turismo de Portugal, mas mantidas na Classificação das Actividades Económicas.⁸⁸

No mesmo ano a hotelaria dispunha de 1 243 estabelecimentos de alojamento hoteleiros em actividade no continente, 704 unidades de Turismo Rural, incluindo as modalidades Agro-turismo, Casas de Campo e Hotéis Rurais e ainda outros estabelecimentos similares. O Turismo de Habitação contou com 197 estabelecimentos e no Alojamento Local com mais de dez camas prefez o total de 986 unidades de alojamento.⁸⁹

As dormidas com mais afluência no país são realizadas pelos turistas não residentes, correspondendo a 68,7% de dormidas no total, sendo os principais indivíduos dos países emissores, Reino Unido, Espanha, França, Países Baixos, Brasil, Irlanda e Itália. Os residentes de Portugal, originaram 12,4 milhões de dormidas, um total de 31,3%.⁹⁰

1.9.1. Por Região⁹¹

A região com maior capacidade de alojamento hoteleiro em Portugal, foi no Algarve com cerca de 36,6% de estabelecimentos, seguido de Lisboa com 18,5%. As regiões do Norte e Centro encontram-se relativamente semelhantes em termos de alojamentos, contando com uma média de 14%. No que diz respeito às unidades de alojamento mais predominantes, são maioritariamente os Hotéis com 56,1% de alojamentos, seguidos dos Hotéis-apartamentos

⁸⁸ Segundo Instituto Nacional de Turismo (INE) in “*Estatísticas do Turismo 2012*”, Lisboa, p. 43

⁸⁹ Ver INE, 2012 - Quadro 5, p.53

⁹⁰ Id, p. 48

⁹¹ Ver INE, 2012

(14,55%). Com menor capacidade de alojamento encontra-se as pousadas com 1,1%. (Fig1.13)

1.9.2. Por Tipologia⁹²

De todos os empreendimentos turísticos, foram os hotéis que tiveram maior procura com 61,2% de dormidas totais, de maior preponderância nas categorias de 4 estrelas que contou com 45,1% do total da tipologia. Os Hotéis-apartamentos foram a segunda opção dos turistas com 12,2%, também na mesma categoria com 68,0% de dormidas.⁹³

A hotelaria no ano referente ao estudo representado, segundo as estatísticas de INE 2012, a hotelaria alojou cerca de 13,8 milhões de hóspedes, originando 39,7 milhões de dormidas. A escolha dos turistas para passar as noites numa determinada localidade em Portugal, consoante as condições de cada tipologia de alojamento turístico, focou-se essencialmente nos Hotéis de 4 e 3 estrelas. Também os Hotéis-Apartamentos contaram com uma estimativa de 16,3% de dormidas. As pousadas são as que menos representaram as dormidas em Portugal, com apenas 0,9% de dormidas. (Fig.1.14)

1.9.3. Empregabilidade⁹⁴

Em termos de empregabilidade, os estabelecimentos hoteleiros concentram um maior número de pessoas por serviço, contando com 44 490 pessoas, cerca de 67,0% de empregabilidade no total. Seguidamente foram hotéis-apartamentos com 11,9% e os aldeamentos turísticos com 6,9% de empregabilidade.

Tendo em conta o nível médio de empregabilidade por estabelecimentos hoteleiro, que estimava cerca de 22 pessoas, em 2012, os aldeamentos turísticos superaram largamente esse número com 40 pessoas em média, assim como os Hotéis-apartamentos com 35 e os Hotéis com 30 pessoas. (Fig.1.15)

⁹² *Id, Ibid*

⁹³ *Id, Ibid*

⁹⁴ *Id. Ibid.*

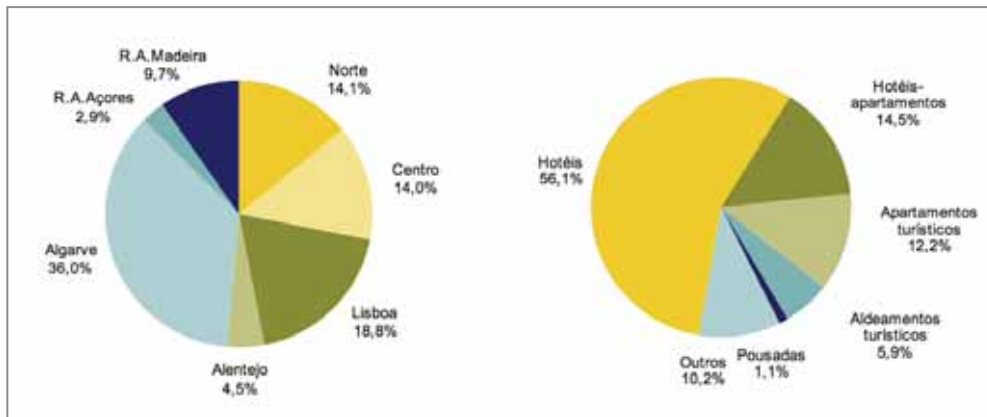


Figura 1.7- Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por região e tipologia 2012

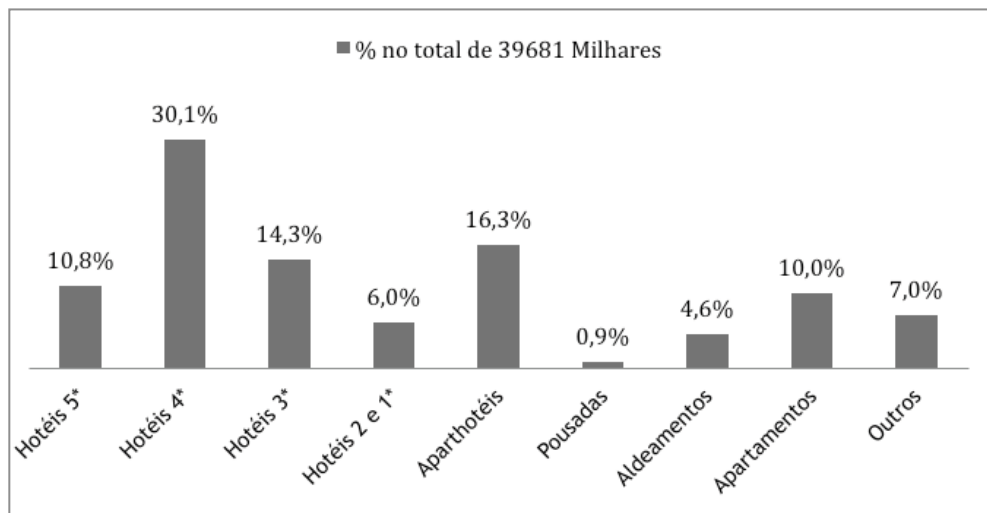


Figura 1.8- Dormidas Anuais por Tipologia de alojamento turístico, 2012

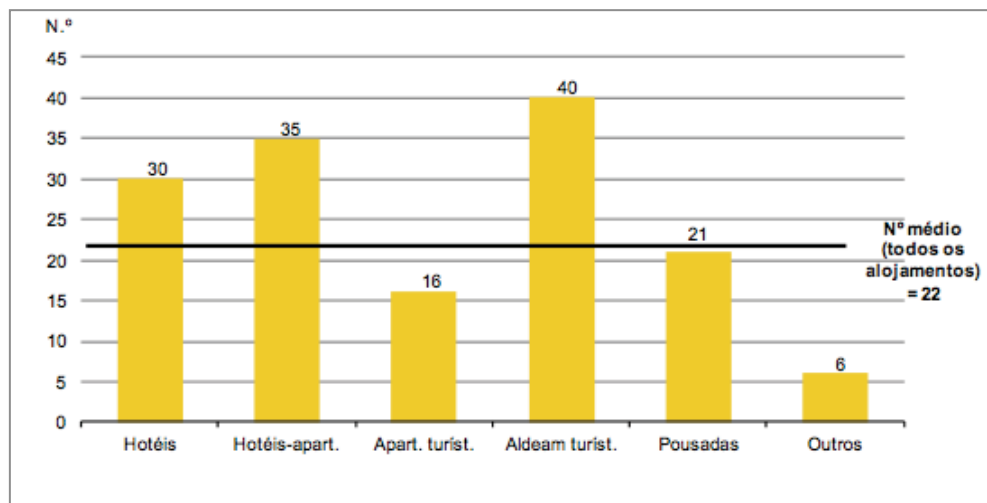


Figura 1.9- Número médio de pessoas ao serviço por tipo de alojamento, 2012

2. Termalismo

2.1. Contexto Histórico do Termalismo

“[...] as termas são lugares privilegiados de terapia e de reencontro com a natureza e a cultura local, e as tendências evolutivas em todo o Mundo caminham em torno da conservação deste equilíbrio.”⁹⁵

A história do termalismo tem uma cronologia difícil de contornar, face à natural relação que o Homem criou com os elementos da natureza ao longo da sua descoberta. Ainda que tenhamos que delimitar os acontecimentos no período de tempo definido à priori, torna-se imprescindível relacionar a história do termalismo, sem mencionar as suas origens e inícios de evolução.

O termalismo é conhecido pela prática terapêutica desenvolvida pelos poderes curativos das águas minerais termais utilizadas para tratamentos físicos, psicológicos e espirituais, como alternativa natural à medicina. A sua relação com o Homem começou na Antiguidade, nas civilizações muçulmanas e hindu que utilizavam as águas como fontes espirituais e religiosas, as quais permitiam a purificação harmoniosa do corpo.

As civilizações gregas e romanas tinham uma veneração especial pelas nascentes, reconhecendo que as águas estavam associadas aos poderes divinos, provenientes dos deuses e das ninfas. Os seus banhos faziam parte de um ritual de higiene corporal que envolvia um conjunto de exercícios físicos, massagens com óleos especiais, imersões em águas de diferentes temperaturas, limpeza consciente da pele, finalizadas de cremes e adereços. Um ritual de convívio social de saúde, também político e religioso, que emancipava a beleza e a pureza daqueles que consagravam estes espaços naquela época. Face ao exposto, a popularidade dos banhos termais tiveram uma dimensão admirável e a prática termal passou a ser fundamental na vida de muitas civilizações, criando uma união entre os povos que rapidamente assumiram uma expansão destas construções em todos os cantos do mundo até ao ocidente contemporâneo. A construção dos balneários foram parte integrante da paisagem, e das águas cresceram obras emblemáticas e exemplos monumentais para esta prática, assumindo dimensões construtivas e decorações exuberantes, de tal forma, que o seu desenho funcional foi a base conceptual das termas românticas que cresceram na Europa no século XIX. Para além do sobrenaturalismo emancipado naquela época, foram também as civilizações romanas, os pioneiros na descoberta das águas como terapêuticas, construindo inteligentes sistemas de captação e drenagem de águas e esgotos.

⁹⁵ Jorge Mangorrinha, in *À volta das Termas*. Caldas da Rainha, 2002, p.10

Durante a Idade Média, as estâncias termais adoptaram um estilo envolto ao divertimento e prazer social muito específicos, o deslumbramento de higiene e preocupação corporal passou a ser um factor extra na ida às termas, e os interesses da população foram virados para as práticas sociais na procura de satisfação nas casas de jogo, bordéis e tabernas, aquando do desenvolvimento social e das práticas termais tornaram-se cada vez mais populares com a implementação de novos espaços e serviços luxuosos que fossem capazes de distrair as classes praticantes e boémias. Precisamente após a segunda metade da Idade Média, surgiu umas das estâncias termais mais populares da Europa, como a cidade de Karlovy Kary, na República Checa, fundada pelo Imperador da Alemanha, Carlos IV (1316-1378), no século XIV, dotada de uma arquitectura barroca memorável.

Também as estâncias de Spa (1763) na Bélgica e Baden-Baden (1822) na Alemanha, ganharam prestígio através da implementação dos casinos e empresas ligadas aos jogos de poder, sendo que, de um modo geral, as estâncias alemãs foram modelos turísticos para a passagem das férias de Verão, onde as elites despojavam os “excessos” do ano inteiro.

Por outro lado, o progresso do termalismo não esteve só envolto nas questões sociais, também as águas termais foram utilizadas para tratamentos de doenças, como no caso da lepra, que se alastrou por toda a Europa, havendo a necessidade de se construir, juntos às nascentes de águas termais, inúmeros hospitais destinados ao tratamento dos leprosos e outras doenças. Foi exemplo disso, o Hospital Termal das Caldas da Rainha, no ano de 1485, até à data o primeiro no mundo com funções hospitalares⁹⁶, destinado ao cuidado do povo desfavorecido e debilitado que, junto das nascentes se banhavam.

“Um pouco por todo o país, construíram-se abrigos à utilização das nascentes, quase sempre feitos pela população local. A maior parte das nascentes brotavam em lugares ermos e a sua descoberta coube, ocasionalmente, a pastores e residentes locais, a quem estas águas melhoravam as suas enfermidades. Também acontecia que eram os próprios animais a curarem feridas e, por tal facto, a despertar atenções.”⁹⁷

⁹⁶ Facto referido na monografia Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p.53. No seguinte capítulo “As Caldas. A Fundação do Hospital e da Vila pela Rainha D.Leonor - Aspectos da sua evolução até ao séc. XVII”, João L. Saavedra Machado ao falar da data da inauguração do Hospital Termal em 1503, segundo Jorge de São Paulo, refere que “[...] *sem que tivesse sido provável viriam a construir esplendoroso despontar de um famoso conjunto hospitalar [...]*” utilizando a citação de Fernando Correia “*único do seu género no mundo*” para justificar o facto de que este seria o primeiro hospital a ser construído com funções termais.

[...] O Hospital Termal das Caldas da Rainha. Como estas características foi o primeiro Hospital do mundo e durante muitos anos o único.” In Jorge Mangorrinha, “O Lugar das Termas”, 2000, p.157

⁹⁷ Jorge Mangorrinha, in *À volta das Termas*. Caldas da Rainha, 2002, p.143

Da mesma forma, em 1742, na cidade de Bath em Inglaterra, é inaugurado o primeiro Hospital reumatológico da Inglaterra. Uma cidade termal complementada pelos mais diversos atractivos e equipamentos culturais de arquitectura georgiana neoclássica e extensos espaços verdes propícios para um ambiente de bem estar terapêutico.

Mais tarde, em meados do século XIX, na designada época de ouro do termalismo, do termalismo introduziu novas formas de tratamento medicinais, como a hidroterapia⁹⁸, defendida por Sebastian Kneipp (1821-1897), que combinados com exercício físico, uma alimentação equilibrada e um quotidiano equilibrado, contribuíam para o benefício físico e mental do corpo. Estes progressos foram importantes para o desenvolvimento da medicina e do termalismo que abriram portas para o tratamento moderno do corpo. Dessa necessidade de exercício físico, as estâncias passaram a ser equipadas com espaços de dança, parques arborizados para os passeios e desportos ao ar livre, melhorando cada vez mais a qualidade de acolhimento das termas. Foi precisamente neste século, que as maiores estâncias termais, sobretudo na Europa Central, converteram-se em grandes complexos termais, complementados de complexos desportivos, hotéis de luxo, salas de dança e concertos, grandes parques para passeio pedonal e até mesmo lojas de requinte.

Em Portugal de 1892, o panorama estende-se com a mesma exploração arquitectónica, cujas termas não se faziam acompanhar sozinhas e vinham providas de instalações da mesma espécie, completando o microcosmo termal. As estâncias mais prestigiadas eram o principal encontro das classes altas, no conjunto de interesses de convívio social e político muito na moda naquela altura. Efectivamente, face ao crescimento e investimento das classes abastadas, justificava-se uma maior preocupação e embelezamento das estâncias termais. O período de desenvolvimento na construção de equipamentos tecnológicos e artísticos, foram transformados em grandes centros de lazer e turismo de grande importância, destinados para as celebridade das classes elitistas de uma sociedade restrita.

Em contrapartida, no século XX, após a instabilidade causada pela segunda Guerra Mundial, com condições político-económicas desfavorecidas, o interesse pelos lugares de mar e sol e com o decréscimo monetário dos fármacos, que até à altura beneficiavam a medicina termal, as estâncias passaram a ser lugares completamente distintos, face à vivência local destes espaços que serviram a um número de classes sociais mais diversificado. No exemplo dessas mudanças, deu-se um crescimento de qualitativo em determinadas estâncias, especialmente em Monfortinho, Chaves, Vimeiro e Piedade. As estâncias termais serviam os gostos generalizado de cada classe, sendo que as classes populares mantinham o gosto pela utilização clássica termal e as classes de elite serviam-se das funções lúdicas. Ainda assim, o turismo termal apresentou um declínio nas duas aquisições como resultado de um turismo de praia mais diversificado. Consequentemente a essa distinção, durante o

⁹⁸ Tratamento realizado sob diversas formas e temperaturas de águas.

anos 60, o termalismo tornou-se um dos sectores da economia menos requisitado em Portugal. Só por volta dos anos 80 e 90 é que se notou uma nova recuperação desta vertente, sob forma de incrementar a utilização da cura termal das doenças, no combate ao stress e no melhoramento da condição física, através de componentes recreativas e culturais. Ainda assim, o posicionamento das populações mais desfavorecidas foram afectadas pela falta de apoio do Estado ao deixar de compartilhar nas despesas de tratamentos de saúde, nos transportes e na alimentação, sendo que, a exploração de grande parte das estâncias termais, tornou-se parte de projectos de investimento privados e mistos.

2.2. Evolução de um espaço Termal

O sentido de um espaço termal parte da essência dos elementos significativos dos ambientes criados em função da natureza e da cultura local, onde as emoções são dadas pelos relacionamentos estabelecidos entre o homem e o espaço. A estância termal deixa de ser apenas para fins terapêuticos para se tornar num conjunto de distrações, caracterizado por espaços de lazer propícios ao esquecimento do quotidiano e pela procura de novas descobertas. O satisfação do usufruto destes espaços tornam as curas mais satisfatórias deixando a doença para segundo plano e os rituais praticados passam a fazer parte da vida dos aquistas. Esta conjugação de cura e de divertimento consagram a estes lugares funções especificamente poéticas, onde este conceito ambivalente ganha uma lógica de conhecimento cultural e social.

Ao longo dos anos, estes lugares converteram-se em lugares de grande complexidade turística, de lazer e diversão, e as suas funções deixaram de ser unicamente terapêuticas e passaram a ser complementadas por tabernas, bordéis, casinos, hotéis de luxo, salas de concerto, lojas requintadas em conjunto com grandes jardins.

O crescimento populacional em determinados espaços termais, está relacionado com a conteúdo funcional que estes espaços constituem de forma a estabelecer sistemas inter-relacionais estéticos, culturais e patrimoniais. A sua particularidade espacial é conferida, principalmente, pela existência de equipamentos comuns e pela própria malha urbana e a relação que nesta estabelecem os diferentes edifícios e espaços públicos exteriores. Uma estância termal passa a ser composta por um conjunto de equipamentos diversificados de indução terapêutica e por todas as estruturas que permitem ao aquista uma estadia complexa e agradável para o equilíbrio pessoal, sob forma de proporcionar ao utente um conhecimento enriquecedor.

O microcosmo termal, caracterizado pelos elementos que formam um ambiente conjunto termal, teve especial importância e enquadramento durante o século XIX, quando a insalubridade urbana começou a crescer. Onde se projetasse cidades, o enquadramento da arquitetura e de áreas arborizadas seriam um elemento estruturante da qualidade urbana. As estâncias termais foram importantes na recuperação de determinadas doenças, e muitos destes espaços foram crescendo como hospitais termais, reforçando a determinada função terapêutica, para aqueles que necessitavam.

Com efeito, as estâncias termais assumem uma evolução histórica conforme determinados elementos estruturais e estruturantes que surgem devido aos factores de ordem social, económicas, políticas, geográficas e artísticas. O seu crescimento desempenhou um papel importante na localização, génese e desenvolvimento na imagem das cidades, conferindo-lhes uma forma específica, mais ou menos elaborada e evidente, e um valor simbólico determinante. A dimensão urbana das estâncias termais torna-se numa das características fundamentais do termalismo, em diversos aspectos de origem, arquitectura e estrutura, conferindo uma identidade de valor patrimonial de excepcional importância para o desenvolvimento das cidades.

Quando o termalismo ganhou interesse generalizado em diferentes países, as suas estâncias deram corpo à lógica funcional e estética do espaço, em conformidade com a paisagem urbana e os elementos estruturais, que conjugavam os volumes edificados com as manchas arborizadas, como parques e jardins, para o uso público. Numa das maiores épocas do termalismo, em meados do século XIX, nomeadamente na Europa Central, as termas tomaram uma proporção turística predominante, quando a moda marítima e os caminhos de ferro abriram portas às elites viajantes e cultas, e toda a complexidade termal estava interligada às diferentes funcionalidades medicinais, hoteleiras e sociais. Era todo este conjunto um factor de empreendimento económico para a evolução das localidades.

Actualmente, cada vez mais se aproxima o termalismo à hotelaria, congregando o alojamento com a cura, reabilitação e prevenção. A procura de novos pontos atractivos para se associar ao termalismo é preenchido por uma variedade de grande oferta, directa ou indirectamente com a área de saúde.

Em conformidade com este princípio, a Federação Internacional do Termalismo e do Climatismo (FITEC) tem estimulado o aperfeiçoamento e o ensino de novas técnicas ligadas à prevenção e à reabilitação física, sob forma de se desenvolver o Turismo de Saúde, que será uma das maiores apostas na Indústria social, económica e ocupacional. A evolução do conceito termal permitiu que o aproveitamento deste recurso, juntamente com outros conjuntos de equipamentos, ligados ao alojamento e ao lazer, conseguissem transformar este conceito de terapia em espaços harmoniosos capazes de cuidar.

Neste sentido, a importância do turismo na aquisição e usufruto das estâncias termais assume um carácter imprescindível no desenvolvimento das cidades na criação de equipamentos e serviços que estejam à altura do desempenho termal, ao mesmo tempo que confere uma identidade de turismo não apenas cultural e tradicional como de carácter fisiológico através da qualidade e aproveitamentos dos recursos geotérmicos.

2.3. Sector Termal: Situação Actual

“É coisa preciosa, a saúde, e a única, em verdade, que merece que em sua procura empreguemos não apenas o tempo, o suor, a pena, os bens, mas até a própria vida; tanto mais que sem ela a vida acaba por tornar-se penosa e injusta.”⁹⁹

A nova concepção de cura evolui ao longo do tempo e estabeleceu uma vertente de saúde sob meios de prevenção. A definição de saúde desenvolveu-se numa nova conjugação com o físico, psíquico e social, consideradas como condicionantes na saúde pessoal. Esta multiplicidade resultou no despertar das novas sociedades modernas que não se limitaram apenas à realidade de saúde, mas noutras que a beneficiam, tais como: o ambiente, o ordenamento do território e o desenvolvimento. A actividade termal, por estar ligada aos efeitos terapêuticos, uma vez envolvidos neste microcosmo de grande complexidade, permite ao indivíduo uma mudança de rotinas e hábitos alimentares num ambiente propício para esse feito. A prática de exercício físico moderado, o convívio e a distração numa sintonia relaxante por ambientes naturais circundantes são alguns dos elementos favoráveis para o tratameto hidroterapêutico.

Cada vez mais o estado do termalismo português tem acrescido com a inclusão de novos programas *anti-stress*, *wellness*, *fitness*, massagens de relaxamento, complementados com outros cuidados de bem-estar físico e psíquico que ajudam no equilíbrio mental e corporal. As componentes tradicionais da cura são, agora, conciliadas com programas de beleza, instalações de actividades de lazer e divertimento, e de alojamento confortável para uma estadia de relaxamento total. Face à nova tendência termal, o investimento em novos projectos de unidades hoteleiras e reabilitação de espaços termais para o melhoramento e o acréscimo de novas instalações tem aumentado progressivamente devido à procura.

⁹⁹ Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) in *Ensaïos*. Político, filósofo, escritor e ensaísta português.

A procura entusiasta dos termalistas e visitantes, tanto a nível nacional e internacional, pelo novo conceito de termalismo, suscitou a reabilitação e reconstrução de muitas estâncias termais, para dar resposta à inovação deste sector no mercado. Esta revitalização passa essencialmente pela renovação da diversificação de oferta, tanto de serviços como de equipamentos, bem como do edificado, tornando as infraestruturas termais de grande qualidade e condições adaptadas às exigências e conforto dos tempos actuais.

As reestruturações termais do país têm verificado um bom fortalecimento face às estâncias de outros países europeus, pela utilização e diversificação de recursos de águas minerais naturais das mais diversas formas, conseguindo dar resposta aos modelos de competitividade na Europa, pelas condições atmosféricas favoráveis durante todo o ano e à diversidade de estâncias em todos os cantos do país.

A abrangência conceptual do termalismo e o seu significado tem suscitado uma forma adaptada às novas exigências dos mercados e da sociedade, sendo que, começa a ser indentificada como uma actividade dotada e transversal, não se reduzindo apenas à vertente medicinal ou curativa, mas sim associada às dimensões de estilos de vida saudáveis, incluindo a preventiva, lúdica e bem-estar, recriando o sentido original da sua criação e importância nas civilizações clássicas.

Em paralelo com esta linha, as termas constituem uma oferta competitiva para uma nova ideia de ocupação de tempos livres e férias, um lugar onde a combinação da saúde e do turismo são realizadas de forma harmoniosa e bastante atractiva, capaz de satisfazer os motivos pelos quais o turismo é procurado, como forma de descanso e bem-estar. As termas, pelas suas capacidades terapêuticas, patrimoniais e ambientais, são lugares propícios para esses objectivos que conferem em conjunto, os elementos fundamentais, tais como os equipamentos balneares, alojamentos, equipamentos culturais, recreativos, comerciais e ambientais.

A cura termal, enquanto motivação dominante de viagens, requer estadas demoradas devido à duração dos tratamentos, e por isso, o aquista deixa de ter essa denominação e passa a tornar-se turista. O termalismo enquanto actividade, está cada vez mais ligado ao carácter turístico, uma vez que implica deslocação e alojamento, e para complementar essa necessidade, o acrescento de actividades lúdicas e recreativas envolvem-se em conjunto com os tratamentos terapêuticos e preventivos, tornando a experiência mais enriquecedora e agradável.

Por esta razão, os espaços termais são actualmente, equipamentos de grande importância para as regiões e para o país onde se inserem, não apenas por motivos económicos, mas porque aglomera um conjunto de elementos necessários que merecem meios de

preservação e conservação para que estes espaços sejam bem concebidos. Da mesma forma, por se tratarem de equipamentos de carácter medicinal e também de turismo, são motores importantes para os empreendimentos do país, na medida em que junta a necessidade de cura com a de lazer garantindo uma maior abrangência de pessoas, assim como garantem uma fasquia de elevada de qualidade face à natureza em que se insere.

2.4. Morfologia dos espaços termais: tipologia, arquitectura e organização

Cada momento histórico é circunstancial para determinar aquilo que hoje são as estâncias termais. Recuando no tempo dos romanos, a fisionomia destes lugares marcaram parte da histórica da arquitectura, impulsionando técnicas construtivas, que no desenrolar do tempo tornaram as termas em monumentos simbólicos.

O conhecimento geral do estilo arquitectónico de Roma, no tempo dos romanos, desenvolveu um novo conceito de utilização dos edifícios públicos na produção de novos materiais construtivos e de novas técnicas de engenharia que permitiram a construção de edifícios de maior porte. O exemplo do arco, foi um modelo perfeito na construção de muitos edifícios monumentais, que consolidaram uma nova concepção do espaço interior, que até então não tinha um carácter tão assumido. A inovação desta técnica de construção, deu origem à cúpula, formada pela conjugação de arcos cruzados, que permitiu a construção de um dos modelos pioneiros dos romanos, o Panteão de Roma (125), edifício circular cuja estrutura é inscrita num cubo imaginário de 43m de aresta e que, actualmente continua a ser uma referência arquitectónica na cidade.

O princípio de utilização dos edifícios romanos, procurou desenvolver uma nova concepção do género do edificado, passando a abranger áreas de carácter público no seu interior, para encontros sociais. A preocupação com os detalhes construtivos alcançaram uma minuciosidade de pormenores que transformavam estes espaços num misto de sensações conjugadas pelas entradas de luz natural, profundidade das salas e das circulações espaciais, decorações nas paredes, esculturas, e outros elementos decorativos. Com os princípios fundamentais da construção, os romanos foram desenvolvendo novas técnicas construtivas com a aplicação de novos materiais, compreendendo o seu comportamento e resistência, transformando-os em grandes mestres da construção.

Foi sobretudo na evolução da cidade de Roma, após o grande incêndio (64 a.C.), que os edifícios termais se efetuaram com maior precisão. Inicialmente eram lugares de grande simplicidade mas com o passar do tempo desenvolveram-se edifícios luxuosos e emblemáticos, assim como todos os outros construídos naquela época que, quando

voltaram a ser reconstruídos, tiveram grandes alterações em termos de materiais e dimensões. Quando a beleza dos edifícios começou a ser admirada, os arquitectos atingiram níveis de perfeição e de grande complexidade arquitectónica, dos quais surgiram grandes edifícios sumptuosos, tais como as denominadas Termas Imperiais¹⁰⁰. A arquitectura ao longo dos anos, era tratada com grande competência, transmitindo o seu conhecimento sob os tratados que hoje são reverenciados.

Vitrúvio (70-25 a.C.) foi o primeiro tratadista a ser reconhecido pela sua reputação de arquitecto e engenheiro militar de Júlio César e Augusto (100-44 a.C.). Ainda que não tivesse tido muita fama naquele tempo como arquitecto, a sua reflexão teórica serviu de exemplo para os italianos durante o Renascimento.¹⁰¹ Devido aos seus conhecimentos, aprimorou métodos construtivos provenientes da Grécia, que originaram inúmeros manuscritos intitulados “*De Architectura*” (27-16 a.C.). No seu tratado, definiu três elementos fundamentais que devem ser assumidos numa construção:

- **Firmitas**, responsável pela estabilidade de carácter construtivo;
- **Utilitas**, relativo à comodidade e posteriormente associado à função e utilidade;
- **Venustas**, relacionado com a beleza e a apreciação estética.

Segundo o seu ponto de vista, uma construção só poderia ser considerada uma obra arquitectónica somente se assumisse uma função, fosse firme e bem estruturada e sobretudo, possuidora de beleza. Para o arquitecto, uma obra deveria ser concebida o mais próximo da perfeição.¹⁰²

Em termos construtivos, Vitrúvio dedicou o capítulo X, do livro V, sobre as termas e os banhos, onde citava que: “[...] o pavimento da estufa deve ser escavado e suspenso ... e empedrado de ladrilho de um pé e meio que tenha a pendente em direcção ao forno... O tamanho dos banhos deve ser proporcional ao número de utentes ... der ter iluminação superior... suja abóbada, é melhor que seja em pedra [...]”¹⁰³.

Também Leon Battista Albert (1404-1472) refere algumas características sobre a orientação e a implementação territorial dos edifícios termais. No seu tratado, seguidor do estudo de

¹⁰⁰ São designadas imperiais não só porque foram construídas durante o Império Romano, mas porque representavam dimensões monumentais. São exemplo de termas Imperiais as termas de Trajano (104), Caracala (212), Termas de Diocleciano (306), para citar apenas alguns.

¹⁰¹ Segundo documento - “Vitrúvio - De Architectura Libri Decem”

¹⁰² Rui Lacerda in “Arquitectura Termal em Portugal - Em busca do balneário perfeito”, Corunha, 2011, p. 21-22

¹⁰³ Id., Ibid.

Vitrúvio na época Renascentista¹⁰⁴, o autor refere relativamente à sua localização que “[...] não é apropriado construir na principal e mais frequentada parte da cidade, também não deve ser colocado longe demais e fora do caminho, porque os cidadãos devem recorrer para lá se lavarem.”

Refere ainda que um banho público ou termas requer uma vasta área do qual deveria ser delimitada por um muro circundante, com entradas apropriadas e convenientes, com a particularidade da entrada principal ser realizada através de um majestoso vestíbulo. Esta entrada é conectada com um corredor ambulatório que distingue o núcleo central com o conjunto de compartimentos envolventes, organizando assim, de um modo simples e livre, os circuitos internos.

O núcleo central tem um acesso a Sul, definido por um pórtico amplo e majestoso que vai dar a um pequeno átrio e posteriormente a um corredor central. Este corredor separa as utilizações de diferentes géneros humano, à direita e à esquerda sucedem-se novos pórticos espaçosos, divididos por três câmaras de cada lado: a primeira para o aquista se despir, o segundo para se untar e finalmente se lavar. No seguimento destes dois compartimentos, situam-se as piscinas de água fria, rodeadas da mesma forma, por outros compartimentos. A norte deste corredor central, localiza-se um outro pórtico, que comunica com uma sala ampla, semelhante a uma praça. Os banhos de água quente, localizam-se no bloco exterior circundante, com janelas amplas orientadas a Sul, no mesmo seguimento que a área côncava que caracteriza o espaço multifuncional com fileiras semelhantes a um teatro ou fórum. A parede deste espaço é intencionalmente alta para que sejam controladas a luz solar de modo a proteger a área e, ao mesmo tempo, criar circunstâncias ambientais distintas das zonas de banho quentes. O desenho organizacional das termas é representado por um esquema modelar, amplo, simétrico e ortogonal, com uma circulação simples e orientadora definida pelo seu centro.

¹⁰⁴ Leon Batista Alberti in “*The Architecture of Leon Batista Alberti in Ten Books*”, London, 1755, Livro VIII - Cap. X, p. 622

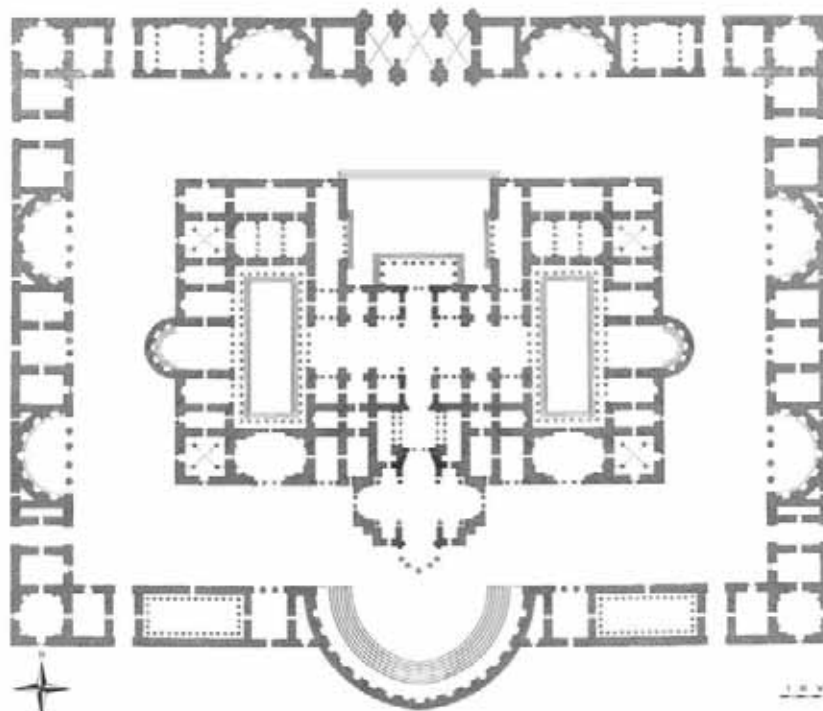


Figura 2.1. - Planta termal segundo Leon Battista

Em termos formais, as termas eram compostas por um conjunto áreas com funções balneares distintas nas suas funcionalidades. No seu interior existiam:¹⁰⁵

- **Apodyterium:** era considerada a entrada dos romanos e serviam como vestiários. Esta divisão, era sempre a primeira câmara, logo após o pórtico de entrada. Aqui, o banhista despia-se e guardava as suas roupas.
- **Tepidarium:** câmara de temperatura morna que preparava o banhista para o banho de água quente.
- **Sudatorium:** câmara de vapores, idêntica a uma sauna moderna
- **Palaestra:** pátio central para o qual abriam todas as câmaras. Era utilizado muitas vezes para exercícios físicos.
- **Tabarnae:** lojas adjacentes às câmaras de banho, onde se vendiam produtos alimentares e de bebida.
- **Caldarium:** zona para banhos de água quente. Era uma câmara iluminada e adornada. Nas grandes termas tinham piscinas onde se podia nadar. Nas termas de menor dimensão, o banho era feito numa banheira ou num tanque de água quente.

¹⁰⁵ Wordpress in *The Archeology*, <http://thearcheology.wordpress.com/2010/06/23/thermae-os-banhos-na-roma-antiga-parte-1/>, consultado em 6 Julho 2014

- ***Frigidarium***: câmara destinada aos banhos de água fria. Nas termas de maior dimensão, esta área podia ser descoberta e incluía entre as suas instalações, uma grande piscina onde se praticava natação.
- ***Laconium***: Câmara seca.
- ***Hypocaustum***: Sistema de aquecimento sob o pavimento, no qual o ar aquecido nas fornalhas, circulava através dos tijolos perfurados e espalhavam o calor pelo interior das paredes.
- ***Praefurnium***: área onde as fornalhas se encontravam subterradas e aqueciam o ar e a água das banheiras.

As estâncias termais desempenharam funções muito desenvolvidas pelos romanos, que a nível conceptual ultrapassaram as capacidades inteligíveis do ser humano, dado às suas descobertas ligadas às diversas artes e ciências. Foram exemplo disso as noções de luz/sombra dos interiores termais que tinham uma exposição e orientação solar controlada nas distintas áreas balneares, as diferenciações de pé direito, as proporções simétricas e métrica estrutural, a organização espacial para cada evento, o contraste de profundidades, os elementos decorativos e ornamentais e as técnicas construtivas e hidrológicas para obter diferentes temperaturas das águas termais, as noções de saúde propícias para o corpo humano, e outros exemplos observáveis.

A fisionomia das termas era, no início da sua existência, baseada apenas por um balneário, mas com a passar do tempo e devido ao crescente protagonismo social, vieram a ter uma maior complexidade técnica, com a indução de câmaras de calor debaixo dos pavimentos, condutas de ar quente no interior das paredes e outras técnicas que superavam a arquitectura naqueles tempos. Em termos formais, foram-lhes acrescentados novos equipamentos com: bibliotecas, auditórios, jardins, alamedas, lagos e parques de grande requinte e até mesmo complexos desportivos. As grandes termas eram autênticas cidades dentro da cidade, não só pela sua complexidade, mas pelas suas dimensões que muitas vezes ocupavam vários quarteirões. O maior exemplo, são as Termas de Diocleciano (306), que tinham capacidade para armazenar até 3 mil banhistas.



Figura 2.2- A *Pompeian Bath* por John William Godward (1861-1922) em 1891



Figura 2.3- A *Favourite Custom* por Lawrence Alma-Tadema (1836-1912) em 1909



Figura 2.4- *Pompeianas no Frigidarium*, pintado por Pedro Weingartner (1853-1920) em 1897.

2.5. Classificação das termas

As estâncias termais podem assumir diferentes classificações, resultantes da sua implantação e do desenvolvimento da organização territorial e/ou pelas características a que são recorridas pelos seus utentes. Com diferentes analogias, a classificação das termas podem ser realizadas das seguintes formas:¹⁰⁶

i) Classificação das águas minerais naturais.¹⁰⁷ Características físico-químicas, em graus, segundo o Instituto de Hidrologia de Lisboa (IHL):

a) Quanto à temperatura:

- **Hipotermas:** temperatura inferior a 25°C
- **Mesotermas:** temperatura superior a 25°C, iguais ou inferiores a 35°C
- **Termas:** temperaturas superiores a 35 °C, iguais ou inferiores a 40 °C
- **Hipertermas:** temperaturas superiores a 40 °C

b) Quanto à mineralização:

- **Águas Hipossalinas:** inferior a 200 mg/l
- **Águas fracamente mineralizadas:** superior a 200 e inferior a 1000 mg/l
- **Águas Messalinas:** entre 1000 a 2000 mg/l
- **Águas Hipersalinas:** inferior a 2000 mg/l

c) Quanto à composição química, indicações terapêuticas:¹⁰⁸

- **Hipossalinas:** doenças de sangue, dermatológicas, ginecológicas, aparelho nefro-urinário, metabólico-endócrinas
- **Sulfúreas:** aparelho respiratório, dermatologia, reumáticas e músculo-esqueléticas, ginecológicas
- **Bicarbonatadas:** aparelho digestivo, respiratório, metabólico-endócrinas, nefro-urinárias
- **Cloretadas:** aparelho digestivo, respiratório, dermatologia, reumáticas e músculo-esqueléticas
- **Sulfatadas:** aparelho digestivo, metabólico-endócrinas, nefro-urinárias

¹⁰⁶ Baseado no estudo de Rui Lacerda, id, p. 74.

¹⁰⁷ in Termas de Portugal - Classificação das águas

¹⁰⁸ Paulo Diegues e Vítor Martins in documento “*Águas termais, riscos e benefícios para a saúde*”, Direção-geral da Saúde, 2010.
http://www.ipq.pt/Backfiles/apresentacoes_CS04/%C3%81guas%20termais_DGS.pdf, consultado em 5 Julho 2014

ii) Quanto ao seu posicionamento no território, expansão e tipo de relacionamento com a envolvente, as termas podem ser avaliadas da seguinte forma:

- **Inseridas no núcleo da cidade**- são parte integrante da localidade, estão inseridas no tecido urbano como equipamento singular e têm um relacionamento interdependente.
- **Sem relacionamento com o centro da cidade**- encontram-se afastadas do núcleo urbano, tanto em termos geográficos como funcionais. A sua consolidação desenvolveu-se em tempos diferentes mas conexas.
- **Implantada em ambientes rústicos**- a implantação do aglomerado balnear desenvolve-se afastada e isolada territorialmente junto ou não, um núcleo populacional de pequena dimensão. Sem relacionamento directo, resultando existências diferenciadas.

iii) Quanto ao relacionamento com a envolvente onde se insere, cujas necessidades da povoação originaram ao desenvolvimento das instalações termais. São exemplo disso os seguintes:¹⁰⁹

- O balneário que surge de uma estrutura evidenciada, confinada numa determinada área diferenciada com funções estritamente curativas. Exemplo: Termas de Chaves, Vizela, entre outros.
- A localidade identifica-se com o balneário, nasce da sua utilização e convive com a sua exploração. Exemplo: Termas de S. Pedro do Sul e Hospital Termal das Caldas da Rainha, entre outros.
- O balneário não se encontra envolvido com o povoado mas depende de serviços complementares. Exemplo: Termas de Vidago, Cúria, entre outros.
- O balneário é parte integrante da localidade e estabelece uma relação de equivalência dependente. Exemplo: Termas do Gerês, Caldelas, entre outros.
- O balneário é uma área independente mas estabelece uma relação equilibrada com o núcleo original. Exemplo: Termas de Monte Real, Monchique, entre outros.
- A cidade prevalece sobre o balneário e este perde importância devido ao desenvolvimento urbano, perdendo a sua significância. Contudo, é devido ao potencial hidromineral que se mantém salvaguardado. Exemplo: Estoril

¹⁰⁹ Baseado no estudo de Rui Lacerda, *ibid*, pág. 74-76

iv) As estâncias termais são completadas por elementos arquitectónicos e por componentes de cariz natural. Uma vez idealizadas e realizadas, tornam-se grandes fontes de atracção, permitindo várias abordagens de utilização. Elas podem ser conjugadas como um todo ou por partes, que tem a particularidade de serem apreciados mais facilmente pela sua funcionalidade. São eles, os seguintes:

- **Tratamento**- edifício de carácter emblemático que permite o relacionamento social e o usufruto da função terapêutica.
- **Albergue**- edifício geralmente simbólico que serve para a acomodação e lazer dos aquistas, e tende a estar próximo às instalações terapêuticas
- **Entretimento**- elementos de lazer propícios ao tratamento termal e à implantação territorial onde se insere, permitindo uma cura mais agradável. Podem ser equipamentos desportivos, culturais e deambulatórios e são importantes para o relaxamento e convívio social.

2.6. Morfologia das cidades termais

“A cidade é, por definição, um organismo vivo que necessita de estratégias de sustentabilidade.”¹¹⁰

“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”¹¹¹

Ao longo dos anos, as vilas termais europeias representaram uma forte inovação, tanto ao nível de elaboração de planos urbanísticos e desenho arquitectónico, como ao nível de criações culturais e relações sociais. O uso das águas minerais constituem elementos iniciáticos para a formação urbana e a sua importância reflecte-se essencialmente nas arquitecturas e paisagens induzidas pelo termalismo, onde há especificidade territorial, uma alegoria simbólica e uma dimensão cultural, motivadora do próprio acto de planear. E por isso, a simbologia das vilas termais gira em torno de uma potencial “matéria”, funcionando o recurso como efeito motor do desenvolvimento.¹¹²

¹¹⁰ Jorge Mangorrinha in “*O que é uma cidade termal*”, 2012, p.13

¹¹¹ Ítalo Calvino in “*As Cidades Invisíveis*”, São Paulo, 1990, p. 42

¹¹² Nuno Pinto in Dissertação de Mestrado “*Arquitectura termal Portuguesa - Benefícios da sua recuperação*”, 2009, p. 17

A procura do aquista reflete-se num ritual de separação do quotidiano residencial, movimentando-o para fora em busca da cura e de contacto com um círculo de vivências distintas, seja pela sua tipologia social, ou pela ambiência ressaltada do mundo novo. Inicia-se o rito de iniciação do banho, seguido da passagem, reencontrando-se com o próprio corpo, num lugar contemplado que convoca para uma repetição prescrita da experiência iniciática e íntima, e com o corpo da natureza, nos espaços rituais de experiência colectiva e de representação e reconhecimento geral.¹¹³ Esta relação entre o aquista e os diferentes rituais conferem uma ambiência específica ao qual o aquista reage e daí surgem as melhores condições para acolher uma população deslocada. O ambiente ganha elementos naturais demarcado pela arborização, donde surgem os contrastes de luz e sombra que seguidamente dão vida a uma fauna, despertando os sentidos de quem está em descanso e restabelecimento.¹¹⁴ Desta relação, o meio nasce pela necessidade terapêutica e condiciona o comportamento pessoal.

A sofisticação cultural termal, ultrapassou os limites europeus quando em meados do século XIX a França acrescentou aos seus termos o “ir às águas” e o “*villes d’eaux*”, para designar o conjunto de edificações e infraestruturas propícias para a exploração das nascentes reconhecidas como tendo propriedades terapêuticas. Em termos geográficos e topográficos, ligados a este sector de exploração de recurso natural comum, surge o primeiro factor de desenvolvimento urbano, consideradas as “city of spa”, “ville d’eaus”, “ciudad balneário” ou “estância hidromineral” que constituíam-se como centros urbanos pela sua procura e diversidade. Sob a mesma observação, os modelos recebem uma nova interpretação. A localização das nascentes e a topografia surgem como factores de assentamento do núcleo do edificado, estabelecido pelo perímetro urbano de protecção termal que, com a crescente comunicação determina o desenvolvimento decorrente dos modos de vida quotidianos, dos fazem parte os meios preciosos de serviços de transporte e de fornecimento alimentar.

Esta conjugação de princípios condutores do desenvolvimento das cidades termais, assumiram modelos comparáveis às “cidade-jardim”, idealizadas por o pré-urbanista Ebenezer Howard (1850-1928), numa óptica de desenvolvimento sustentável dado ao excessivo aumento crescimento populacional das cidades no final do século XIX e ao despovoamento dos distritos rurais. Uma das suas principais preocupações seria em como devolver a população rural o seu local de origem. Na elaboração do seu projecto para a

¹¹³ Jorge Mangorrinha *ib.*, p. 9

¹¹⁴ *id.*, *ibid.*

“cidade-jardim”¹¹⁵, Howard propôs a junção de três princípios, a que o autor denominou de “*The tree Magnets*”, nomeadamente: Cidade - Campo - Pessoas.

“Na verdade, não existe somente duas alternativas como se acredita - vida urbana ou vida rural. Existe também uma terceira, que assegura a combinação perfeita de todas as vantagens da mais intensa e activa vida urbana como toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia. [...] Com efeito, a cidade e o campo deveriam ser vistos como dois ímans, cada um procurando atrair as pessoas para si, uma rivalidade da qual uma nova forma de vida, conjugando a natureza de ambas, viria a participar.”¹¹⁶

Para o urbanista, a conjugação perfeita entre o campo e a cidade poderia trazer benefícios para a população. Esta união resultaria numa comunidade sustentável, auto-preservadora e ao mesmo tempo colaboradora para benefício comum. A sua concepção assenta num modelo de organização social, económica e territorial, que implicava um novo ambiente de baixa densidade habitacional, com predominância de espaços verdes. A cidade deveria ser envolvida por um espaço campestre, uma espécie de cinturão verde ou zona rural onde não se autorizaria qualquer tipo de empreendimento urbano e serviria como um reservatório de ar puro e de protecção reactivamente a outros aglomerados e fornecendo produtos agrícolas à comunidade.¹¹⁷

O conceito das estâncias termais surgiu, da mesma forma, pela necessidade de propor modelos alternativos às cidades tradicionais e adaptá-las de forma moderna e sustentável. As manifestações em ambos os casos assemelham-se num conjunto de princípios preponderantes a esta comparação, tais como:¹¹⁸

- a. Espaços, ruas, acessos e percursos hierarquizados em diversos níveis de acordo com a sua funcionalidade e com a morfologia do terreno;
- b. Existência de amplas áreas de utilização pública e desportiva;
- c. Favorecimento da comunicação entre os diferentes espaços colectivos - visual e física - constituídos predominantemente por jardins e por superfícies arborizadas;

¹¹⁵ Especificamente, o projecto de Cidade-jardim proposto por Howard, é a junção de três propostas nunca antes combinadas. A primeira delas é o movimento migratório organizado de população, por Edward Gibbon Wakefield (1796-1862) e Alfred Marshall (1842-1962). A segunda é o sistema de posse fundiária por Thomas Spence (1750-1814) que mais tarde foi adaptado por Herbert Spencer (1820-1903). A última proposta é a cidade-modelo de James Silk Buckingham (1786-1855). Segundo Rafaella Souza in “*A Cidade-Jardim de Ebenezer Howard e a sua aproximação com os significados da sustentabilidade urbana*”, Brasil, 2009.

¹¹⁶ Howard 1996, id., *ibid.*

¹¹⁷ Luís Simões in documento “Cidade-jardim em Coimbra- Bairro Norton de Matos e Salum ”.

¹¹⁸ Baseado em Rui Lacerda, id., p. 91-92.

- d. Disposição de espaços com carácter semi-público para convívio exclusivo dos habitantes da zona, de maneira a facultar o seu relacionamento social;
- e. Condicionamento de acesso de viaturas, conciliando o comportamento das pessoas e a necessidade de utilização dos veículos de forma espontânea.

O exemplo pioneiro deste conceito aplicado às estâncias termais é o caso da cidade setecentista de Bath, que elaborou uma arquitectura de combinação harmoniosa para o prazer da população sazonal ou residente. Os espaços urbanos e as paisagens de Bath foram desenhadas sucessivamente adoptando formas orgânicas, com abertura visual sobre o campo para se criar atmosfera particular, desenvolvida quase como um pré-ensaio da cidade-jardim. Este desenvolvimento moderno de Bath, foi uma combinação singular, representada por um ordenamento espacial, rito social e arquitetura notável. A cidade passou de uma estrutura medieval para um plano moderno ritmado pelas praças e jardins sumptuosos.¹¹⁹

Também a cidade alemã, Baden-Baden que se desenvolveu de forma orgânica e radiocêntrica em relação ao seu aglomerado termal e as linhas do vale, com uma arquitectura inspirada no modelo inglês de paisagismo pitoresco e majestosos edifícios.

A cidade checa Františkovy Lázně que em 1793, constituiu-se sob um modelo ordenado, com uma alameda central ladeada por habitações cujas extremidades são constituídas por parques e fontes termais de estilo neoclássico, estando todo o perímetro urbano delimitado por linhas arborizadas. Mais tarde, a malha urbana termal adopta uma organização ortogonal e central em relação à restante malha, esta mais orgânica e fortemente vegetada.

No Brasil, uma das maiores intervenções urbanas, adequadas ao género termal, decorreu na década de 1910, com a construção de uma nova cidade pensada num contexto de saúde e lazer. No estado de São Paulo, foi traçado um plano de urbanização (1940) por Octávio Moura Andrade para a construção da designada Caldas de São Pedro, actualmente Águas de São Pedro. Um plano traçado para uma população de 10 000 pessoas, com áreas destinadas a residências, poucas para comércio e uma industrial, onde se localizou o engarrafamento das águas minerais e refrigerantes. Esta área completada por parques e florestas, dos quais correspondem a mais de 60% da área lotada, foi inteiramente “[...] *reflorestada com o plantio de milhares de árvores e traçado com percursos apropriados, criando um microclima saudável para os aquistas, conjuntamente com outras zonas plantadas de árvores [...] os lotes residenciais foram integrados nas encostas dos morros, e a ocupação de cada lote deveria ser feita segundo normas pré-estabelecidas pelos projectistas para se*

¹¹⁹ id., p.20

impedirem taxas de ocupação elevadas. As áreas livres dos lotes, eram reservadas aos jardins, hortas particulares e praças.”¹²⁰

O conceito de ecossistema que as cidades termais incorporam, adaptam-se ao modelo de cidade actual, no reforço entre a sociedade, técnica, economia e cultura. A morfologia destes lugares, veio a inserir-se cada vez mais nos projectos globais de urbanismo, acompanhada de novos elementos significativos de luz, som e olfato, marcando passo a passo a contemporaneidade.¹²¹ Estes não revelam mais do que uma constante actualização da história, sendo caracterizadoras do espaço e o tempo, e o passado e presente, que lhes permite uma identidade singular e um quotidiano de vida presente nas relações humanas e na diversidade funcional. O modo de união entre a cidade e a água, pelas características exclusivas dos seus patrimónios, tornaram-se num exemplo de vivência e de salvaguarda para a modernidade.



Figura 2.5.- Cidade termal Bath, Inglaterra.

¹²⁰ Jorge Mangorrinha id., p.34-35.

¹²¹ Id., p.16



Figura 2.6.- Cidade termal Františkovy Lázně, República Checa



Figura 2.7- Versailles vista aérea - cidade-jardim

3. O caso das Caldas da Rainha

3.1 História da Cidade: evolução urbana

Portugal é um dos países da Europa com um apreciável número de estâncias mineromedicinais, cujo ao longo dos séculos foram usufruindo das sucessivas técnicas hidrominerais para que as suas diversas águas pudessem ser utilizadas para diferentes fins curativos. Desde as fontes alcalinas, sulfatas, férreas, cloretadas, radioactivas, passando por outras com menor mineralização e ainda as sulfurosas de que nas Caldas da Rainha ganharam especial importância durante os séculos. É certo que perante a diversidade destas nascentes, já houvera indícios de que as águas eram utilizadas para os males que afligiam o homem através dos tempos. Existem inclusive vestígios de antiguidade dos banhos em muitas das estâncias em Portugal, nomeadamente, em *Cabeço de Vide*, *Caldelas*, *Chaves*, *Monchique*, *Monte Real*, *Pedras Salgadas*, *S. Pedro do Sul*, *Taipas e Vidago*, entre muitas utilizadas pelos romanos, como no exemplo das águas sulfurosas *Caldenses* de que se julgam ter sido exploradas em tempos remotos. Na publicação do padre Jorge de São Paulo (n.d-1664) sobre a história do Hospital e as Caldas durante os séculos XIV e XVII, o autor afirma “[...] *haber nestes banhos, em tempos antigos, algum modo de hospital [...]*”, chegando a ser “*destruídos e arruinados*” e que, em épocas distantes “[...] *deviam de estar com algum modo de tanque e abóbodas e algumas casas levantadas no circuito deles [...]*”, concluindo que “[...] *de sorte que a obra da nossa rainha foi edificar os banhos arruinados [...] pelo que fundou de novo o majestoso Hospital*”¹²². Esta afirmação é reforçada por papa Alexandre VI (1431-1503) na sua bula em 1496, em que dizia “*Erant certa balnea destructa [...]*”¹²³

Serão muitos os exemplos de que muitas destas estâncias foram aproveitadas e reconstruídas por rainhas, reis e nobres, de Portugal, para a cura dos seus próprios males, assim como as termas das *Caldas de Aregos*, fundada por D. Mafalda (1125-1158); as de *S. Pedro do Sul*, frequentada por D. Afonso Henriques (ca. 1109-1185); as de *Monte Real* por D. Dinis (1261- 1325) e a Rainha Santa Isabel (1271-1336); e as das *Taipas*, por D. João I (1357-1433).

¹²² Citações retiradas do capítulo “Fundação das Caldas e a sua Evolução nos primeiros séculos - Aspectos da sua Evolução até ao séc. XVII”, na monografia intitulada “Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p.42. As citações originais encontram-se em Jorge de São Paulo, “O Hospital das Caldas da Rainha até ao ano 1656”. Tomo I, Academia das ciências de Lisboa, 1967, p. 88-91.

¹²³ Augusto da Silva Carvalho, in “Memória das Caldas da Rainha” (1484-1884). Lisboa, 1932, p.12. O original desta bula encontra-se arquivado na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria.

No caso das Caldas, os estudos realizados com passar dos anos e com as descobertas de novas fontes arquivistas das Caldas da Rainha, foram possíveis provar de que os banhos das *caldas* já funcionavam no primeiro quartel do século XIII, no reinado de Afonso de Portugal II (1185-1223), com instituições anexas de assistência, albergarias e confrarias, para a recolha de doentes, pobres e estropiados, e peregrinos que por ali passavam. Na verdade, subsistiu “*uma carta de doação feita ao mosteiro de Alcobaça para a salvação da alma de um homem, que [...] Vem comprovar, com segurança, o conhecimento e aproveitamento das águas medicinais das caldas de Óbidos*¹²⁴ *naquela época longínqua [...]*”¹²⁵.

Existe pois, uma longa fase até D. Afonso V (1432-1481), cuja relação com os banhos das caldas foi-se dando a conhecer ao longo destas últimas descobertas. O local das nascentes foi centro de interesse da povoação onde as infraestruturas davam respostas às exigências dos que procuravam as águas. Perante a crise que se instalou nos séculos XIV-XV, aos quais as guerras, as fomes, as pestes, as quebras da moeda, a diminuição dos rendimentos e o aumento de custo de vida, surgem numa derradeira fragilidade para as infraestruturas de carência em torno das águas sulfurosas caldenses, levando o rei D. João I, a colocar pessoas de confiança no cuidado dessas casas para apoiar as suas verdadeiras competências.

Apesar das casas terem vindo a arruinar-se no decorrer dos anos face à gravidade da crise, D. Afonso V contribuiu para o progresso do povoamento das Caldas, dando facilidade na criação de casas abastadas de vinhas e pomares para a melhoria e tratamento da cura, ainda que não tenham resistido para o aproveitamento da estrutura, uma vez que dessas, só haviam estruturas “antiquadas e decadentes”. A vontade de reformular as respectivas instituições e edificações com novas estruturas surgiu posteriormente da boa vontade de D. João II, D. Leonor e D. Manuel I (1469-1521).

Durante o século XV, as pestes alastravam com maior intensidade causando um maior perigo nos locais mais povoados do país, sendo que, por este motivo, a corte teve a necessidade de escapar para outras localidades que pudessem salvaguardar as suas saúdes. Em princípios de 1484, Lisboa via-se infestada devido ao alastramento provocado pela densidade de população, quando D. Leonor (1458-1525) decidiu abandonar a capital ao mudar-se para Óbidos.

Em Agosto do mesmo ano que a rainha dirigiu-se para a Batalha para encontrar-se com D. João II, afim de assistirem às memórias por alma de D. Afonso V. Consta-se que, segundo Augusto da Silva Carvalho (1861-1957) que a rainha, “[...] *passou pelo vale que se estendia*

¹²⁴ Designação das *caldas* pertencente anteriormente à vila de Óbidos.

¹²⁵ Citações retiradas do capítulo “Fundação das Caldas e a sua Evolução nos primeiros séculos - Aspectos da sua Evolução até ao séc. XVII”, na monografia intitulada “Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p.43.

ao norte de Óbidos, onde à distância duma légua viu, banhando-se numas poças em que borbulhava a água mal cheirosa e que fumava, pobres andrajosos, cobertos de dôres, trôpegos ou paralíticos”, decidiu então, perante a sua curiosidade “em saber a causa daquele ajuntamento de enfermos [...]”, e ouvir de que junto daquelas águas iriam prodígios acudir os desesperados de tratamento médicos e curandeiros, disse: “Se senhor Deus me der vida, os pobres de Jesus Christo, seu filho, terão melhor comodidade”. A rainha ao ter “[...] conhecimento da água milagrosa foi encarregar um facultativo da sua casa para examiná-la [...]”¹²⁶, nos doentes de “frialdades” a melhoria que lhes provocava os banhos. Certamente que o seu desejo em ver estes enfermos livres de tais condições e, porque era óbvio de que ali se tinham instalado em tempos casas que usufruíram das mesmas nascentes, criaram uma analogia naquilo que será a sua grande obra. Todavia, não seria unicamente pela sua modéstia misericórdia aos enfermos de que a rainha desejava a construção do Hospital junto das nascentes caldenses, mas porque seria uma inteligente e notável política de centralização urbana da região, no que diz respeito ao crescimento económico, religioso, social e psicológico das populações.

Em 1488, na carta de privilégios, graças e liberdades, dada por D. João II (1455-1495), a pedido da rainha, revelam o manifesto quanto ao desenvolvimento do povoado e à reestruturação dos banhos, da mesma forma que, é requerido ao rei, que estabeleça “trinta vizinhos e vinte homiziados” para que nas Caldas tivessem as suas moradias. Já nesta carta, a rainha demonstrava o conhecimento pelas águas terapêuticas e pelo estado de que se encontravam os banhos arruinados; revela que é necessário a criação de um melhor funcionamento da sua exploração em benefício dos pobres aos ricos e que, por ter, conhecimento de que os enfermos se curavam nos banhos, mas que não teriam algumas condições nem casas de aposentamento que os auxiliasse na cura de suas doenças, então “mandara fazer de novo”. Um documento notável que desencadeia numa série de acções respeitantes não apenas ao Hospital, mas ao desenvolvimento decisivo das Caldas e do processo que conduziu à elevação da vila. Ao que consta nesta carta, era permitido aos vinte homiziados onde teriam as suas casas que na condição de viverem continuamente nas Caldas poderiam “participar, criar e lavrar nas vilas e lugares ao redor da ditas Caldas e termo delas, e assim, andar, e tratar e conversar, e isto com licença do dito provedor e ouvidor da Senhora rainha nas ditas Caldas”.¹²⁷

Até aquele ano, a rainha já tinha mandado melhorar as arruinadas instalações dos balneários para que os banhos funcionassem devidamente nas novas estruturas assistenciais para os doentes, ao mesmo tempo que as construções se estendiam. Segundo Jorge de São

¹²⁶ Augusto da Silva Carvalho, in “*Memória das Caldas da Rainha*” (1484-1884). Lisboa, 1932, p.10-14.

¹²⁷ Rodrigo Banha da Silva, in capítulo “Contributos Arqueológicos do Concelho das Caldas da Rainha - Homenagem a Eduardo da Cunha Serrão” da monografia “Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura”, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 57-58.

Paulo, o projecto já tinha um plano traçado em 1485, com a construção do Hospital da Nossa Senhora do Pópulo complementa por uma igreja de mesmo nome, cujo em 1490, os tratamentos dos doentes já teriam sido iniciados, antes da sua plenitude ter sido terminada em 1503.

O voto da Rainha D. Leonor de que o Hospital das Caldas seria uma das suas obras mensuráveis de caridade, permitiu a denominação de Misericórdia ao seu feito. O seu poder real no conjunto geográfico e histórico dos banhos das Caldas, teve uma desmedida dimensão de carácter económico, social, cultural e até psicológico na população da região, ao mesmo tempo que proporcionou, durante os séculos seguintes, uma célebre expansão regional, como para além fronteiras, através da sua dimensão científica no papel relevante nas histórias de assistência da medicina portuguesa.



Figura 3.1.- Rainha D. Leonor

Terminados todos os quesitos, em 1490, as Caldas tornou-se numa pequena vila com cerca de um “raio de meia légua em torno do Hospital”, separando-se assim, da Vila de Óbidos. Não existiam grandes condições para que se pudesse esperar uma total independência e mesmo uma economia forte por falta de serviços, pelo que se manteve sempre dependente da actividade do Hospital. Durante longos anos, o Hospital assumiu os mais importantes cargos de trabalho, normalmente emergentes da Câmara, no que diz respeito à construção, manutenção e abastecimento de águas em toda a vila, bem como na elaboração dos diversos edifícios camarários, do pelourinho, arranjo dos caminhos e até mesmo na compra de mantimentos necessários na escassez dos mesmos.¹²⁸ Os oficiais seriam, portanto, os maiores conhecedores no que se tratava dos problemas da Vila, tanto que, após a instituição da Câmara, a vila continuou a ser governada pelos seus oficiais, na nova Casa.

Estas circunstâncias nunca impediram o desenvolvimento da vila e, muito pelo contrário, o Hospital e os seus elementos estruturantes foram fundamentais para o desenvolvimento urbano da Vila, sendo que no virar do século, registou-se um aumento crescente da população caldense, cujos habitantes descendiam de famílias abastadas, muitos deles “*lavradores, mercadores, mesteirais, capelães da vila e pequenas na nobreza*”.

Durante o primeiro século a vila desenvolveu-se em torno do Hospital, numa área compreendida entre os dois núcleos, a Rua Nova - complementada pela praça principal em frente ao hospital - e o Rossio. Este factor de crescimento aproximado do Hospital, deve-se às questões de assistência de que seriam necessárias para aqueles que auxiliavam os doentes e para os que pretendiam realizar os tratamentos.

O Rossio foi um espaço criado para a sociabilidade e comunidade urbana afim de viabilizar um mercado mais vasto. Inicialmente era um espaço vasto, considerado como um conjunto secundário em relação ao núcleo principal composto pela Rua Nova e o Hospital. Com o passar dos anos, esta praça tornou-se num local organizado e plurifuncional, com grande actividade comercial e mercantil que moviam as mais diversas populações de arredores. Devido ao seu crescimento, nasceram os edificadros regulares e o pelourinho na praça central, de que normalmente todos os Rossios são possuidores. Foi precisamente junto a esta praça que foram compradas pelo provedor do Hospital algumas “[...] *moradias modestas, de feição rural, com largos quintais anexos*”¹²⁹. Seriam também aqui que estariam as melhores casas da Vila alugadas a fidalgos em tempo de tratamento.

O poder económico e social do Hospital Termal começara a ter crescimento territorial estendido por inúmeras propriedades espalhadas em terras obidenses e alcobacenses,

¹²⁸ Jorge Mangorrinha, in “*O Lugar das Termas*”, Lisboa, 2000. P. 225. Ver livros de receita e Despesa do Hospital, depositado no Arquivo do Hospital Termal das Caldas da Rainha

¹²⁹ Id. *Ibid.*, p.226

alargando a sua área de influência no crescimento geográfico. A vila das Caldas era considerada uma terra de artífices, difusora da cultura e arte, através da “[...] *iluminada e criadora iniciativa* [...]”¹³⁰ de D. Leonor com a criação do Hospital da Nossa Senhora do Pópulo, que ao longo de séculos tornou a Vila numa terra de actividade social, cultural e artística.

Por volta do século XVII, o número populacional da Vila crescia significativamente, contando com 600 pacientes anuais no Hospital e com os seus 800 habitantes. No percurso dos anos Setecentos, o crescimento populacional e económico da vila demarcava a expansão territorial, sob a forma de arruamentos e caminhos acompanhados de casas, assim como refere André Gomes de Carvalho “[...] *estão distribuídas suas Cazas em vinte Ruas principais além e travessas, e becos* [...]”¹³¹.

Com o conjunto de obras promovidas pelo poder régio, os equipamentos termais tiveram um maior privilégio na inovação e modernização de serviços qualificados para servir a conformidade das classes de domínio da Nobreza e da Corte, que cada vez mais optavam por se tratar nas termas. De facto, a demolição de todo o quarteirão termal, à excepção da Igreja e das casas na frente norte da Praça, permitiu uma melhor organização e regularidade do desenho da Praça. Esta reforma não só permitiu este melhoramento em termos organizacionais, como veio a pontuar, mais tarde com as novas edificações e o espaço urbano, no despertar da Vila em relação às trocas comerciais que passaram a atrair mais gente.

Contudo, o novo modelo urbanístico, separou a Vila em dois momentos, até agora juntos fisicamente: a Praça Velha - antes conhecida como Praça Nova - organizada em função ao espaço termal e o Rossio, que passou a ser a praça municipal, tendencialmente mais regularizada, cujas ruas e casas principais, convergiam para a mesma. A mudança da Casa da Câmara para a zona do Rossio - que até agora se situava junto do Hospital - promoveu a instalação de um espaço mais nobre, na procura de um futuro desenvolvimento comercial.

No entrar do século XIX, as exigências regenerativas vieram determinar novas medidas de planeamento com a introdução dos Planos Gerais de Melhoramento, em 1864, face às dinâmicas industriais nas duas principais cidades, Lisboa e Porto que, eventualmente, seriam apropriados para outros aglomerados urbanos no país, como no caso das Caldas da Rainha. Pretendia-se uma regeneração do traçado urbano, de modo a obter um plano organizado e regular, concordante com a distribuição urbanística em crescimento. Durante

¹³⁰ Citações retiradas do capítulo “As Caldas. Fundação do Hospital e da Vila pela Rainha D. Leonor - Aspectos da sua Evolução”, na monografia intitulada “Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993. p. 70

¹³¹ Jorge Mangorinha, in “O Lugar das Termas”, Lisboa, 2000. p.226

os anos Oitocentistas, as tendências classicistas demarcadas no período barroco fizeram mudar a ideia de cidade, com a implantação de traçados regulares, projecções de quarteirões, ruas, avenidas e praças enriquecidas com jardins, parques, alamedas e passeios públicos. Uma medida importante na eliminação e prevenção da insalubridade e degradação dos bairros, permitindo de um modo geral, criar espaços destinados para o ajuntamento da população, dando mais vivacidade através da vegetação inserida nos diferentes espaços. Uma conjugação de luz/sombra e de cheios/vazios apelando para a criação de cidades modernas.

De facto, era um passo inovador para uma mudança generalizada das cidades, onde as formas urbanas ofereciam alternativas às cidades industriais e burguesas. Cada vez mais se necessitavam de aglomerados capazes de dinamizar os diferentes modos de vida da população, com a criação de espaços destinados ao lazer e recreio, que ocupavam os tempos livres das classes mais favorecidas, e não só. Vivia-se, portanto, numa altura em que as férias e o entretenimento eram factores importantes para uma boa qualidade de vida. Neste sentido, justifica-se os novos modelos de estâncias termais, projectadas naquela época, estivessem pensadas em termos urbanísticos, com a implementação de espaços verdes e actividades de lazer ao ar livre, fazendo das termas um lugar de grande complexidade.

Nesta altura, as Caldas estavam preparadas com potenciais elementos urbanísticos que possibilitavam momentos de grande entretenimento e lazer à população, “ *A villa é em extremo pitoresca e tem lindíssimos subúrbios. Fica situada n’um extenso vale, recostada a um monte que olha para o poente e de cuja elevação se desfruta um panorama de sete léguas de extensão [...]*”¹³²

Ao mesmo tempo, o aparecimento da estação caminhos-de-ferro, na segunda metade do século XIX, graças às obras públicas em vigor para os ditos desenvolvimentos urbanos, melhorou em muito a divulgação e procura das Termas das Caldas, com ligações a Lisboa e o resto do país, também depois complementadas por estradas de acesso. Assim como dizia ainda Ramalho Ortigão (1836-1915): “*A Vila das Caldas é a mais concorrida terra d’águas da província da Extremadura. Dista de 56 kilometros da estação do Carregado, na linha de Lisboa ao Entroncamento.*” Para além da razão turística, foram elementos importantes para complementar a malha orgânica definida pelas duas Praças - Nova e Rossio - e pelos passeios - Copa e da Matta, que até então não permitiam um traçado urbano rectilíneo. Com o espaço urbanístico que ficou entre a estação dos caminhos-de-ferro e a avenida de ligação ao centro da vila, facilitaram a expansão territorial, desta vez organizada regularmente, assim como as estradas que ligavam as vilas circundantes foram importantes na definição do traçado urbano.

¹³² Ramalho Ortigão, in “*Banho das Caldas e Aguas Mineraes*”, 1875. p.86

Desde a mudança da Casa da Câmara para a Praça do Rossio, os conflitos e as guerras de poder entre o Hospital Termal e a Câmara Municipal, condicionaram a vida política da Vila, até hoje presente, ainda que não da mesma forma. Na verdade, a distinção de poder entre as duas entidades é pouco evidente na medida em que sabe-se que o *“Hospital dera origem à própria vila no final do século XV e era ainda, em pleno século XVIII institucional. O Hospital era de longe o maior proprietário de terras do Concelho e, em comparação com a Câmara, constituía-se como verdadeiro potentado económico. As suas receitas eram 100 vezes superiores às do município, ainda no período final do Antigo Regime.”* Coloca-se as questões de poder: *“Onde começam e acabam as competências, os poderes, os privilégios, a jurisdição de casa uma destas instituições? Quem pode mais e quem manda mais: a Vereação ou o Provedor do Hospital?”* ¹³³

No conjunto de obras entre 1870 e 1888, os fracos requisitos do Município obrigaram à intervenção do Ministério de Obras Públicas nas obras de loteamento e edificação, reparação do edificado, regularização e pavimentação de caminhos e estradas, e instalação de canalização, que a partir do último ano, o Hospital teve o papel principal de interventor na administração das obras de desenvolvimento urbano. Desde então as Caldas tiveram novas práticas urbanísticas com projecções futuras nos espaços públicos ligados à actividade termal e cultural, no intuito de reforçar os valores ambientais e estéticos da Vila. Estas novas medidas, beneficiaram a Vila com a construção do Parque D. Carlos I e com os melhoramentos da Mata, realizados pelo arquitecto Rodrigo de Berquó (1839-1896), aquando Director do Hospital. Os seus ambiciosos projectos permitiram a renovação da arquitectura e urbanismo do centro histórico, importantes para uma aceleração histórica da Vila, que embora muitas vezes criticados, revelaram ser uma mais valia para o desempenho da cidade naquela época, ainda que, tivesse havido outros projectos por ele criados que não tivessem sido realizados ou terminados durante a sua vida, como no exemplo dos Pavilhões do Parque D. Carlos I e transferência da unidade hospitalar para novos edifícios. No entrar do novo século, o “surto construtivo” não parou e cada vez mais as Caldas se tornava num lugar atractivo e diversificado, com produtos qualificados, ganhando conhecimento nos diversos pontos do país e na Europa, chegando a sair em jornais espanhóis e franceses. A Vila expandiu-se progressivamente na direcção Norte e Sul, no eixo entre o Hospital e Estação, com um traçado regular de quarteirões respeitantes da estrutura radiocêntrica existente, prolongando-se da mesma forma pelas principais saídas da Vila. A expansão para Sul demorou alguns anos a decorrer, devido à existência do Parque e da Mata que não permitiam uma ligação urbanística coerente.

Em 1927, a Vila das Caldas da Rainha foi elevada a título de Cidade, demarcada pela última década de maior frequência termal, com a instituição da época balnear de Inverno e com a

¹³³ Terra de Águas, p. 109

Criação da Liga de Defesa e Propaganda das Caldas da Rainha que tencionava fazer da Vila a mais importante estância termal da Península e a melhor estação de Verão, com a introdução de propagandas turísticas às condições do país. O progresso populacional e turístico da Cidade contava com cerca de 7.000 habitantes e 8.000 a 10.000 turistas durante o Verão que, nem mesmo com a instabilidade económica e política do país se fez ressentir.

Deste modo, estava claro que era da importância da Cidade, manter a singularidade e preservação dos elementos turísticos que influenciavam a presença dos visitantes, ou até mesmo o melhoramento dos produtos de oferta. Assim foram os vários projectos realizados com o intuito de melhorar os elementos urbanos da cidade, com abertura de novas ruas, locais de passeio, e novos espaços de comércio ao ar livre, ainda que alguns desses comércios tenham sido mal consolidados. Este crescimento comercial encontrava-se favorecido geograficamente por se situar entre os três pontos turísticos demarcados pelos Mosteiros de Alcobaça e Batalha e a cidade de Leiria, que da mesma forma, atraíam muitos visitantes para a cidade das Caldas da Rainha.

Consequentemente, os interesses pelas Caldas da Rainha não tiveram unicamente ligados à vertente termal, ao passo que, com a recessão da procura termal, as novas construções durante as décadas do meio século, desenvolveram-se em domínios opostos que conduziu ao aumento populacional na procura de novas funções e equipamentos urbanos associados. Para controlar este crescimento habitacional, foi proposto pelo arquitecto Paulino Montez um plano de urbanização que se focava principalmente no tráfego automóvel por acreditar que as vias não serviam apenas a cidade, mas também o resto do país. A sua proposta pretendia a criação de novas artérias e o alargamento de algumas já existentes, embora mantivesse as linhas de circulação no centro da cidade que com o passar dos anos, se tornou desajustada devido à crescente degradação ambiental e congestionamento automóvel. Face aos problemas apresentados, o arquitecto propôs a criação de um novo bairro comercial e administrativo da cidade, onde deveriam ficar instalados os novos edifícios da Câmara, o Mercado Municipal e edifícios comerciais de habitação. Neste sentido, surgiu um conjunto cívico composto por uma nova Igreja, o novo Palácio da Justiça e a nova Câmara, numa praça rodeada de blocos habitacionais. Além desta zona de serviços, foram propostos na zona leste, um bairro de jardim com moradias modestas e um outro com construções económicas e a sudoeste uma área de estabelecimentos industriais onde se situam os silos de cereais.

No seguimento do desenvolvimento urbano, a partir da segunda metade do século XX até ao início do século XXI, as Caldas da Rainha teve um crescimento repentino das áreas agrícolas e industriais que desenvolveram, no seu núcleo urbano, os sectores ligados ao comércio e serviços. Nas últimas décadas a cidade ficou preenchida com uma grande variedade de

funções centrais e unidades funcionais que servem a população urbana e rural, na troca de bens e serviços de ambas as partes, ou seja, a população rural desloca-se ao centro da cidade para vender os seus produtos e, em troca, abastecem-se de serviços e bens centrais.

Com a evolução da cidade a aproximar-se dos modelos de modernização, o campo urbanístico sofreu um conjunto descontínuo de intervenções estrategicamente mal pensadas e planeadas, resultando numa incoerência arquitectónica e organizacional do aglomerado urbano. Actualmente o panorama da cidade reflete as más decisões já previstas no início do século: *“Entretanto, a iniciativa particular, com a complacência camarária, vai construindo uma cidade sem preocupações estéticas mas suficiente para a pouco esclarecida população residente”*.¹³⁴

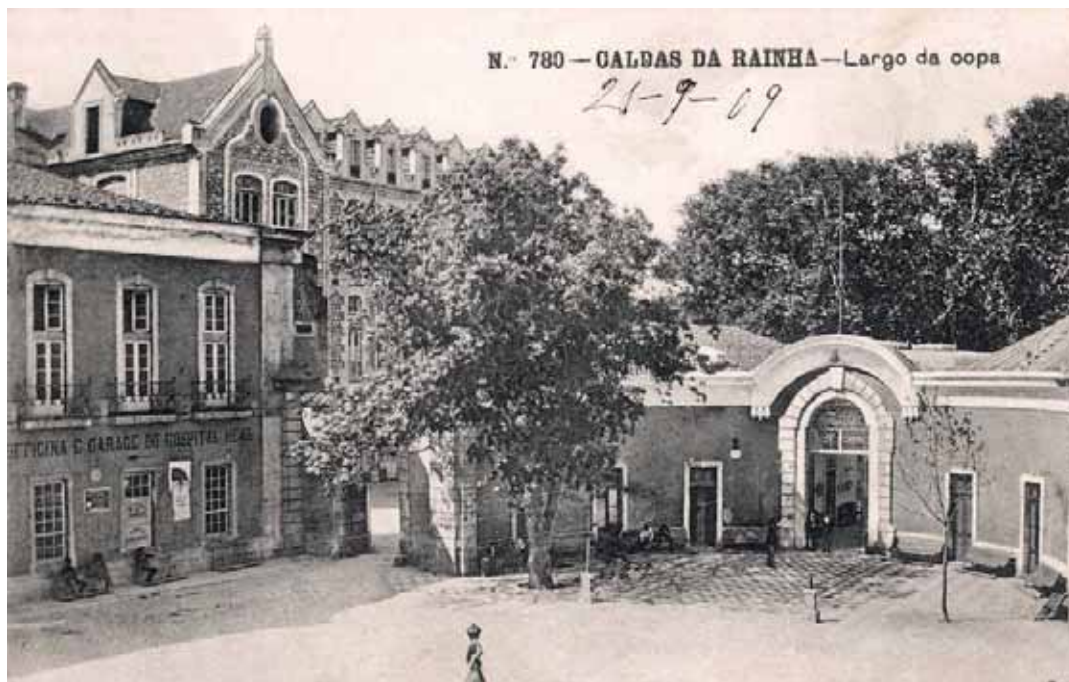
¹³⁴Jorge Mangorrinha, in *“O Lugar das Termas”*, Lisboa, 2000. p.235



Figura 3.2- Praça Maria Pia (Poente)



Figura 3.3- Praça da República, 1829



N.º 780 — CALDAS DA RAINHA — Largo da copa

25-9-09

Figura 3.4. Largo da Copa e entrada do Parque D. Carlos I



10 — CALDAS DA RAINHA — Monumento à Rainha D. Leonor

Figura 3.5- Monumento Rainha D. Leonor 2

3.2. Os elementos do aglomerado Termal

Sem dúvida alguma as *caldas* sempre tiveram um papel relevante na assistência da população, assim que foram descobertas as suas propriedades curativas durante a Idade Média. Certamente, as águas termais teriam suscitado o interesse da população à muitos anos atrás por fácil percepção de que estas não seriam umas águas quaisquer, mas foi durante a época medieval, que estas águas tiveram um maior significado para a vida da população e da região.

A primeira tentativa de conceber a possibilidade de construir aposentos e desenvolver produções agrícolas junto às Caldas de Óbidos, partiu de D. Afonso V em 1474¹³⁵, na procura de criar uma alternativa face à inexistência da ordem de Santa Maria de Rocamador na confraria de Espírito Santo onde, durante muito tempo, prestou assistência aos doentes e peregrinos que por ali se curavam. Naquela época, muitos santuários e igrejas serviam de hospitalidade aos pobres, efémeros, romeiros e peregrinos, e as albergarias que acolhiam os doentes, eram muitas vezes construídas em redor de estabelecimentos religiosos, como no caso da Igreja Espírito Santo em 1222 e a ermida de S. Silvestre. Eram pequenos núcleos urbanos de grande complexidade medieva de serviços, hospitalidade e assistência, construídos em torno das nascentes, cujos tratamentos estavam ligados de alguma forma aos banhos termais. Estes pequenos complexos eram normalmente geridos por uma administração ao qual a Igreja desempenhava o papel principal. As albergarias eram muitas vezes confundidas por hospícios ou hospitais e no seu interior dispunham de duas ou três camas para os sacerdotes e religiosos que serviam aos doentes de todas classes sociais, uma vez que na altura não tinham tratamentos distintos.

Segundo João L. Saavedra Machado, na monografia Terra de Águas, esta forma de assistência hospitalar, era praticada no Santuário desde 1131, em Roncesvalles, nos Pirenéus Ocidentais, que se cruzava no percurso dos peregrinos a Roma, assim como em Rocamador, conhecido pelos peregrinos portugueses onde se albergavam no caminho a Santiago de Compostela durante os séculos XII a XIV. Eram tempos em que as instituições seguiam a regra de S. Bento¹³⁶ e muitos membros de confrarias administravam e

¹³⁵ João B. Serra, in Tabela Cronológica - "*Caldas da Rainha: Cronologia - 1. Antes da Fundação*": Em 1475, D. Afonso V concede privilégios a quem se fixar nas "caldas de Óbidos". O autor justifica o fundamento com uma excerto de Augusto da Silva Carvalho "*havendo Nós informação certa de como as caldas que estão acerca da nossa vil la de Óbidos são de tal virtude que o Nosso senhor pôs na água delas, que muitas pessoas que a elas vão recebem saúde de grandes e diversas enfermidades*", 1947, p.43.

¹³⁶ "Trata-se de um texto escrito por S. Bento (c. 480- 547) no fim da sua vida, composto a partir de 530. [...] Rigorosa e exigente no que concerne à disciplina e ao respeito, estrita quanto ao cumprimento do ofício divino, esta regra distingue-se, todavia, pelo seu carácter humano, fonte de misericórdia e harmonia. [...] Nascida das experiências quotidianas da vida comunitária, não seguindo um plano lógico estrito, mas distinguindo-se por um sentido de precisão que atinge os mais pequenos detalhes, serviu de base a todas as regras e textos normativos posteriores. [...] Em Portugal, entra

trabalhavam em vários hospícios, como forma de assistência hospitalar. Com a fundação da Albergaria da Nossa Senhora de Rocamador em Torres Vedras, mandada construir pela Rainha Santa, muitos membros de origem francesa se expandiram em Portugal para prestar o seus serviços de enfermagem. Os irmãos rocamador, de então origem francesa, assistiram em muitas albergarias e hospital no país, como foi o caso do Porto, Guimarães, Braga, Chaves, Lamego, Leiria, Santarém, Torres Vedras e decerto nas *Caldas de Óbidos*. Estes prestavam os seus serviços até ao final do século XV, aquando já se encontrava em decadência a albergaria e confraria Espírito Santo e S. Silvestre, foram expulsos por D. Afonso V por falta de qualidade e confiança nos seus serviços. Com efeito, as *caldas* serviam de uma notável assistência para os viajantes e peregrinos situados na rota dos devotos vindos do centro e sul do país, quer a caminho de Roma ou de Santiago de Compostela em romagem aos túmulos dos apóstolos Tiago e Pedro.

3.2.1. Hospital Real da Nossa Senhora do Pópulo¹³⁷

Nos tempos de crise que corriam entre os séculos XIV-XV, com as guerras, a fome, as pestes, a diminuição de rendimentos e o aumento de custo de vida, as infraestruturas viam-se afectadas pela diminuição de rendimentos incapazes de sustentar este tipo de instituições, já afectadas por este tipo de condicionantes, obrigou na intervenção dos reis após o reinado de D. João I (1357-1433), na colocação de pessoas de confiança na assistência destas casas levadas ao abandono.

As casas assistenciais em torno das águas da caldas, na época já com condições insuficientes, ter-se-iam vindo a arruinar com o decorrer dos anos, de tal modo que, já não haveria condições assistenciais para albergar os doentes de maior gravidade. Durante o mandado de D. Afonso V, face à situação aparente, criou medidas no favorecimento da povoação que para junto das nascentes fossem permanecer e auxiliar as casas assistenciais que se encontravam em má situação. Desejava fixar, quatro homens bons para esse efeito, e concedia privilégios excepcionais, em grande quantia e importância, aos que por ali permanecessem e criassem família, com facilidades em fazerem suas casas e produções agrícolas, na melhoria de assistência aos doentes.¹³⁸ Ainda assim, apesar de sua boa intenção, com a crise que decorria, não demorou muito para que as estruturas destas casas já decadentes e empobrecidas não caíssem totalmente no abandono. Durante muitos anos

em carácter definitivo e de forma clara em 1020.” Regra de S. Bento. In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2014. (consultado 2014-06-05)

¹³⁷ Actualmente conhecido por Hospital da Rainha D. Leonor

¹³⁸ Segundo João L. Saavedra Machado in “As Caldas. Fundação do Hospital e da Vila pela Rainha D. Leonor - Aspectos da sua Evolução”, na monografia intitulada “Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993. p. 47

tentou-se impor em todo o país, a reforma destas instituições, mas sempre dadas como falhadas por falta de condições essenciais para esse feito.

Só em 1485¹³⁹, com as iniciativas da rainha D. Leonor e os seus monarcas D. João II, seu marido e D. Manuel I, seu irmão, surge a primeira data que permite um balizamento histórico para afirmar com segurança, o início do desenvolvimento populacional e urbano no lugar das caldas, que rapidamente se formou vila. O modelo medieval de assistência aos pobres e doentes esgotara-se e para que houvesse um crescimento demográfico e populacional urbano, seria inevitável a intervenção da Coroa. A reforma das estruturas balneares existentes e a criação de aposentos necessários para o apoio destas instalações permitiram agrupar os meios necessários para a subsistência populacional na zona e garantir que daquelas águas se pudessem curar os doentes com as condições essenciais.

Com a decisão marcada pela rainha D. Leonor, de fazer das estruturas balneares a edificação de um importante Hospital Termal junto às nascentes de Óbidos, foi confiado a determinação do seu médico António de Lucena, na certeza de quais nascentes marcadas em três pontos¹⁴⁰ da região seriam as mais apropriadas para o cuidado e cura dos doentes, para dar início à sua obra de caridade.

O voto da rainha perante sua vontade de que ali fossem construídos um Hospital Termal destinado ao tratamento dos pobres e que daquela terra de águas milagrosas despertasse uma obra grandiosa para as Caldas, começou então a realizar-se.

Vários foram as informações sobre os principais motivos que levaram a rainha na construção do Hospital, desenvolvidas ao longo dos anos por diferentes autores, como assim se deveria de esperar, mas de entre todas, os factos retratados perante a boa intenção da rainha se encontram em semelhante concordância.¹⁴¹

¹³⁹ Jorge Mangorrinha, in “O lugar das Termas”, 2000, p.63

¹⁴⁰ “[...] dentre vários locais existentes no termo de Óbidos e junto ao limite Sul dos coutos de Alcobaça [...] existiam três nascentes diferentes: Casal de Mosqueteiros, Quinta de Vale de Flores e Caldas.” Id. Ibid

¹⁴¹ Das opiniões distintas temos: Garcia Resende, o autor refere que a rainha mandara construir, com as suas despesas, a Igreja, dormitórios, enfermarias, e botica das Caldas de Óbidos, que com todas as coisas feitas com grande perfeição lhe deram muita renda para se sustentar. Refere ainda que foi uma obra muito santa e misericordiosa que curou muitos doentes de graça; na opinião de Damião de Góis, é referido que a rainha “*Fundou de nouo o Hospital das caldas, em termos dobidos, e lhe deu muitas re(n)das, que pera iso comprou da Coroa do Regno, e riquos ornamentados pera ho seruiço diuino, com grande soma de roupa pera camas, e seruiço de pessoas que alli viessem curar, asi riquos, quomo pobres, e pera hos pobres deixou rações ordenadas per spaço de hum mes, que he ho tempo em que has augoas daquelas caldas fazem sua obra*”. Das opiniões distintas, Jorge de São Paulo refere que “acerca do Hospital das Caldas e da sua fundação tem-se escrito muito desacerto”. In Jorge Mangorrinha, “O lugar das Termas”, 2000, p.67

i) Plano de 1484

Dos alicerces começou a erguer um grande complexo de edifícios, repartido necessariamente em fases para que não fossem interrompidos os tratamentos durante a época termal, entre Abril a Setembro, e certamente por obtenção de recursos financeiros para garantir que as obras fossem terminadas com sucesso. Nestas obras foram construídas, em primeiro lugar, duas piscinas separadas, pelo lado norte a das senhoras e sul a dos homens, enfermarias e dependências. No exterior, deu-se a criação de uma horta na cerca e um pequeno chafariz público, ambos alimentados por um conjunto de canos de água doce e, por fim, a albergaria. De uma forma geral, o plano de urbanização das Caldas era constituído por um aglomerado de edifícios que em conjunto formavam um núcleo de termal, ainda com uma disposição medieval. No centro estavam dispostos um grupo de construções com a instalação das duas piscinas de ambos os sexos, 7 enfermarias com capacidade para 100 camas, a copa, a cozinha, o anexo para peregrinos, a botica e a rouparia, a residência dos auxiliares de serviço e ainda um paço real, casas de arrumos, fornos, cavaliças, capoeiras, atafona e azenhas, horta e pomar, moradias de servos. A sul, encontrava-se a albergaria, complementada no seu interior com seis camas para albergar os peregrinos e doentes.

A sua capacidade de acolhimento para os doentes e as condições que aferiam, faziam do Hospital um dos maiores do seu tempo, sendo apenas ultrapassado pelo Hospital Real de Todos-os-Santos¹⁴² da capital, que logo seguiu o exemplo em 1492. Também pelas suas propriedades medicinais de tratamentos de um só qualidade de águas termais, o hospital distinguia-se. O historiador médico Fernando da Silva Correia classificou-o como o *“primeiro grande hospital termal de que há memória em qualquer país, com consulta médica obrigatória, médico, farmacêutico e enfermeiros privativos, registo de doentes e estatísticas desde o começo do século XVI”*.¹⁴³

Em 1487, ainda antes das obras se encontrarem terminadas, já tinha os primeiros doentes destinados a tratamento e alojamento. No ano seguinte, iniciaram-se as obras na Rua Nova destinadas aos trinta moradores no intuito de consolidarem uma malha social e profissional

¹⁴² “Hospital Real de Todos os Santos hoje designado por Hospital de São José, foi criado por D. João II, quando ainda príncipe herdeiro, tendo obtido autorização da Santa Sé, a 13 de Agosto de 1479, para reunir os rendimentos de diversos pequenos hospitais de Lisboa e seu termo, a fim de construir um “grande hospital” destinado à assistência de pobres e enfermos. [...] O lançamento da primeira pedra ocorreu em 15 de Maio de 1492, mas a construção só ficou concluída no reinado de D. Manuel.” In Arquivo Distrital de Lisboa- Associação dos Amigos da Torre do Tombo, <http://www.aatt.org>, consultado em 7 janeiro 2014

¹⁴³ João B. Serra, in “O Hospital de Nossa Senhora do Pópulo fundado em 1485 - nas caldas de Óbidos, e a sua evolução”, <http://www.cidadeimaginaria.org/inv/HistoriaHospitalCaldas.pdf>, consultado em 9 Junho 2014

do pequeno conjunto que rodeava as nascentes. Em 1489, o Hospital da Nossa Senhora do Pópulo encontrava-se concluído e em plena actividade, ainda que a consumação oficial se tenha feito em 1503 por D. Manuel. Estava então terminada a grandiosa obra de misericórdia da Rainha, erguida para toda a população, sem distinção de classes sociais, com o Compromisso¹⁴⁴ de desenvolvimento da vila das Caldas da Rainha.

A fundação de um conjunto termal desta natureza e dimensão exigia um plano de económico e social local suficientes para um enquadramento populacional, afim de ter recursos suficientes para assegurar o funcionamento do hospital. A partir de 1488, a rainha D. Leonor e os seus dois monarcas, D. João II e D. Manuel, redigiram um requerimento com uma série de providências com finalidade de atrair e fixar as populações, e a garantir que a relação entre o estatuto administrativo e a povoação entretanto formada, pudessem proporcionar ao senhorio hospitalar os rendimentos necessários ao exercício das suas funções.

O sucesso da obra, resultou num crescimento populacional que rapidamente se instalou e expandiu criando uma malha urbana em torno do Hospital Termal. Num espaço de oito anos, desde a fundação do Hospital da Nossa Senhora do Pópulo, D. Manuel confirma o título de vila atribuído às Caldas da Rainha, em Março de 1511, através de uma carta régia em que se procedia à demarcação do respectivo termo.¹⁴⁵

Este conceito de organização social e territorial definido por D. Afonso V e D. João II e depois afirmados com grande certeza por D. Manuel, foram importantes para a definição e gestão de espaço urbano, com a inserção do centralizar o poder real, permitindo uma distribuição autónoma das sub-regiões face aos direitos e poderes das ordens religiosas e das casas senhoriais locais. O exercício distributivo partia de uma política de povoamento e novos forais, possibilitando uma criação de novas condições económicas importantes para o desenvolvimento das economias regionais. Com o exemplo do Hospital Termal como

¹⁴⁴ O Livro do Compromisso, é um precioso manuscrito em Pergaminho assinado pela Rainha D. Leonor, datado em 18 de Março de 1512. No livro encontram-se referidos pormenorizadamente todas as regras do bom funcionamento do Hospital Termal. Trata-se de um documento de grande importância por conter um conjunto valioso de informações que permitem compreender as normas de funcionamento da instituição e compreender o papel fundamental a que estava destinado o Hospital. Este regulamento, que tomou como modelo o Hospital de Santa Maria Nova de Florença, em Itália. Teve como participação activa até 1775, altura em que o Marquês de Pombal o substituiu parcialmente. In Arquivo do Museu do Hospital das Caldas, <http://museudohospital.wordpress.com> e <http://www.gocaldas.com>, consultado em 8 Junho de 2014

¹⁴⁵ in João B. Serra, Tabela Cronológica “Caldas da Rainha: Cronologia - 2. Fundação (1484-1532); No documento elaborado por D. João II, existiam termos de que se proferia as Caldas como Vila, assim como no testamento do provedor Álvaro Dias Borges, no seu testamento de 1491, chamou de “*vila das Caldas*”, bem como na carta de sentença, em 1505, mandada pela Rainha, refere que esta é a sua “*vila e couto fora do termo*”, in João L. Saavedra Machado, “*As Caldas. Fundação do Hospital e da Vila pela Rainha D. Leonor - Aspectos da sua Evolução*”, na monografia intitulada “*Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura*”, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993 p.57

principal núcleo distributivo da região, o poder central passou a reconhecer o valor das ciências médicas no enquadramento territorial, partindo da mesma forma com uma organização muito própria da época renascentista que se vivia. Um verdadeiro exemplo seguidor desta forma distributiva, foram o Hospital Espírito Santo¹⁴⁶ em Évora e Jesus Cristo¹⁴⁷ em Santarém.



Figura 3.6- Hospital Primitivo

¹⁴⁶ “Antes da fundação da Misericórdia de Évora já existiam institutos de assistência na cidade. [...] No decorrer dos sécs. XV e XVI, por imposição régia, as albergarias e os hospitais foram-se fundindo e incorporados na Santa Casa da Misericórdia de Évora, passando para a administração da mesma. A albergaria de São Salvador passou para administração do Hospital de Jerusalém e mais tarde o mesmo foi incorporado no Hospital do Espírito Santo.”, in Arquivo Distrital de Évora <http://digitalq.adevr.dgarq.gov.pt>, consultado em 7 Janeiro 2014

¹⁴⁷ “O Hospital de Jesus Cristo terá sido fundado por João Afonso em 1426 portanto, de criação anterior à da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, cujos primeiros estatutos datam de Julho de 1503 e onde mais tarde é integrado. Era apenas um, o maior, seguindo-se o de Palhais, na Ribeira, de entre os mais de 30 albergarias e/ou hospitais que existiam em Santarém em finais do séc. XV (LM). O Breve de 1499 Ago. 23 “Cum sit carissimus” incorpora-os todos no de Jesus Cristo. O seu primeiro Regimento foi-lhe dado por D. Manuel em 1518 Jul. 24.” in Arquivo Distrital de Santarém, <http://digitalq.adstr.dgarq.gov.pt/>, consultado em 7 Janeiro 2014.

i) Plano de 1747

Durante os seguintes séculos até ao século XVIII, a Vila Termal ganhou prestígio por parte da corte e o Hospital tornou-se alvo de procura por parte de aristocracia e de Corte que, com os pobres e humildes frequentadores, passam a usufruir do mesmo espaço. A abrangência social proveniente do seu feito conferiu ao Hospital o privilégio de ser destinado aos pobres, e à sua origem, de estar preparado para receber a os membros da casa real. Talvez seja por esta abrangência social, que o Hospital até ao século XIX tenha sofrido três alterações do seu projecto inicial.

Com a atenção colocada na saúde do rei D. João V, quando se viu necessitado de frequentar com regularidade os banhos das caldas devido à sua paralisia, as Caldas da Rainha receberam uma série de melhoramentos, orientados pelo corpo de engenharia do Reino, entre as quais a construção de um novo edifício hospitalar sobre as fundações primitivas do Hospital Termal, ao que se julga, por a falta de condições que o Hospital já apresentada naquela época - não esquecendo que o Hospital estabeleceu-se com as instalações primitivas durante duzentos anos. Os trabalhos de obra foram executados num prazo entre 1747 e 1750, com a orientação do Engenheiro-Mor do Reino, Manuel da Maia (1677-1768)¹⁴⁸, e com a autoria do projecto de execução de Eugénio dos Santos¹⁴⁹ (1711-1760), na altura pouco conhecido.

O desenho distributivo do novo Hospital seria composto por um corredor central de frente para a entrada, denominada como a Casa da Copa. Na sua disposição, encontra-se um Pocinho que possibilita água termal para beber - este Pocinho foi substituído nos finais do século XX, por uma Fonte actualmente existente. Ainda na Casa da Copa, existe na sua direita uma lápide de pedra de lioz fixada na parede onde contém uma inscrição de D. João V e que dará acesso ao balneário masculino. Do lado esquerdo, encontram-se a cozinha, e o acesso ao balneário feminino. As enfermarias estavam distribuídas pelos dois pisos e divididas entre, seis para os homens e duas para as mulheres.

Com esta nova remodelação, as instalações passaram a ter duas piscinas para cada um dos sexos e outras três especialmente destinadas para leprosos e sarnosos, localizadas num

¹⁴⁸ Engenheiro militar e arquiteto civil e urbano. Foi regente da Aula de Fortificação, onde andou o futuro rei D. José I e Eugénio dos Santos. Em 1754, foi nomeado Engenheiro-Mor do Reino e foi o responsável pela elaboração da planta da cidade de Lisboa e noutros projectos de engenharia, como na reconstrução da Baixa Pombalina após o terramoto 1755 e o Aqueduto das Águas Livres. Também fez projectos de fortificação em Estremoz, Beira e Abrantes.

¹⁴⁹ Arquitecto e engenheiro português. Trabalhou em vários projectos, para além da reconstrução do Hospital Termal das Caldas da Rainha, participou na reconstrução da Baixa Pombalina em Lisboa após o Terramoto de 1755. In Infopédia Porto: Porto Editora, 2003-2014. Consultado em 8 Junho 2014

pequeno compartimento construído junto à passagem do colector geral que alimentava as piscinas e evacuava as águas para consumo que, por apresentarem sujidades deixaram de ser utilizadas para tal fim.

O interior dos compartimentos das duas piscinas principais ainda mantém um ambiente medieval com os seus tectos abobadados e luz zenital que entra na claraboia. A piscina maior destinada para o sexo feminino, tem uma iluminação reduzida e é, por isso, denominada por “banho escuro” ou “piscina da Rainha”. O piso superior aparenta uma estrutura semelhante ao piso inferior com compartimentos destinados para as enfermarias, camarotes e quartos particulares, ainda que desta vez sem piscinas.

No exterior, a fachada do edifício representa um misto entre a arquitetura Barroca e a chamada “Arquitectura Chã”, analisada por George Kubler (1912-1996)¹⁵⁰, no século XVI. A fachada é representada por uma horizontalidade de vãos de forte platibanda excedendo o frontão rectilíneo, distribuídos simetricamente através do eixo destacado pela quebra dada pelo corpo central. Neste encontra-se proeminente no seu cimo, um frontão escultórico que representa a Anunciação e os seus vãos destacados com um coroamento e, sobretudo, o seu portal curvado e articulado que contorna o corpo central - este tipo de elementos eram características muito comuns no barroco e nas obras setecentistas.¹⁵¹

No final destas obras de reestruturação, foi erguida uma Casa da Convalescência destinada ao repouso dos doentes no final do tratamento, com propriedades bastante diferentes do edifício principal. Esta obra realizada, foi ainda realizada sob coordenação de Manuel da Maia, mas com a autoria do arquitecto das Ordens Militares, Rodrigo Franco¹⁵². O restante conjunto de obras mandadas construir pelo rei, desenvolveram com maior orientação a malha urbana da vila, dando uma nova dinâmica local, como forma de cativar a população. Devido às regulares visitas do rei na Vila e ao seu carácter político e social de grande exibição, o rei trouxe consigo uma sociabilidade enriquecedora que permitiu às Caldas uma fama ilustre cada vez mais assumida.

¹⁵⁰ George Kubler, estudioso contemporâneo, desenvolveu o termo “Arquitectura Chã” em *Portuguese Plain Architecture, 1521-1706*, termo que foi, contudo, abordado anteriormente por Júlio de Castilho em *Lisboa Antiga, O Bairro Alto*, Lisboa, 1954, onde se referia a tal “Estilo-chão”, in citações de “*Arquitectura Caldense do século XVIII*”, na monografia intitulada “*Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura*”, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p.152

¹⁵¹ in “*Arquitectura Caldense do século XVIII*”, na monografia intitulada “*Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura*”, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p.140-142.

¹⁵² Capitão Rodrigo Franco, arquitecto da mitra Patriacal. Foi responsável pela projecção e construção do Santuário do Senhor Jesus da Pedra em Óbidos, entre 1740 e 1747. Terá trabalhado nos estaleiros do Convento de Mafra, com Ludovice, e privado com diversos arquitectos italianos, bem como com alguns dos maiores insígnos arquitectos e engenheiros portugueses da época. In Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, <http://www.igespar.pt>, consultado em 8 Junho 2014

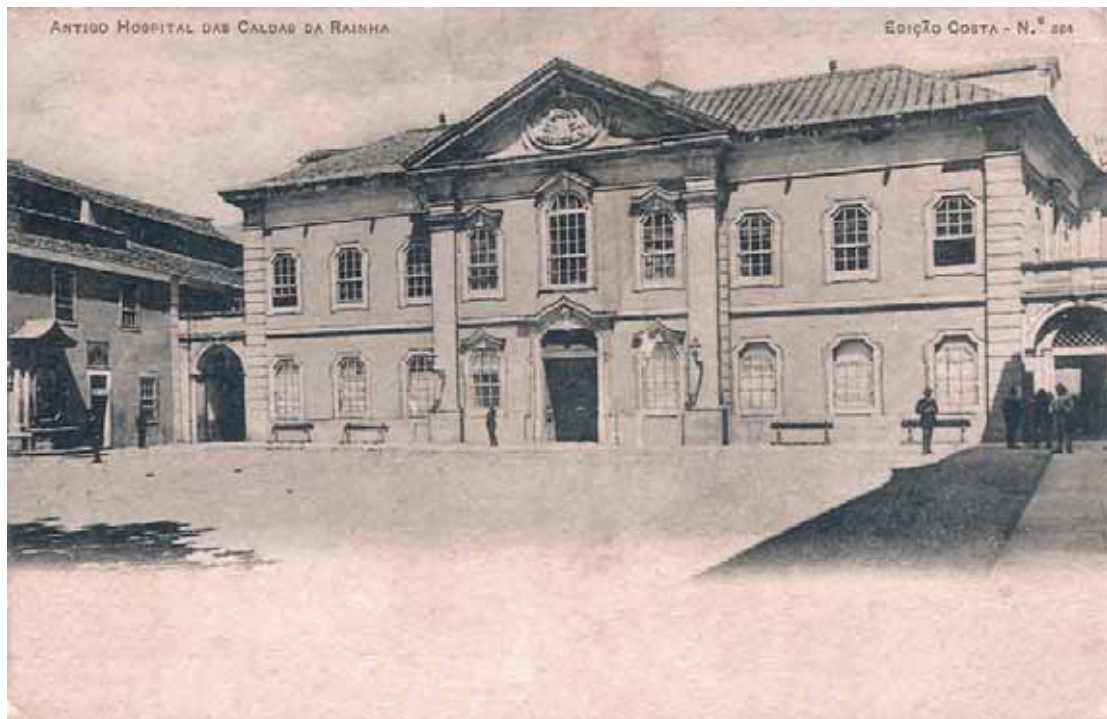


Figura 3.7- Antigo Hospital

ii) Plano de 1889

Nos anos Oitocentos, perante as novas exigências urbanísticas a partir do advento de Regeneração em 1851, fizeram ressaltar o avanço construtivo de obras públicas com o intuito de melhorar as infraestruturas em todo o país, a partir dos novos princípios de higiene e insalubridade urbana, dos quais haveria também a necessidade de privilegiar os equipamentos termais. As Caldas da Rainha, foram um exemplo notório na melhoria de infraestruturas e instalações termais, até à entrada do novo administrador do Hospital, Rodrigo de Berquó, que ambiciosamente desempenhou um conjunto sucessivo de obras imprescindíveis para o crescimento e reconhecimento termal da Vila, focando-se principalmente, nos equipamentos de apoio termal e na sua modernização trazida das seus conhecimentos estrangeiros.

Em 1889, Berquó definiu algumas prioridades para a concretização da modernização das infraestruturas existentes: transformar o Passeio da Copa num Parque, construir um novo Hospital Civil de Santo Isidoro afastado do núcleo termal, ampliação do existente Hospital Termal para o aumento da capacidade balnear e a construção de um novo Hospital destinado ao internamento. De entre todas as suas intenções apenas não se realizou o Novo Hospital destinado ao internamento, na medida em que a obra ficou por se concluir após a sua morte.

O plano para a ampliação do existente incluía a separação da área de balneoterapia da área de alojamento, algo que já vinha a ser muito criticado aos antigos administradores. Em 1894, como justificação da estada da família Real para o uso dos banhos, o arquitecto conseguiu a aprovação da administração na projecção de um terceiro piso, destinado a alojamento.

Com a renovação do Passeio da Copa na transformação de um parque romântico, trouxe novas formas de lazer para o tratamento dos doentes e dos que viriam a usufruir das termas por prazer. Para além da remodelação do parque para fins de lazer, com a projecção de um novo lago no parque, Berquó conseguiu solucionar os problemas de insuficiência de água potável no estabelecimento termal, através dos trabalhos de exploração que permitiu elevar o caudal sob forma de abastecer melhor o Hospital e os seus anexos.

O século XIX mudou a vila das Caldas da Rainha, conseguindo um estatuto preferencial na escolha do Hospital Termal em relação a outras com equipamentos mais diversificados, no país e nas vizinhanças. Depois da remodelação e criação dos novos equipamentos termais, como passeios no parque, clube, hotéis, com uma fácil acessibilidade, face à indução dos caminhos-de-ferro e das novas estradas de acesso, e pelas suas crescentes infraestruturas comerciais e habitacionais. O Hospital das Caldas era considerado por muitos aquistas como

o mais importante hospital termal da Península na possibilidade de maior oferta de equipamentos complementares ao tratamento.

A partir do Plano de Rodrigo Berquó, não se tem um conhecimento seguro de que possam ter sido realizadas alterações do actual projecto do Hospital da Rainha D. Leonor. Todavia podemos assumir de que certamente tenham sido efectuados melhoramentos essenciais para assegurar o bom funcionamento da instituição.

Actualmente o estado do Hospital Termal das Caldas da Rainha é-nos descrito por muitas notícias, entre as quais:

“Hoje, este é o único hospital termal que, em Portugal, está integrado no Serviço Nacional de Saúde. Dispõe de serviços de otorrinolaringologia, reumatologia e ortopedia. Não obstante o seu carácter único e a procura que continua a ter, o hospital tem sido encerrado por períodos mais ou menos prolongados, devido a bactérias perigosas que se instalam nas suas condutas de ar. Fora desses períodos, apesar de continuar a desempenhar as funções para as quais foi criado, fá-lo de forma limitada. Para garantir o seu normal funcionamento são necessárias obras profundas de renovação, cujo orçamento poderá ascender a cerca de 3 milhões de euros.”¹⁵³

¹⁵³ João Ferreira, in *Partido Comunista Português*, <http://www.pcp.pt>, consultado em 9 Junho 2014



Figura 3.8- Hospital depois da Ampliação

3.2.2. Igreja da Nossa Senhora do Pópulo

A Igreja da Nossa Senhora do Pópulo, esteve desde sempre integrada no complexo do Hospital Termal, sendo que, de todos os elementos termais mandados construir pela rainha D. Leonor, este é o único edifício que resta do plano de obras de 1484, podendo-se referir as palavras de Jorge Mangorrinha na descrição da Igreja quando diz “ *A Igreja é, por isso mesmo, a certidão do nascimento e baptismo desta terra*”.¹⁵⁴

A existência de um equipamento religioso ligado aos conjuntos de estâncias termais está muitas vezes associada à ideia de continuidade das actividades religiosas que se praticam fora do tempo de vilegiatura ou no período de tratamento, assim como na forma de libertação espiritual que, em conjunto com os banhos terapêuticos, permitem uma purificação total do corpo. No primeiro dia que chegavam à instituição, ali se confessavam e comungavam e só depois iniciavam-se os tratamentos termais. Outra justificação encontra-se na assistência e acolhimento de que estas instituições religiosas deram durante muito anos aos doentes e peregrinos que passavam junto das nascentes na procura de albergaria, e como resultado, após a construção dos conjuntos termais, houve sempre a necessidade de criar uma Igreja para como forma de reconhecimento e, possivelmente, na prática de curas espirituais.

A história da Igreja da Nossa Senhora do Pópulo encontra-se delimitada pelo início da primeira fase de construção em 1500¹⁵⁵, ainda descrita na sua inscrição epigráfica como capela, e julga-se terminada em 1508, na sequência das obras iniciadas no reinado de D. João II e posteriormente apoiadas por D. Manuel. A sua função serviu desde sempre de apoio religioso aos doentes e aqistas que frequentavam as termas durante o tratamento, contudo, quando passou a igreja matriz, assumiu funções paroquiais. Apesar de no século XX, a igreja matriz ser atribuída à nova Igreja da Nossa Senhora da Conceição - construída na época na Praça da novo edifício da Câmara - a Nossa Senhora do Pópulo continuou aberta para a população, sem exclusividade para os aqistas.

A sua orientação a Nascente, colocada numa posição axial, dispõe-se perpendicularmente do edifício do Hospital, do lado oposto ao conjunto hospitalar condicionando a sua comunicação com o mesmo. Esta posição “*não seguiu um dos programas de construções hospitalares iniciados em Itália*”, presente na Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos cuja “*capela-mor localiza-se no ponto de cruzamento que permitia que os doentes acompanhassem das enfermarias as cerimónias religiosas*”. Segundo José Custódio Vieira da Silva, a ordenação do Hospital das Caldas “[...] segue a tradição medieval que dispunham

¹⁵⁴ Jorge Mangorrinha, in “ À Volta das Termas”, 2002, p.301

¹⁵⁵ João B. Serra in Tabela Cronológica - “ Caldas da Rainha: Cronologia - 2. Fundação (1484 - 1532)“

em cada enfermaria um altar para que os enfermos pudessem assistir aos ofícios divinos, estando a capela-mor da Igreja no lado oposto das enfermarias [...]” o que leva a considerar que possa ter sido pensada no momento em que “[...] a rainha pediu autorização a D. João II para fixar 30 vizinhos junto ao estabelecimento termal [...]” implicando a “[...] necessidade de haver uma igreja destinada aos moradores da nova povoação, onde pudessem receber assistência espiritual que, a existirem apenas os altares nas enfermarias, eles não poderiam ter [...]”¹⁵⁶

Após a sua construção, a Igreja teve algumas remodelações, ainda que sem sequência totalmente segura, nomeadamente em 1505, após a sua nomeação a Igreja Matriz, recebeu elementos próprios de uma igreja matriz, com a torre sineira e a pia baptismal.¹⁵⁷ Por volta de 1510, foi executado o tríptico no seu interior, mandado construir pela D. Leonor¹⁵⁸. Em 1549, foi acrescentado um novo andar sobre a copa dos enfermos e do coro, devido à construção do segundo andar do Hospital.¹⁵⁹ No mandado de D. João V (1689-1750), foram feitas a renovação dos altares e a colocação de uma balaustrada interior de pedra, mandou construir o Coro e a Casa do Tesouro. Posteriormente, após as obras de restauro em 1968, a balaustrada e a Casa do Tesouro deixam de existir.¹⁶⁰ Em 1659, a colocação de azulejos seiscentistas de tipo “padrão” no interior da Igreja e, conservando, da primitiva construção painéis de azulejos hispano-árabes nos altares laterais.¹⁶¹

A sua arquitectura aparenta um misto de estilos marcadas pelos diferentes tempos em que sofreu alterações. São eles um conjunto de elementos de arquitectura locais renascentistas, já pouco evidentes, com uma mistura tardo-gótica, da autoria de Mateus Fernandes (1515)¹⁶² - um estilo muito comum de seu estilo pessoal.

¹⁵⁶ Manuel Batoréo, in “O Tríptico da Igreja da Nossa senhora do Pópulo nas Caldas da Rainha.” Problema de leitura e contra-leitura, <http://batoreo.net/caldas.htm>, consultado em 9 Junho 2014

¹⁵⁷ Jorge Mangorrinha in “ À Volta das Termas”, p.301

¹⁵⁸ João B. Serra in Tabela Cronológica - “ Caldas da Rainha: Cronologia - 2. Fundação (1484 - 1532)“

¹⁵⁹ Manuel Batoréo, “O Tríptico da Igreja da Nossa senhora do Pópulo nas Caldas da Rainha.” Problema de leitura e contra-leitura, <http://batoreo.net/caldas.htm>, consultado em 9 Junho 2014

¹⁶⁰ in “Arquitectura Caldense do século XVIII”, na monografia intitulada “Terra de Águas, Caldas da Rainha - História e Cultura, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p.1142.

¹⁶¹ João B. Serra, in Tabela Cronológica - “ Caldas da Rainha: Cronologia - 2. Fundação (1484 - 1532)“

¹⁶² Mateus Fernandes, arquitecto Mestre da Pedraria, foi um dos responsáveis pelas Capelas Imperfeitas no Mosteiro da Batalha em 1386

No seu interior destaca-se o tríptico da Paixão de Cristo sobre arco triunfal, os altares em talha dourada, a cobertura abobadada, os bocetos decorados, as pinturas do século XVI, feitas sobre a madeira, a pia baptismal de pedra calcária e os azulejos setecentistas.

A sua planta original é constituída por uma junção de um rectângulo e um quadrado - nave e capela-mor. No seu interior o salão amplo, ainda que fosse fiel à sua arquitectura tardo-gótica, veio servir as necessidades dos doentes acamados que se curavam no Hospital. Os seus aspectos estruturais e decorativos oferecem-lhe uma exclusividade com a junção do seu arco triunfal e o tríptico nele inserido.

No seu exterior são eminentes os relógios encavilhados na torre com carrilhão, doados à Igreja da Nossa Senhora do Pópulo por D. João V, no fim da sua vida, e o pêndulo de tamanho raro.



Figura 3.9- Igreja da Nossa Senhora do Pópulo

3.2.3. Casa da Convalescença

A Casa da Convalescença foi projectada com intuito de possibilitar aos doentes em fase de tratamento, um espaço propositado ao descanso e repouso, exteriores às áreas de balneoterapia que não ofereciam condições necessárias para tal efeito. Foi projectada no século XVIII, após a reforma do novo regimento decretado em 1755, ao qual seriam ordenados a construção de enfermarias destinadas à obra da Convalescença. Todavia, a sua inauguração sucedeu-se um século depois, em 1855, após a suspensão das obras, com um novo projecto que continha uma ligação aérea e coberta em comunicação com o Hospital. Até à sua abertura oficial, este edifício funcionou como Hospital de Inválidos. No final do século, as suas funções deixaram de ter o propósito para que foram construídos e surgiram como a “antiga convalescença”, no encontro das actividades praticadas estarem descontinuadas. Este edifício foi importante na constituição do aglomerado termal e permitiu uma nova reformulação estética e funcional na Praça Velha.

No século XX, durante os anos 30, face à renovação das infraestruturas para uma nova modernização adequada à frequência balnear instalada naquela época, o edifício foi todo demolido, mantendo-se apenas a parte central da sua fachada, para dar lugar a um novo edifício projectado desta vez por Álvaro Augusto machado. Depois das obras terminadas, em 1937, a Casa da Convalescença, agora denominada de Balneário Novo, deixou de ter a função denominada e passou a funcionar com recurso às águas termais, contendo duchas, inalações e pulverizações de primeira classe. A inauguração deu-se dois anos depois, em Agosto de 1939.

Com o aproximar do novo século, este equipamento foi de novo remodelado para servir funções aproximadas às necessidades de oferta termal, na medida em que é importante no conjunto de equipamentos de apoio face à frequência termal das Caldas da Rainha.



Figura 3.10- Hospital Rainha D. Leonor (esq.) e Casa da Convalescência (dir.)

3.2.4. Passeio da Copa e da Mata

O ambiente é um factor importante na criação e desenvolvimento das estâncias termais, na medida em que os equipamentos relacionados com esta vertente são fundamentais para a preservação da qualidade do ar e da protecção dos recursos exigidos pela terapêutica hidrológica.

A existência de um equipamento ambiental neste tipo de estabelecimentos permitem a criação de percursos protegidos dos ruídos propícios na atmosfera urbana, estabelecendo um cenário de completo repouso a nível físico e mental. Também permitem uma integração na paisagem e no embelezamento dos sítios em que se inserem, ao mesmo tempo que contribui para um ambiente ecológico equilibrado, face ao aproveitamento dos recursos naturais locais. Ao longo dos anos estas áreas foram-se tornando indispensáveis na integração das termas europeias e convertidas em belíssimos “pulmões ecológicos” e quadros de grande divertimento e lazer, como complemento de tratamento terapêutico para os doentes e um refúgio para os residentes.

Com o chegar do século XIX, o espaço urbano recebeu elementos ornamentais, ao qual a árvore fazia parte integrante da paisagem urbana, no surgimento de obstrução e purificação do ar poluído proveniente das indústrias que se desenvolviam na época. Nas estâncias termais, estes elementos paisagísticos naturais serviam como controlo ambiental na salvaguarda das áreas termais e, ao mesmo tempo, de composição do espaço.

A ideia de criação de espaços verdes para o conteúdo do Hospital, partiu do reformador de D. João V aquando se deu a necessidade de construir a Casa da Convalescença. Na obtenção dos terrenos para os dois projectos, teve-se a possibilidade de criar um espaço destinado ao tratamento dos doentes que, uma vez convalescidos poderiam passear para um melhor resultado de cura. Já durante o ano de 1791, teriam sido aconselhados por Francisco Tavares para a importância de que os passeios ao ar livre teriam para a terapia dos doentes, sendo que já o faziam em torno da Copa do Hospital. Também anteriormente, o médico João Nunes Gago solicitava para que houvesse um espaço deste género com edificações de passeios e de recreios para que se pudesse competir com outras da Europa. No intuito desta necessidade, surgiu a projecção do Passeio da Copa que veio complementar a área de preservação já mandada plantar pela Rainha D. Leonor, na altura do seu mandado.

Os dois grandes espaços verdes da época são distinguidos pelas suas origens: a Mata, plantada desde à séculos caracteriza-se pela sua biodiversidade florestal que permite funções dominantes de protecção da exploração de aquíferos termais, assim como constitui um lugar privilegiado para passeios ao ar livre por parte dos aquistas; e o Passeio da Copa, construído

posteriormente, caracteriza-se pelas suas terras de vinhas e olivais, onde se plantavam plátanos, faias e ulmeiros. Mais tarde foi transformado num belíssimo parque com um conjunto de equipamentos de recreio e lazer para usufruto do público e aqvistas. Não existe, porém, melhor autor para descrever os dois passeios, da Copa e da Mata, do que Ramalho Ortigão no presente texto:

“Ha dois passeios lindíssimos: o da Copa, onde os doentes passeiam ordinariamente as águas á sombra de velhos plátanos e faias seculares, e o da Matta, que é ao fim da tarde o logar aprasado ao encontro de todos os banhistas. [...] A Matta fica na maior elevação da villa. O ponto de vista é encantador; as aleas estão bem riscadas por entre as árvores; ha bancos em todos os recintos; grandes massas de vegetação; sombra espessa e tranquilla. [...] É nos encontros e nas conversações da Matta que muitas vezes se opera a revivescencia do coração, que é um symptoma de saúde quando traz consigo a alegria, o vigor da mocidade, a frescura da alma; mas que é pelo contrário uma doença má quando a acompanha a sentimentalidade melancólica e a tristeza banal e estéril dos amores impossíveis, que não levam a victima senão aos entranhados suspiros e algumas vezes aos maus versos. É na Matta que se reúnem todos os variados typos que frequentam as Caldas e constituem a legião chamada dos banhistas, apesar de muitos d’elles serem inteiramente estranhos ao banho e a todas as applicações therapeuticas da agua mineral.”¹⁶³

A Mata da Rainha D. Leonor, conhecida por “Passeio da Mata”, representa grande parte da grande área verde pertencente ao Hospital Termal, actualmente, de 17 hectares. Segundo Mangorrinha, esta área foi plantada no intuito principal de proteger as linhas de água subterrânea mineral, o que justifica que o *“Hospital tenha sido construído numa zona de confluência dessas linhas de água, que descem da encosta, e que também o Parque mostre a existência de abundante água no subsolo”*¹⁶⁴

No início da sua plantação sempre emergiram terras de grande cultivo, e no final do século XIX, esta área era complementada por hortas, árvores de fruto com predominância de macieira e vinha, e uma vasta área de terreno de árvores frondosas, onde se destacam o sobreiro, medronheiro, loureiro, carvalhos, pinheiros mansos, plátanos e acácias. Nesta época a Mata era um elemento fundamental para o Hospital e, por estar envolvida no espaço urbano, Rodrigo Berquó opta por estabelecer a área de propriedade termal com a colocação de dois novos portões, um junto à Casa Real e a Igreja da Nossa Senhora do Pópulo e outro na Rua dos Loureiros - actualmente designada por Rua Ernestina Martins Pereira. Durante muitos anos, esta área florestal foi um lugar de admiráveis passeios por parte dos aqvistas, no exercício e lazer, e mesmo após a construção do Passeio da Copa, continuou a

¹⁶³ Ramalho Ortigão in “Banhos de Caldas e Águas Mineraes”, p.86-87

¹⁶⁴ Jorge Mangorrinha in “O Lugar das Termas”, p. 176

ser durante muito tempo. No seu modelo actual, a Mata deixou de cumprir as suas funções turísticas devido à diminuição de elementos essenciais para esse efeito e, também pela sua degradação aparente. Ainda assim, constitui uma função fundamental de protecção da exploração dos aquíferos termais e no enquadramento ambiental do complexo termal.

Na transição do século XVIII para o século XIX, as mudanças provocadas pelo Liberalismo tiveram um impacto importante na classe burguesa e consequentemente nas estâncias termais da época, que cada vez mais se tornaram opção de escolha por parte da classe, que queria pôr em prática os seus hábitos sociais e de convivência. Também face a esta elevada fasquia, o Hospital Termal tornou-se alvo dos doentes mais nobres que, em conjunto com a prática de tratamentos de águas termais, fizeram ressaltar a criação de um jardim Barroco, denominado por Passeio da Copa, de iniciativa do Administrador Dr. António Gomes da Silva Pinheiro, entre os anos de 1799 e 1833.

No primitivo hospital, existiam algumas actividades sociais e culturais distanciadas do Hospital Termal, conduzidas pelos locais de encontro diários, entre a população local e veraneante, nomeadamente o mercado e as Igrejas. Os divertimentos eram realizados fora do Hospital Termal, onde decorriam os mercados e as feiras, para o menos favorecidos. Os doentes mais nobres escolhiam locais privilegiados para passar esses tempos de veraneio optavam por passeios na horta e pomar junto ao Hospital e na prática de desportos exteriores, como jogos de bola. No seu interior existiam ainda jogos de tabuleiro e de cartas no Salão do Provedor, a seu consentimento.

Em 1806, foi efectuado um levantamento intitulado “Planta do Novo Passeio das Caldas, em Agosto de 1806” que revela o desenho do novo Passeio da Copa, descrito por Mangorrinha, “Nesta planta estão desenhados os contornos do Largo da Copa, com os alinhamentos do Hospital Termal, com a referência da fonte (chafariz joanino) à sua direita, e do Hospital dos Inválidos, que não era mais do que o edifício da Convalescença que estava sendo ocupado por este tipo de doentes. Interpreta-se, neste levantamento, que o rectângulo destinado ao Passeio se apresenta murado, contendo um desenho de placas ajardinadas em forma de trapézio, orientadas segundo um eixo que passa junto ao moinho e banho dos cavalos, conjunto preexistente à construção deste passeio. O desenho das placas faz resultar três direcções diferentes de caminhos.”¹⁶⁵

Com o decorrer dos tempos em que a classe burguesa se via fortalecida, o jardim foi-se tornando mais decorado e os que frequentavam as termas em virtude das águas, para muitos serviria de pretexto do que a verdadeira causa. Nas tarde passadas no Passeio, assistiam-se a jogos de críquete e arquinho, e passava-se momentos de leitura.

¹⁶⁵ Jorge Mangorrinha in “Á Volta das Termas”, p.311

O ambiente que se vivia nas Caldas da Rainha naquela época, ressaltava o aparecimento de novas distrações que pudessem responder ao crescimento social e económico em torno do microcosmo termal. Eram necessários “teatros, clubes, cafés, casinos e tertúlias”, que permitissem um maior convívio social entre as diversas classes que se cruzavam. Em 1837, foi construído um Clube de Recreio, com uma biblioteca, uma sala de leitura e uma sala de jogo, situado em frente ao Hospital Termal e na entrada do Passeio da Copa. Depressa, este se tornou centro de convívio das sociedades que vinham ao encontro das práticas termais, chegando a ser considerado “[...] *cem vezes mais bonito que o de Lisboa; chamo mais bonito, ter muitas árvores e muita água; isto é, - muita frescura e muita sombra.*”¹⁶⁶

Quando a administração começou a ser liderada por Berquó, pretendeu estabelecer um novo espaço motivador para as classes frequentadoras, ao qual tinha conhecimento o tipo de requinte de que seria necessário ter para esse efeito. Em 1891, após a aprovação do Governo Civil, para a realização de um novo Parque, sucedeu ao início das obras. O seu projecto de remodelação visualizava um enobrecimento do Hospital Termal, através da qualidade e diversidade dos seus equipamentos, para que fosse aumentada a sua concorrência face às restantes estâncias do país e até mesmo do estrangeiro. Pretendia instalar uma série de jogos, como o *criquet*, *lawn-ténis*, jogo da bola, tiro à pistola, tiro à *setter*, passeios em velocípedes. O seu projecto demonstrava um alargamento do Parque, a construção de uma vedação que delimitasse o espaço, o repovoamento arbóreo e a construção de um lago artificial. Em 1892, após a conclusão das obras, o Parque D. Carlos I foi concluído e Inaugurado, em homenagem ao rei D. Carlos I (1863-1908).

O Parque assim projectado era definido por uma paisagem era romântica, muito característico na Europa, que apreciava o sentimentalismo e o naturalismo. Era constituído com base em jardins mistos, que lhe conferiam um estilo regular e paisagista, um vasto relvado e canteiros com curvas suaves e um conjunto de árvores que contornavam o delimita dos canteiros. O lago era um elemento de recreio e composição paisagística onde os banhistas podiam passear de barco em torno das suas águas. Na época, as Caldas da Rainha era conhecida pela requinte da época balnear da sua estância, dada pela sociabilidade de classes endinheiradas e de veraneio da Corte que frequentavam as Termas.

Nos primeiros anos do século XX, o parque foi dotado com mais equipamentos atractivos muito comuns das estâncias termais europeias, nomeadamente o velódromo, o ringue de patinagem, campos de ténis e campos de tiro. Nos anos 40 e 50, a reforma paisagística realizada através de um estudo feito por o paisagista Francisco Caldeira Cabral, permitiu a construção de um “Pavilhão-restaurante” com esplanada, de autoria de José Pereira da Silva, que constitui, ainda hoje, um equipamento importante na integração entre a população residente, os aqistas e os turistas. Também no decorrer destas remodelações, surge a

¹⁶⁶ in Júlio César Machado, “*Scenas da minha Terra*”, p.33

construção do Museu José Malhoa, idealizado por o escritor António Montês (1896-1967), em homenagem ao pintor José Malhoa (1855-1933)¹⁶⁷ por aproximá-lo à sua terra natal. A obra foi concluída em 1937, pelos arquitectos Paulino Montez (1897-1962) e Eugénio Correia (1897-1965) e inaugurada três anos depois.

Hoje em dia, passados duzentos anos sobre a projecção do Parque e séculos sobre a ideia da existência do Passeio da Copa, este lugar ainda é o mais atractivo da cidade das Caldas da Rainha.



Figura 3.11- Parque D. Carlos I

¹⁶⁷ José Vital Branco Malhoa, foi um pintor, desenhista e professor Português. Estudou em Lisboa aos 8 anos e aos 12 anos entrou na Real Academia de Belas Artes de Lisboa, onde foi discípulo de Lupi, Prieto, Vitor Bastos e Anunciação, obtendo no final de todos os anos o 1º Prémio devido às suas enormes faculdades artísticas. Terminou o seu curso em 75. Foi o pioneiro do Naturalismo em Portugal e foi um dos fundadores do Grupo Leão em 1880. In Museu Centro de Artes Figueiró dos Vinhos, <http://www.mcafigueirodosvinhos.pt>, consultado em 10 Junho 2014

3.2.5. Pavilhões do Parque D. Carlos I

Durante os meados do século XIX, o desejo sobre a modernização das termas caldenses, face ao desenvolvimento percursor das classes mais abastadas, tiveram as atenções dos administradores durante este período, focadas num ideal termal que se fazia ver nos países mais próximos, como a França, Alemanha e Suíça.

A separação do estabelecimento balnear da sua vertente de internamento foi bastante protagonizado por essas administrações, com o intuito de se fazer aproximar ao modelo de termalismo praticado durante esta época. O trabalho constante destas entidades conduziu a sucessivas aproximações ao desenvolvimento de um plano de reestruturação das termas, que por falta de verbas, apenas foram possíveis pequenas obras de melhoramento.

No ano de 1884, surgiu a aprovação por parte do Governo, a construção de um projecto de reforma do Hospital Termal, já vindo a ser projectado ao longo de uma década, que continha um conjunto de dez medidas traçadas para esta construção, ao qual como primeira medida, seria a separação completa do balneário e hospital, de forma a que o estabelecimento termal fosse somente para fins de aplicação das águas termais de todas as formas possíveis.

Era, contudo, um projecto de grande especificidade que obrigava, por parte da administração, um grande engenho, empenho e, sobretudo um conhecimento técnico, capaz de servir às necessidades exigidas deste complexo termal. Francisco Pimentel, cujo seu papel de administrador estava a chegar ao fim, devido à sua avançada idade, alegou a necessidade de nomear um novo administrador, conhecedor e corajoso, que fosse apto para tais modalidades. Em 1888, surtiu efeito essa vontade e foi nomeado para o novo cargo de Director do Hospital, o arquitecto e engenheiro Rodrigo de Maria Berquó¹⁶⁸. As suas características pareciam ser favoráveis para o cargo, não só devido ao seu conhecimento pelas Caldas, mas porque continha a experiência precisa para esta função, vinda dos seus anteriores trabalhos com as termas de Caldas de Monchique e Felgueiras, e visitas a termas estrangeiras.

Os seus principais objectivos de intervenção para a realização deste projecto, recaíam sob uma profunda reestruturação no funcionamento dos serviços e no aumento do número de equipamentos de apoio termal que pudessem servir a frequência dos aquistas que Hospital estava a receber na época. A sua experiência quanto à elaboração do plano anunciado para estas obras, que desde o início não aparentavam ser de breve execução, permitiu que o arquitecto previsse a finalização da obra num prazo de dez anos, para que tivesse tempo

168

suficiente para a construção que viria a tornar a Caldas da Rainha, num grande centro termal modernamente equipado. Todavia, muito antes da realização do plano traçado por Berquó, existiu um outro de origem anterior, semelhante na ideia de separar os dois equipamentos termais.

Durante a época de modernização recorrente nas estâncias da Europa, as administrações das termas caldenses tiveram como objectivo a reestruturação do complexo termal, tendo em vista a qualificação de serviços que pudessem servir de motivação por parte destas classes abastadas. Desta necessidade, surgiu a hipótese da existência de um novo equipamento que complementasse as funções desempenhadas pelo Hospital, ao qual já haveriam opiniões referentes ao estado dos serviços e estruturas físicas deste, por parte de Augusto Albano de Almeida, médico do Hospital da época. O refente sugeriu que *“em continuação ao edifício da Convalescença e em direcção ao Passeio”*, se fizessem construir uma edificação de novas enfermarias que *“juntas às que já aí existem pudessem admitir o número de doentes que actualmente são admitidos neste hospital reservando-se este actual edifício para aí estabelecer novas piscinas, e banhos parciais nas enfermarias do pavimento inferior, onde agora estão a tratar-se os entrevados. [...] Faria depois comunicar este edifício com o novamente construído, por onde os doentes saindo do banho achassem uma atmosfera de transição”*¹⁶⁹

Esta opinião teve grande consideração por parte de Ginioux de Campos, administrador em funções, que logo entregou ao engenheiro Pedro José Pezerat (1800-1872)¹⁷⁰, o projecto de requalificação do novo estabelecimento termal das caldas, fazendo pensar, em carta ao Ministro e Secretário de Estado do Reino de 1861, que este seria um projecto importante para o melhoramento das condições de higiene e conforto conferidos aos aquistas, dando como exemplo estabelecimentos modelares no estrangeiro. A sua proposta focava-se na separação administrativa dos dois estabelecimentos termais, ao qual o novo seria dirigido e explorado por conta de uma empresa particular que se encarregaria de igual modo da construção dos edifícios e suas dependências.

Numa lista de necessidades administrativas e técnicas do Hospital Termal para a construção do Novo Hospital, destacava-se a construção de um novo estabelecimento de banhos para os doentes externos, que desde logo se entendia que pretendia uma separação entre as distintas classes sociais, na medida em que os doentes internos seriam os que naturalmente teriam

¹⁶⁹ Jorge Mangorrinha in “Pavilhões do Parque - Património e Termalismo nas Caldas da Rainha”, 1999, p.13

¹⁷⁰ Pedro José Pezerat, de origem francesa, foi um dos mais dinâmicos engenheiros em meados do século XIX, em Portugal. Foi contratado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1840, onde desenvolveu projectos de equipamentos de infraestruturas, entre os quais o estabelecimento termal dos Banhos de S. Paulo, em Lisboa. Foi docente da Escola Politécnica, onde terá sido professor de Rodrigo Berquó. In Jorge Mangorrinha, “Pavilhões do Parque - Património e Termalismo nas Caldas da Rainha”, 1999, citações, p.13

menores posses económicas. A estratégia da administração seria que os doentes externos “[...] pudessem encontrar todas as comodidades e luxo, que as classes mais elevadas da sociedade exigem. Os doentes do Hospital, que grande parte deles tomam os banhos de noite, pois se começa este serviço às 2 horas da noite, e termina às 7 horas da manhã para que o banho fique desembaraçado para os doentes externos, poderiam tomá-los de dia com muito mais cómodo e vantagem sem perderem o sono e sossego necessário naquelas horas próprias para o conciliar e se sujeitarem a repetidas constipações e incómodas provenientes do frio e humidade da noite. Os doentes externos poderiam [...] ver realizadas essas exigências de luxo, e bom gosto, que se encontram efectivamente noutros Estabelecimentos e águas termais dos países estrangeiros, e os mais abastados [...] poderiam achar todas, cómodas, luxo e sumptuosidade, que hoje efectivamente não encontram e que dificilmente se podem conseguir no actual Edifício do Hospital destinado para pobres principalmente e não para ricos. [...] Há neste respeito o grandioso projecto do Engenheiro Pezerat; mas prescindindo dessas pomposas construções poderia fazer-se um mais modesto edifício, unicamente para banhos, com pouco custo, e com as necessárias comodidades, num local mais próximo das nascentes termais, do que aquele onde o autor mencionado projecto pretendeu edificar o seu Hotel Termal: e lembro-me que este local poderia ser no terreno fronteiro à casa do Club. Esta ideia não é nova: bem indo por muitos meses, há muitos anos suscitada mas infelizmente ainda até hoje não teve execução, talvez por que se tenha calculado para isso uma verba muito elevada do que, a que eu julgo ser necessária.”¹⁷¹

Contudo, assim como referia o constante adiamento das obras propostas para a reestruturação do Hospital Termal, também este projecto ficaria adiado devido à sua morte em 1862.

Após a posse do Novo Director do hospital, Rodrigo Berquó, inicia as obras de faseamento do plano aprovado em 1884 para a execução do Novo Hospital. Começaram a ser executados os levantamentos, projectos e orçamentos, para se proceder ao inicio das obras e poucos dias depois já teria conseguido a licença para arrancar parte da calçada como objectivo de proceder ao escavamento e sondagem para a captação de água potável para o abastecimento do Hospital e anexos, aos quais seriam imprescindíveis para a plantação do grande parque arbóreo e do Novo Hospital. As suas intenções como novo administrador foram fundamentadas em 1889, quando Berquó admite a possibilidade de transformar o Passeio da Copa num Parque, instalar o Hospital Civil de Santo Isidoro afastado do núcleo termal, construir um Novo Hospital destinado ao internamento e ampliar o Hospital Termal Rainha D. Leonor.

No respectivo projecto em execução, quando Berquó revela a sua intenção de separar as áreas de balneoterapia e de internamento, segundo Mangorrinha, certamente estaria implícita a criação de um equipamento onde se pudesse alojar um maior número de aquistas com condições mais favoráveis. Sendo que na carta dirigida a uma entidade superior, o

¹⁷¹ In Jorge Mangorrinha, “Pavilhões do Parque - Património e Termalismo nas Caldas da Rainha”, 1999, citações, p.14

arquitecto refere-se ao novo edifício como “Hotel”, e em relação ao Hospital Real, refere-se às obras de ampliação:

“Quando mandei perguntar a v. Ex.^a. Se poderia elaborar o projecto para o novo Hospital Real, e para o futuro Hotel, não foi ideia de lembrar qualquer retribuição que me devesse ser feita, mas sim saber se podia ou não elaborar tais projectos com autorização superior”¹⁷²

Para a criação do Novo Hospital Real, o arquitecto desenhou duas versões. A primeira, foi desenvolvida em 1890. Durante a viagem de Berquó a França, nesse mesmo ano, provavelmente recebeu novas ideias e decidiu criar a segunda versão, ao qual foi construída e seria denominada de Hospital D. Carlos I, que indevidamente se passaram a denominar de Pavilhões do Parque por não ter cumprido essa função.

Certamente é possível que o Berquó tenha encontrado fontes de inspiração nas estâncias da Europa. No seu tempo de permanência em Felgueira, deslocou-se para França, na região dos Pirinéus Ocidentais. Mais tarde, quando já Director do Hospital das Caldas, foi à cidade termal de Vichy, e foi onde possivelmente teve uma percepção dos equipamentos e espaços urbanos para uma estância termal. Foi precisamente neste século XIX, por volta do ano de 1880, que as Termas de Vichy encheram-se de espaços recreativos e tornou-se um lugar de vilegiatura numa conjugação de espaços e passeios de vegetação, onde os aquistas passeavam de um edifício para o outro.¹⁷³

As obras dos Pavilhões do Parque tiveram início em 19 de Março de 1893, em cerimónia presidida por D. Carlos I, que se encontrava na Vila. A sua construção esteve em concordância com os restantes projectos que inicialmente impôs, nomeadamente o novo Hospital Civil de Santo Isidoro e a ampliação do Hospital Termal da Rainha D. Leonor - ainda que as obras de ampliação do edifício setecentista tenham-se iniciado mais cedo.

Durante o primeiro ano de trabalhos, surgiram alguns imprevistos. Em Outubro desse mesmo ano, Berquó redige uma carta ao Ministro do Reino em protesto quanto à demora da expropriação das casas existentes no local de construção do novo edifício, sendo pedido uma quantia generosa que preocupou Berquó, no atraso que isto custaria na obra.

O projecto do Novo Hospital consistia numa ligação coberta entre a Casa da Convalescência e o edifício novo, de modo a permitir uma circulação mais cómoda e prática aos aquistas entre o local de tratamentos e de alojamento. No orçamento estavam previstas algumas demolições de paredes exteriores a Poente e algumas interiores e nas abóbadas localizadas no corpo da

¹⁷² Jorge Mangorrinha in “Pavilhões do Parque - Património e Termalismo nas Caldas da Rainha”, 1999, p.15

¹⁷³ Id. Ibid., citações, p.12

escadaria. A fachada da Casa da Convalescença, seria representada pela entrada principal do novo hospital como forma de integração com o Hospital Termal, privilegiada pelo Largo da Copa¹⁷⁴. Em constante concordância com o Hospital, também seria acrescentado um novo piso e um outro de mansardas, cujo o seu cimo teria um trabalho escultórico em homenagem a Rainha D. Leonor e aos pobres que protegeu.

Contudo, nesta altura este edifício não funcionava como Convalescença, o que fez Berquó modificar o projecto, sem que tal alterasse o projecto. Após uma série de problemáticas burocráticas, finalmente a obra do Novo Hospital avança de novo.

Em 1896, Rodrigo Berquó de frágil saúde, dirige-se para Lisboa para receber cuidados médicos, porém não resistindo, acaba por falecer a 17 de Março. Com a morte de Berquó, sabendo que não conseguiriam terminar a obra em bom tempo, as atenções viraram-se para as obras de ampliação do equipamento balnear para que fosse retomado o funcionamento normal do Hospital Termal. Ainda assim, as obras continuaram nesse mesmo ano, mas que por falta de verbas suficientes para a continuação da obra, os Pavilhões, mantiveram-se até hoje por terminar.

¹⁷⁴ Actual Largo Rainha D. Leonor



Figura 3.12- Pavilhões do Parque e Lago

4. Problemáticas da Temática Termal

“Esta é uma cidade que tem termas, mas ainda não é termal. Uma cidade termal privilegia a saúde e o turismo. Nas Caldas da Rainha, a primeira tem estado deficitária ou mesmo com a sua actividade termal fechada. A segunda tem sido uma oferta turística destrutturada.”¹⁷⁵

Os Pavilhões do Parque têm um valor patrimonial indissociavelmente ligado ao contexto de reforma das termas das Caldas da Rainha, numa altura em que o termalismo local se colocava num patamar de prestígio nunca antes colocado. A sua imponência magestosa reflectida no Lago do Parque, foi muitas vezes representada em cartazes, bilhetes postal, folhetos turísticos ou qualquer outro tipo de suporte. Era o cartão de visita da Cidade e, por excelência, a fotografia que identificava e ainda identifica as Caldas da Rainha.

Durante a segunda metade do século XIX, na considerada época de ouro das Termas Portuguesas, as Caldas da Rainha tornaram-se num local de escolha por parte das classes altas, que recorriam às termas justificando os tratamentos como meio de empreender um passeio excêntrico, em mudança de ares. A ida às termas não era apenas uma forma moderna de cuidar a saúde, mas sim um evento chique e social totalmente prestigiante. Com maior relevância nas épocas de Verão, as Caldas viravam moda.

A razão principal na atracção das estâncias não estavam apenas limitadas às condições terapêuticas das instalações, mas sim na procura de lugares e espaços de alto gabarito que estivessem à altura destas classes de alta sociedade. O motivo principal em torno deste microcosmo termal já não tinha como fundamento a cura, mas sim a “necessidade” de ser curado pelas distrações que estes espaços ofereciam. Assim como explica Ramalho Ortigão: *“Entre os personagens de grande galeria figuram, tanto nas Caldas da Rainha como em Vizela, nas Taipas, em Luzo, os sujeitos que não têm que fazer vão para as Caldas em partida de recreio como vão à ópera no inverno, como vão aos touros ou às corridas de cavallos, como vão a Sevilha pela Paschoa e a Madrid nos comboyos de ida e volta, a preços reduzidos.”¹⁷⁶*

Nesta altura, o conceito de termalismo estava a sofrer grandes alterações. A frequência de termas e de praia estava cada vez mais associada ao turismo e estas instalações foram-se tornando cada vez mais diversificadas, deixando de ser compatível com o projecto de cariz assistencial criado pela rainha D. Leonor. As novas práticas de sociabilidade de uma

¹⁷⁵ Jorge Mangorrinha in *“Caldas é uma cidade que ainda não é termal”*, Jornal das Caldas, 3 Novembro 2012.

¹⁷⁶ Ramalho Ortigão in *“Banhos de Caldas e Águas Mineraes”*, p.87

aristocracia mais assumida e atenta aos cuidados de higiene e saúde, consagravam as termas com lugares de grande vilegiatura que a instituição das Caldas ainda não tinham. A necessidade de reformular toda a estrutura termal com a introdução de novos espaços circundantes em torno do Hospital Termal e a ampliação das infraestruturas balneares era portanto um objectivo que se faria cumprir e sentir. Já em 1887, Ortigão perspectivava a necessidade de desdobrar os serviços termais dizendo:

“É pena [...] que achem ainda acumulados no mesmo edificio o estabelecimento dos banhos e o hospital [...] O estabelecimento balnear, em que o débito atinge, segundo medidas ultimamente feitas, o volume considerável de 1 000 500 litros por hora, reclama urgentemente um desdobramento de quartos de banho e de salas de espera e de repouso indispensáveis para o número de banhistas, cuja afluência aumentará muito em breve tempo, com a ligação da vila das Caldas ao caminho de ferro Lisboa - Sintra. Devidamente modificada, sem grande dispêndio, a parte do edificio em que se acha o Hospital daria cabida aos mais completos desenvolvimentos da hidroterapia moderna e ao estabelecimento do grande e alegre restaurante obrigatório para a comodidade dos doentes e dos viajantes. Esta reforma, que faria das Caldas uma estação termal à altura das primeiras da Europa, depende unicamente da construção de uma nova casa destinada exclusivamente a hospital independente da actual.”¹⁷⁷

A reforma do microcosmo termal visualizada por Berquó, teriam em intenção trazer parte da ambivalência das estâncias de grande vicissitude estrangeiras, como modelo nunca antes visto em Portugal, fazendo da Cidade das Caldas da Rainha o grande ex-libris da alta sociedade. Estrategicamente, seria a altura ideal para uma reestruturação que fizesse mudar a Vila, devido aos vários acontecimentos concordantes que se faziam acontecer no desenvolvimento das Caldas e que permitiam uma maior abrangência populacional, nomeadamente a construção dos caminhos de ferro em 1887 e a criação da Escola Rainha D. Leonor e a primeira unidade fabril de Rafael Bordalo Pinheiro¹⁷⁸.

O plano aprovado seguia a “moda” da estratégia termal que viria a ser complementada por um novo Hospital que funcionaria muito bem em conjunto com o restante aglomerado e, com certeza, a separação dos equipamentos de balneoterapia e os de internamento, conseguiriam compreender um maior número de aquistas e, sobretudo, uma distinção de qualidade de

¹⁷⁷ Ramalho Ortigão in “As Farpas”, 1887, p.180-181

¹⁷⁸ Rafael Augusto Protes Bordalo Pinheiro (1846-1905). Foi um artista português, desenhador, aquarelista, decorador, caricaturista político e social, jornalista, ceramista e professor. O ícone mais significativo da sua criação é a personagem do Zé Povinho (1875), que simboliza o povo modesto e vai aparecer em diversas representações cerâmicas sempre com expressões críticas e sofridas. A produção de Rafael Bordalo apresenta características peculiares de elevado interesse artístico, capaz de reproduzir a textura dos materiais para além das formas dos objectos, traduzindo também a herança de um romantismo tardio, presente nos revivalismos e com ligação ao naturalismo, oscilando entre o requinte e o popular e anunciando o estilo artístico da modernidade - a Arte Nova. In MatrizNet, <http://www.matriznet.dgpc.pt>, consultado em 11 Junho 2014

serviços que permitisse corresponder às diferentes formas de tratamento que os de classe baixa teriam em relação aos da alta burguesia, para que não houvesse então, uma discrepância injusta dos que pagariam pelo mesmo serviço. A tomada de consciência desta decisão assumida directamente por Berquó, na construção do Parque, do lago e do novo Hospital, modificaria de vez a vida e a história das Cidade das Caldas da Rainha.

No período em que se deu a construção do novo Hospital e as remodelações do Parque, fazia-se ouvir a voz da população que não ficaria indiferente a esta grande mudança. Muitos questionavam se a solução de criar um edifício que englobasse as classes altas juntamente com os pobres, não afastariam de vez os banhistas ricos e optariam por outros destinos onde teriam exclusividade. A polémica de muitos outros, seria que não justificaria tal a criação para que se pudessem albergar os aquistas, quando muito já existiam muitas boas casas de aluguer. As vozes do povo divergiam nas opiniões, sobretudo quando em 1898, por falta de rendimentos, surgiu a possibilidade de alugar os equipamentos do Hospital Termal - Parque, Pavilhões e Clube de Recreio - para ser um pressuposto casino.

Todavia, o ponto culminar da situação, deu-se após a morte de Berquó em 1896, que veio a piorar a posição do Hospital Termal e dos respectivos equipamentos. No final desta época as receitas desciam lentamente e os empréstimos já esgotados, não eram suficientes para pagar o conjunto de obras mandadas construir em simultâneo, pelo que a preferência de investir entre os três projectos, recaiu na construção do Hospital Santo Isidoro e na ampliação do Hospital Real, sendo que Pavilhões foram deixados ao abandono e a obra nunca chegou a ser terminada. Ficou por se ver realizar um conjunto arquitectónico de grande qualidade que se enquadrava para a finalidade pretendida.

Desde então, os fins destinados para este edifício têm sido alvo de imprevisto e de recurso de inúmeras actividades. Após ter sido pensado para um Novo Hospital de D. Carlos I, o edifício acabou por alojar refugiados de guerra, o Regimento de Infantaria 5 onde perdurou grande parte do século, escolas, bibliotecas, associações culturais e musicais, exposições de artes plásticas, depósito de objectos e equipamento médico-cirúrgico, arquivos e por último, teve a sua utilização pela Liga dos Combatentes. Nunca abrigaram enfermarias, nem chegaram a ser utilizados em função com as termas, ao mesmo tempo que durante as suas diversas funções nunca foi ocupado na sua totalidade, ficando por se lhe definir, até hoje, um conteúdo próprio de existência.

Ao longo dos anos foram surgindo algumas propostas de reabilitação para o edifício oitocentista, através de uma lógica de salvaguarda patrimonial que proporcione um destino coerente capaz de dignificar os Pavilhões e a Cidade. Esta dialética de salvaguarda do património histórico, ao mesmo tempo tem sido marcada por constantes debates entre a

Autarquia e Centro Hospitalar das Caldas da Rainha (CHCR), que não têm caminhado lado a lado nesta procura.

Como proprietário dos Pavilhões do Parque, o Centro Hospitalar tem procurado propostas de reabilitação que se assemelham muito do propósito inicial dos edifícios, na tentativa de dar continuidade à viabilidade do projecto, dentro dos parâmetros de modernidade.

Dentre todas as propostas ou ideias que surgiram no percurso desta tentativa de reabilitação, a única que ficou mais próxima de ser realizada ocorreu no ano de 1995, quando CHCR viabilizou um projecto de um equipamento hoteleiro de 4 estrelas que fosse capaz de revitalizar o turismo como apoio ao complexo termal. *“O projecto mereceu o parecer favorável da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e da Direcção Geral do Turismo”*¹⁷⁹, com prazo de um ano para ser entregue o projecto de arquitectura. Por resposta tardia da Autarquia, o projecto não surtiu efeito.

Contudo, a necessidade de preservar os Pavilhões torna-se eminente face ao estado de abandono do edifício que corre o risco de ruir, caso não sejam tomadas as respectivas medidas. Estas constantes disparidades, entre as entidades competentes, quanto à preservação e salvaguarda do património histórico tem provocado sérios problemas na identidade desta cidade, que cresceu à sombra do termalismo, mas que tem visto morrer gradualmente os seus marcos históricos, não permitindo que a história das Caldas seja ouvida e retratada como deveria ser. Seria legítimo assumirmos que, *“Enquanto a cidade não tiver um novo desígnio e não houver uma visão quanto à construção de uma identidade própria, que tenha em conta a sua história mas que seja capaz de inovação, não será possível resolver o problema dos Pavilhões do Parque. Porque, sem dúvida, desse projecto a definir para a cidade, terá os Pavilhões que fazer parte integrante.”*¹⁸⁰

Não deixa de ser contraditório que, aquela vila que durante muitos anos foi lugar de veraneio e de ilustração, tenha vindo a perder a sua identidade perante os problemas que não permitiram o seu progresso. *“Caldas da Rainha, Cidade Termal? Adormeceu à sombra de um património histórico e termal”*¹⁸¹

¹⁷⁹ Jorge Mangorrinha, “Pavilhões do Parque - Património e Termalismo nas Caldas da Rainha”, 1999, citações, p.12

¹⁸⁰ in Isabel Xavier, “Os Pavilhões do Parque na História das Caldas da Rainha: Alguns momentos”, <http://www.exercito.pt>, consultado em Junho 2014

¹⁸¹ in José Marques, documento de publicação *“Contenção de fachadas dos Pavilhões do Parque D. Carlos I”*, 05 Janeiro 2012.

5. Proposta de reabilitação e reconversão dos Pavilhões do Parque D. Carlos I

Memória

O património histórico é cada vez mais a base de intervenção do contexto da arquitectura portuguesa. Preservar a história tende a ser a única possibilidade de intervenção e, nesse sentido, a reabilitação permite novas funções e novos diálogos arquitectónicos, que relacionados entre si, formam edifícios de grande poder estético.

A proposta do edifício de pousada, pretende a integração de uma linguagem que, de acordo com o programa proposto, permite manter as pré-existências da identidade exterior do edifício, reinterpretando o interior e a sua envolvente, numa abordagem contemporânea.

Localização



Figura 5.1- Localização do edifício a reabilitar

O edifício a reabilitar e reconverter, designado de Pavilhões do Parque D. Carlos I, insere-se no centro histórico das Caldas da Rainha, próximo do Hospital Termal Rainha D. Leonor, com o qual se encontra relacionado historicamente (referido capítulo 3).

O edifício está localizado num dos pontos de maior atracção turística da cidade, o que lhe assegura uma paisagem circundante favorecida pela vegetação e por um conjunto de

actividades dinamizantes, sobretudo de lazer, como campos de ténis, o Museu José Malhoa, parque infantil, Casa dos barcos e o lago. Os limites do parque são marcados pela Rua de Camões, Rafael Bordalo Pinheiro, Largo Rainha D. Leonor, Largo Conde Fontana e Rua Columbano Bordalo Pinheiro.

Um dos aspectos mais marcantes e singulares do parque é a composição que o volume do edifício faz com a sua envolvente, através da projecção dos três corpos frontais que se projectam sobre o lago, traduzindo-se na imagem simbólica de que a cidade das Caldas da Rainha é reconhecida. Deste modo, a proposta pretende responder às exigências de qualidade e padrões contemporâneos da utilização do espaço e da sua percepção, sem perder a identidade de muitos anos de história na paisagem onde se insere.

Edifício

O edifício é constituído por cinco corpos iguais, perpendiculares a um corpo central, numa lógica de pente com dois lados, onde todos os corpos formam entre si, negativos que configuram 3 pátios com a mesma dimensão dos corpos que lhe dão forma. No centro do edifício, o volume central distribui os corpos laterais sob um eixo Norte/Sul, dividindo a Oeste, três corpos de iguais dimensões para o centro do Parque, e no lado oposto, a Este, surgem outros dois que seguem a mesma lógica de organização. Volumetricamente, o edifício é composto por três pisos e um aproveitamento de cobertura.

Cada corpo tem aproximadamente 9,8m de largura e 34m de comprimento, com especial excepção da volume central que difere com 10m de largura e 58m de comprimento, dimensionada pelo lado exterior do edifício. A separação física dos corpos desenvolve uma métrica distributiva equidistante em toda a organização do edifício, distando-se 9,3m entre eles. A distribuição e dimensão dos vãos, são constantes em todos os pisos, seguindo uma lógica repetitiva de alçado segundo as diferentes orientações. Longitudinalmente, os corpos são simetricamente iguais diferenciando-se no extremo de cada corpo. O mesmo se segue na volume central.

O espaçamento entre os corpos e a elevada dimensão do pé direito dos pisos, confere ao edifício uma ventilação natural, bastante conveniente à função hospitalar, dado ao propósito de que foi construído nos finais do século XIX. Desde a sua construção os Pavilhões encontram-se em estado de abandono, tendo sido apenas utilizadas parcelas do edifício para diferentes funções.



Figura 5.1- Corpos frontais do edifício, Oeste



Figura 5.3- Pátio entre os Corpos, Oeste



Figura 5.4- Edifício, Norte



Figura 5.5 -Fachadas junto ao Balneário Termal, Norte



Figura 5.6-Vista do edifício sobre o Lago.



Figura 5.7- Vista da Fachada Posterior, Este.



Figura 5.8-Vista do Hospital Termal. Entrada Norte



Figura 5.9 -Interior do Edifício, Corpo a Sudoeste.



Figura 5.10 -Interior do edifício, Corpo Sudoeste.



Figura 5.11- Porta lateral vista no interior



Figura 5.12- Corredor interior do edifício

Conceito

A pousada deverá ser um marco, uma referência no contexto do parque. Visto à distância, o volume deve ser observado como um pano de fundo na paisagem que complementa o lago. Com esta intervenção a memória colectiva permanece quase que intacta, mantendo a analogia de um edifício majestoso esquecido no parque das Caldas da Rainha, suscitando a curiosidade de entrar. No entanto, a identidade do edifício é agora revelada e dada a conhecer ao público, entre os diferentes espaços sociais que existem no interior da Pousada. Este equipamento hoteleiro é pensado como um lugar misto de alojamento e de lazer, que combina no seu interior, um conjunto de actividades que valorizam a estadia do hóspede, convidando-o a permanecer por mais tempo na cidade e, porventura, a voltar novamente. O hóspede tem a possibilidade de usufruir da cidade e do espaço habitável, que em conjugação com a envolvente circundante, o parque, remetem para a existência de espaços sociais comuns, entre o habitante e o hóspede. Aqui, o parque e o edifício funcionam como um todo. A distribuição funcional do edifício, foi determinada segundo a atribuição de zonas por cada corpo, de modo a que todas as zonas pudessem ser independentes umas das outras e funcionarem em conjunto. Desta forma, atribuiu-se à Pousada três zonas distintas: Social, Serviços e Hospital Termal.

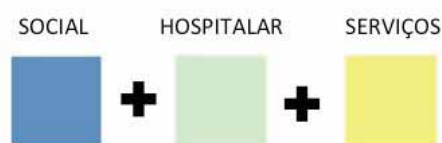


Figura 5.13- Distribuição das zonas da Pousada

O corpo atribuído aos Serviços, a sudeste, pela sua orientação e posicionamento face aos restantes corpos, desde o início aponta para uma ocupação mais condicionada, devido à inexistência de luz natural num dos lados do corpo, ainda que apenas se verifique no piso 0. Neste sentido, este corpo é destinado a funções de apoio à Pousada.

A atribuição de um corpo de apoio ao Hospital termal, deve-se à ausência de hospedagem neste local. Uma vez que o edifício dos Pavilhões do Parque D.Carlos foi construído intencionalmente para criar condições de alojamento para os utentes do hospital, decidimos atribuir um corpo para servir as Termas, como lugar de alojamento e restauração. O corpo que mais justificou essa função, foi o corpo Nordeste, mais próximo do Hospital termal. Esta zona funciona de forma independente e debruça-se unicamente sobre este corpo.

Os corpos pelos quais se distribuem as funções sociais, são os três corpos orientados a Oeste, que pelas suas particularidades, têm mais condições para assumir essa função. Em primeiro

lugar, porque estavam orientados para o centro do parque, o que permite um melhor acesso ao público exterior, e em segundo lugar, porque são os únicos que, por questões de organização, se podem relacionar com o parque, como meio envolvente e paisagístico, tendo em conta a vista panorâmica dos corpos em relação à paisagem.

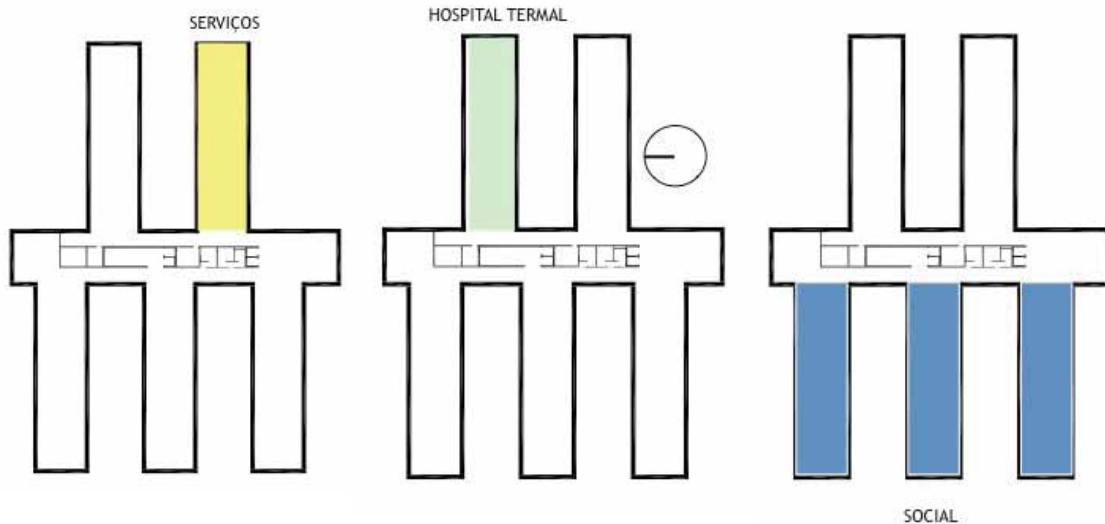


Figura 5.14 - Distribuição das zonas nos diferentes corpos

Do ponto de vista da organização espacial, o edifício é distribuído segundo um eixo Norte/Sul que acompanha o corpo central e divide as zonas sociais das zonas de serviço, criando um fluxo paralelo entre o corredor social e de serviços, sem que um condicione o outro. Este eixo distributivo é formado por um volume central que pretende uma separação das paredes existentes, e funciona como elemento principal de distribuição de percursos ascendentes, na forma de acessos verticais, e como percursos interiores de piso. O volume central repete-se continuamente por todos os pisos, e nele estão inseridas funções de apoio para às distintas zonas (social e serviços), repartidas por lados opostos.

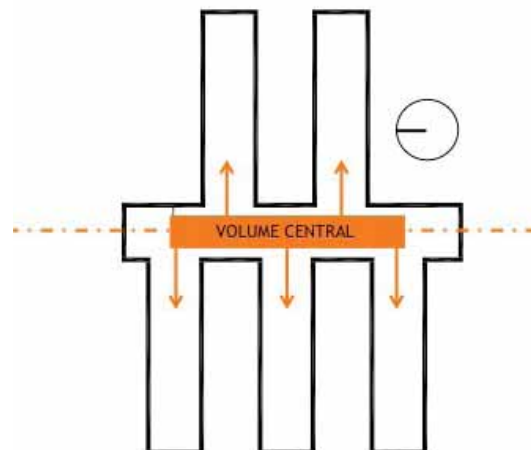


Figura 5.15 - Volume central e respectiva distribuição

A disposição dos compartimentos ao longo dos pisos, segue uma métrica semelhante em cada corpo, tornando a leitura do espaço simplificada e organizada, segundo uma lógica de percursos e entradas, que se formam a partir da colocação dos espaços de serviço no início de cada corpo. Esta organização, permite atenuar o comprimento do corpo e desafogar o espaço interior.

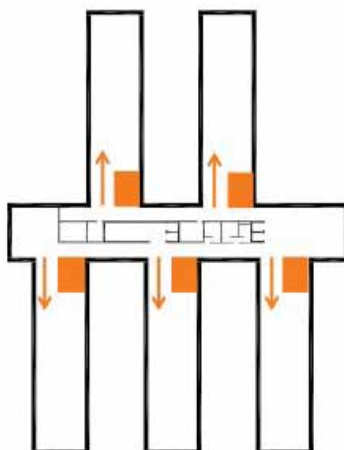


Figura 5.16 - Esquema de distribuição (Piso 0).

No piso 1, na zona Social, segue-se a mesma lógica de leitura, mas desta vez, livra-se os corpos de funções secundárias, permitindo a utilização total de cada compartimento. Nas zonas de Serviço e do Hospital, esses serviços de apoio seguem sempre a mesma linguagem.

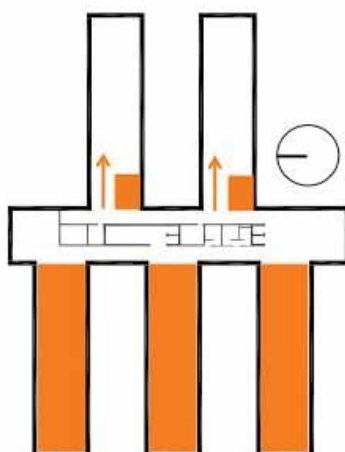


Figura 5.17 - Esquema de distribuição (Piso 1)

Nos pisos 2 e 3, a planta organiza-se repetidamente por cada corpo, colocando os quartos a Sul e deixando o corredor de acesso livre a Norte. Nas extremidades de cada corpo, estão dispostos os compartimentos com a mesma lógica de organização, assim como nas extremidades do corpo central que se dispõe através de uma simetria do espaço. Esta organização segue-se em todo os corpos.

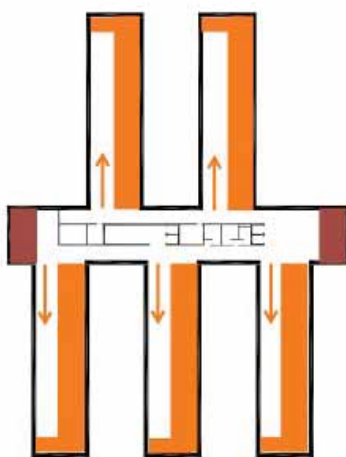


Figura 5.18 - Esquema de distribuição (piso 2 e 3)

No sentido ascendente, os corpos organizam-se funcionalmente do social para o mais íntimo. As zonas sociais mais influentes são abertas para o público, e as áreas mais íntimas são destinadas para os hóspedes da Pousada.

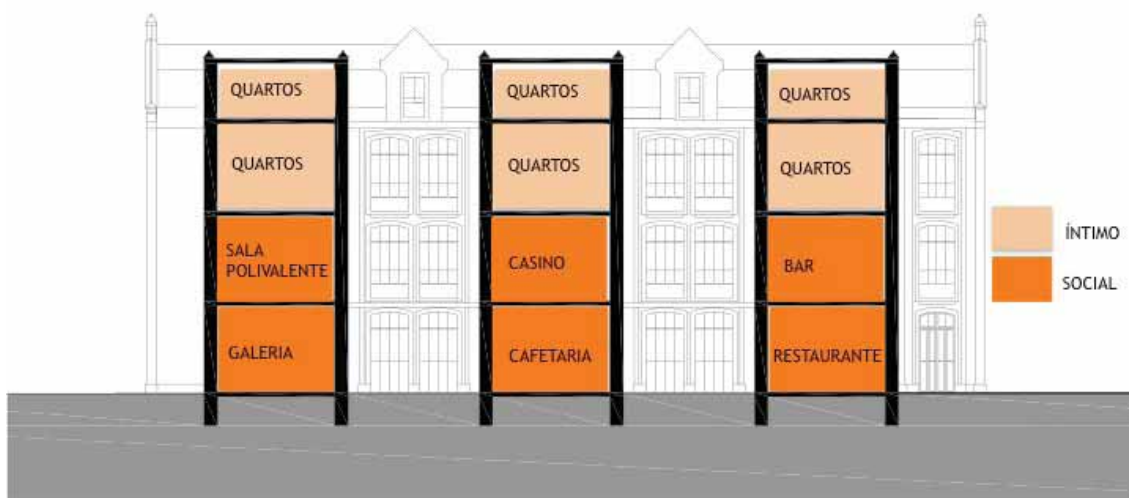


Figura 5.19 - Esquema de distribuição ascendente

Programa

A programa proposto para a Pousada, está relacionado com as funções distintas que se atribuiu a cada corpo do edifício.

A zona Social funciona apenas nos dois primeiros pisos, tendo como actividades sociais no piso 0 uma galeria e loja, uma cafetaria e um restaurante. No piso superior, piscina, uma cafetaria de apoio, um bar, uma sala de estar, um casino e uma sala polivalente para possíveis eventos. Nos pisos 2 e 3, situam-se os quartos da Pousada. Distinguidos por alas estão distribuídos os quartos singulares, twin e duplos e em cada extremidade as suites. Nas duas pontas Norte e Sul encontram-se as salas de convívio de cada piso. Todas as actividades públicas são distribuídas por corpos individuais.

A zona de Serviços funcionam no lado oposto da zona social. No piso 0, estão localizadas as áreas de maior afluência dos serviços, como a sala de convívio do pessoal de serviços, os vestiários e balneários feminino e masculino, instalações sanitárias, lavandaria, cozinha do restaurante, despensa, câmara frigorífica, sala de AVAC e respectivos arrumos de apoio à Pousada. No piso 1 funciona toda a parte administrativa, composta por uma sala de reuniões, gabinete, arquivos, instalações sanitárias de apoio ao pessoal, arrumos e sala de AVAC. Nos restantes pisos 2 e 3, encontram-se os quartos para o pessoal de serviços.

A zona de apoio ao Hospital Termal, encontra-se distribuída por duas instalações sanitárias de mobilidade reduzida para os utentes do hospital, uma sala de refeições que funciona durante o dia e a noite, uma cozinha, despensa e vestiário de apoio à cozinha. Nos pisos superiores encontram-se os quartos dos utentes, distribuídos por quartos duplos e na extremidade, um quarto triplo.

Piso 0		Área (m2)	Área total (m2)	
Exterior	Jardim	1177,29	675,83	
	Pátio cafetaria	277,96		
	Pátio restaurante	277,96		
	Pátio da sala de refeições do Hospital Termal	119,91		
Zonas de Acesso Público	Recepção	71,7	1933	
	Loja da Galeria	36,2		
	Galeria	226,5		
	Cafetaria	242,7		
	Cozinha da cafetaria	12,3		
	Instalações sanitárias feminino da cafetaria	8,8		
	Instalações sanitárias masculino cafetaria	10,8		
	Restaurante	242,7		
	Instalações sanitárias feminino	8,4		
	Instalações sanitárias masculino	8,4		
	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida	5,1		
Zonas de Serviço	Arrumos da recepção	4	1933	
	Instalação sanitária recepção	4		
	Depósito de bagagem	10,7		
	Vestiários e balneários feminino	23,4		
	Vestiários e balneários masculino	23		
	Cozinha do restaurante	36,4		
	Despensa	9,1		
	Câmara frigorífica	11,7		
	Instalações sanitárias do pessoal feminino	20,45		
	Instalações sanitárias do pessoal masculino	20,45		
	Lavandaria	34,6		
	Arrumos a)	20,3		
	Arrumos b)	14,6		
	Arrumos c)	20,3		
	Sala de convívio do pessoal de Serviços	56		
	Sala de AVAC	13,4		
	Monta cargas e elevadores de acesso serviços	8,21		
	Corredores de circulação	152,3		
	Escadas de serviço	29,7		
Zonas de acesso ao Hospital Termal	Acesso privado	Cozinha	21	1933
		Despensa	7,2	
		vestiários	10,8	
	Acesso público	Instalação sanitária equipada para mobilidade reduzida fem.	4,7	
		Instalação sanitária equipada para mobilidade reduzida masc.	4,7	
		Sala de Refeições	122,6	
	Escadas de acesso	27,73		

Tabela 5.1 - Tabela de compartimentos e respectivas áreas no piso 0.

Piso 1		Área (m2)	Área total (m2)
Exterior	Zona da Piscina	1060,45	2378,63
	Estacionamento	1318,18	
Zonas de acesso público	Sala de Convívio	71,7	1941
	Sala Polivalente	265,4	
	Casino	265,4	
	Bar e Sala de Estar	248	
	Cafetaria de apoio à Piscina	32,4	
	Instalações sanitárias feminino	8,4	
	Instalações sanitárias masculino	8,4	
	Instalações mobilidade reduzida	5,1	
	Escadas de acesso pisos superior	23,61	
	Escadas de acessos vertical	35,9	
	Corredores de circulação	118,7	
Zonas de serviço	Instalações sanitárias feminino	20,45	1941
	Instalações sanitárias masculino	20,45	
	Sala de Reuniões	44,2	
	Arquivos	21,6	
	Administração	38,4	
	Arrumos d)	25,8	
	Arrumos e)	9,1	
	Sala de AVAC	13,4	
	Instalação sanitária café de piscina	3,2	
	Vestiário de apoio ao café	123,36	
	Corredores de circulação	123,36	
Escadas de serviço	29,7		
Zonas de acesso ao Hospital Termal	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida feminino	4,7	1941
	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida masculino	4,7	
	5 Quartos twin	20	
	Quarto triplo	45,87	

Tabela 5.2 - Tabela de compartimentos e respectivas áreas no piso 1.

Piso 2		Área (m2)	Área Total (m2)
Zonas de Acesso Público	Sala de Convívio Norte	71,7	1941
	Sala de Convívio Sul	49	
	Corredor dos quartos	53,8	
	Corredor de circulação	130	
	7 Quartos twin	20,66	
	7 Quartos single	20,66	
	7 Quartos duplos	20,66	
	3 Suites	46,24	
	Escadas de emergência	25,4	
	Escadas de acessos verticais	35,9	
	Instalações sanitárias feminino	8,4	
	Instalações sanitárias masculino	8,4	
	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida	5,1	
Zonas de Serviço	Corredor de circulação	123,36	
	Escadas de serviço	29,7	
	Sala de AVAC	13,4	
	Arrumos d)	25,8	
	Arrumos e)	9,1	
	Arrumos f)	45,8	
	5 Quartos do Pessoal	21,76	
Zonas de acesso ao Hospital Termal	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida feminino	4,7	
	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida masculino	4,7	
	5 Quartos twin	20	
	Quarto triplo	45,87	
	Corredor de circulação	130	
	Escadas de acesso verticais	27,7	

Tabela 5.3 - Tabela de compartimentos e respectivas áreas, piso 2.

Piso 3		Área (m2)	Área total piso (m2)
Zonas de Acesso Público	Sala de Convívio Norte	75,51	1929
	Sala de Convívio Sul	49,8	
	Corredor dos quartos	53,8	
	Corredor de circulação	117	
	7 Quartos twin	130	
	7 Quartos single	20,7	
	7 Quartos duplos	20,7	
	3 Suites	44	
	Escadas de emergência	29,55	
	Escadas de acessos verticais	35,9	
	Instalações sanitárias feminino	8,4	
	Instalações sanitárias masculino	8,4	
	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida	5,1	
Zonas de Serviço	Corredor de circulação	125	
	Escadas de serviço	29,7	
	Sala de AVAC	13,4	
	Arrumos g)	19,7	
	Arrumos e)	9,1	
	Arrumos f)	41,5	
	5 Quartos do Pessoal	22,5	
Zonas de acesso ao Hospital Termal	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida feminino	4,7	
	Instalações sanitárias de mobilidade reduzida masculino	4,7	
	5 Quartos twin	19,85	
	Quarto triplo	41,2	
	Corredor de circulação	65	
	Escadas de acessos verticais	27,7	

Tabela 5.4 - Tabela de compartimentos e respectivas áreas, piso 3.

Percursos

A entrada do edifício inicia-se pelo espaço mais próximo do conjunto termal e a sua distribuição aos diferentes espaços efectua-se ao longo do corredor de circulação que dá acesso à galeria, seguidamente a cafetaria e o restaurante. Na zona oposta, estão localizados a sala de refeições para os utentes do Hospital Termal e as zonas de serviços mais influentes.

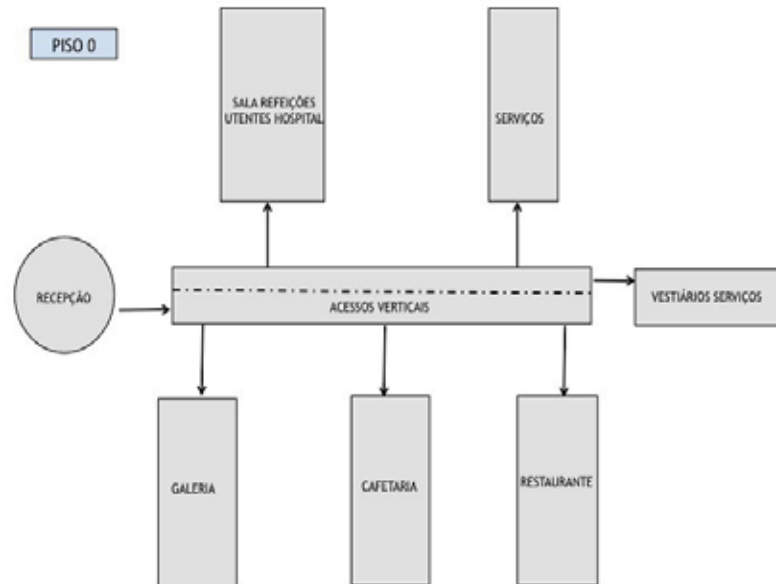


Figura 5.20 - Organograma de distribuição, piso 0

No piso 1, estão localizadas as áreas de lazer distribuídas por cada um dos corpos. As áreas sociais estão localizadas nos corpos frontais, tais como o bar, casino e sala polivalente, com excepção da sala de convívio. Na parte exterior encontra-se a piscina e uma cafetaria de apoio que serve todo o espaço de lazer destinado aos hóspedes da Pousada.

No corpo dos serviços temos toda a secção de administração e do Hospital, iniciam-se a distribuição dos quartos.

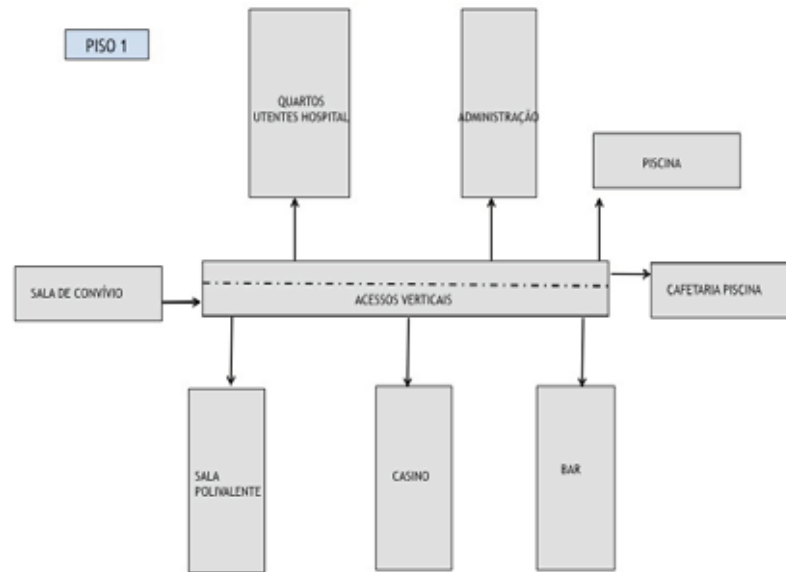


Figura 5.21- Organograma de distribuição, piso 1.

Nos pisos superiores, neste caso os pisos 2 e 3, os quartos distribuem-se por corpo e por zonas. Apenas na zona pública é que se organizaram os quartos segundo uma lógica tipológica, apesar de que todos os quartos podem ser facilmente adaptados para outras tipologias. As dimensões dos quartos de hóspedes da Pousada são repetitivas e seguem uma lógica igual em cada ala. O mesmo se segue nas zonas do hospital e de serviços. As salas de convívio situam-se nas extremidades do volume central.

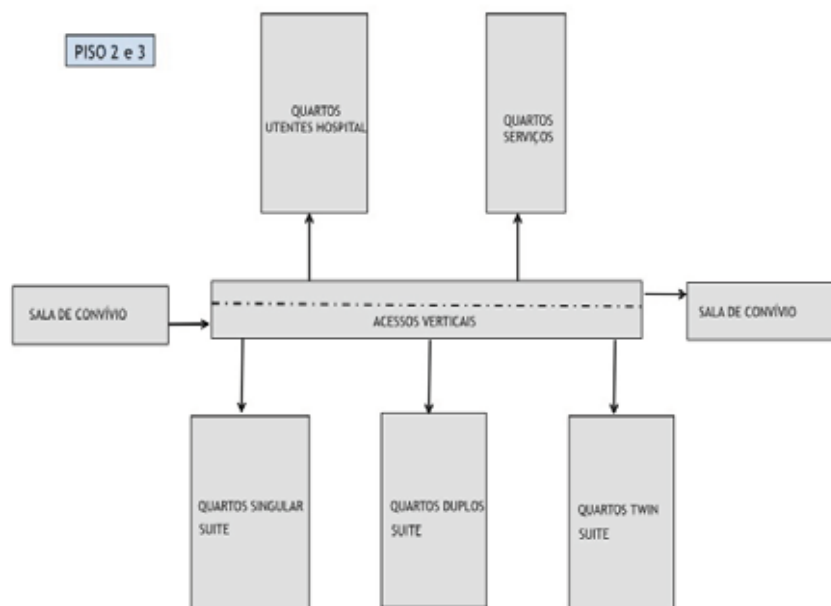


Figura 5.22 - Organograma de distribuição, piso e 3

Acessos

Os acessos para o interior do parque podem ser feitos por quatro entradas distintas: duas localizadas a Oeste, junto ao Largo Conde Fontana, e outras duas na zona Norte, a partir da Rua de Camões e do Largo Rainha D. Leonor, junto ao Hospital Termal. As entradas mais próximas para a Pousada, são as mencionadas na zona Norte, e são ao mesmo tempo, as mais favoráveis, devido aos percursos pedonais que surgem da baixa da cidade e da existência de estacionamento em ambas as entradas.

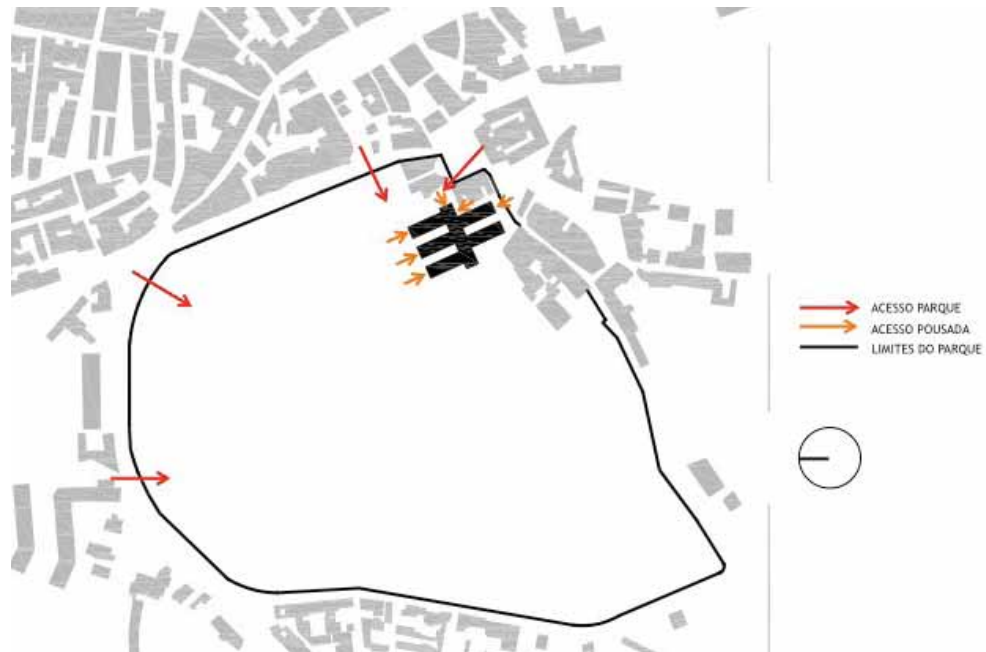


Figura 5.23 - Esquema de acessos do Parque e Pousada.

Os acessos da Pousada funcionam de formas distintas, segundo as zonas públicas, de serviços e do Hospital. As zonas públicas têm entradas directas nas extremidades dos corpos e na recepção permitindo uma ligação directa com a Pousada nos diferentes espaços. Estes acessos são as entradas principais da Pousada e foram escolhidas pelo próprio posicionamento do edifício com a envolvente, uma vez que se encontra direccionado para o centro do parque.

As entradas do pessoal dos serviços são feitas directamente no corredor de circulação situado na nave central do edifício, do lado oposto ao corredor da zona social. Este corredor, é unicamente utilizado pelo pessoal dos serviços de forma a facilitar o trabalhos necessários à manutenção e assistência à Pousada, sem que assim haja um fluxo de circulações cruzadas.

A entrada de acesso aos utentes e funcionários do Hospital Termal é feita do mesmo modo pela extremidade do corpo Este, através de umas escadas exteriores que dão directamente da rua Rafael Bordalo Pinheiro. Também é possível aceder a esta entrada dando a volta pelas traseiras do edifício adjacente à Pousada, se assim se justificar.

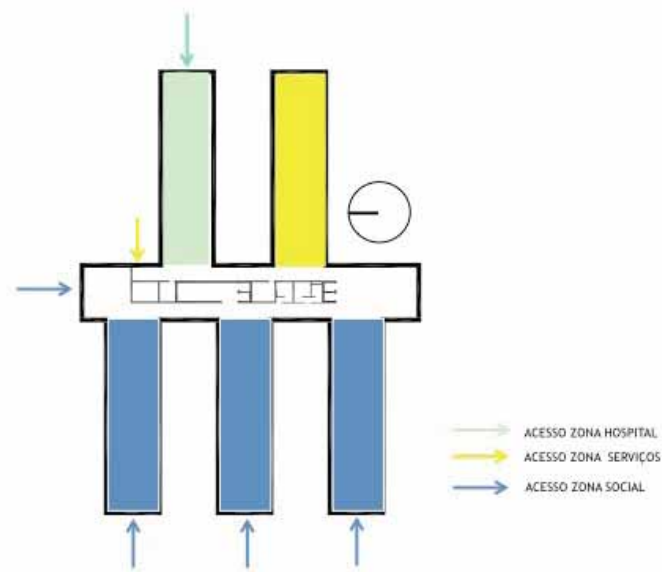


Figura 5.24 - Acessos das distintas zonas

Quanto aos acessos verticais, a disposição das caixas de escadas e elevadores, estão posicionados estrategicamente para que cada corpo funcione de forma independente. Em ambos os corpos de cariz privado, os acessos verticais são realizados na mesma lógica espacial, situando-se na extremidades interiores do corpo, em conjunto com os elevadores de acesso. Ambas as escadas estão equipadas com portas corta-fogo. Apenas em caso de emergência, as saídas podem ser realizadas de forma comum em dois pontos de encontro distintos. Os pisos superiores dos hóspedes da Pousada são desafogadas no Piso 1, por uma escada de emergência localizada perto da saída. Nas áreas de serviço e de utentes, as saídas podem ser realizadas também até ao Piso 1, ou no piso inferior.

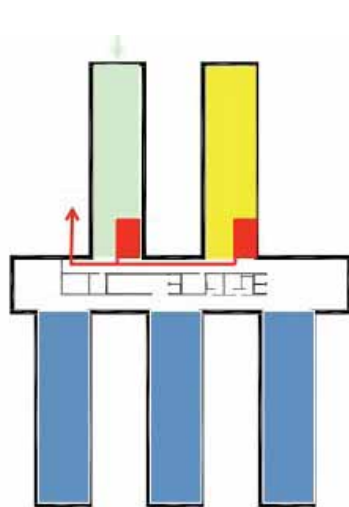


Figura 5.25 - Saídas de Emergência Piso 0

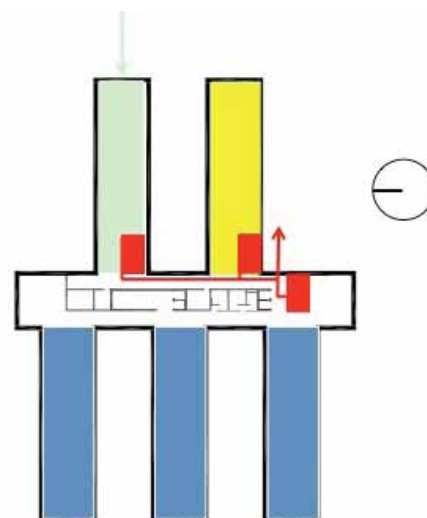


Figure 5.26 - Saídas de Emergência piso 1.

Acabamentos

As paredes interiores do edifício são de dois tipos: de betão e de tijolo cerâmico vasado. Prevê-se paredes de betão em todas as escadas de acesso verticais e elevadores, com uma espessura de 0,30m, regularizadas com rebocos de cor branca de 0,02m. As paredes de tijolo cerâmicos variam de dimensões conforme a definição dos espaços. Na maioria dos espaços sociais, as paredes funcionam sobre um só pano, à excepção das divisórias dos quartos optou-se por uma solução mista de tijolos de 0,11x0,19x,39m e isolamento acústico de 0,03m. Apenas nos casos de simetria dos quartos, a mesma solução mas com caixa de ar de 0,05m.

Os tijolos cerâmicos são colocados com juntas de argamassa de cimento de 0,015m de espessura com mistura de fibra de vidro para aumentar a resistência e evitar possíveis fissuras.

Os pavimentos nas áreas sociais e da zona do hospital são de mármore Estremoz Branco nos pisos 0 e piso 1, e nos pisos 2 e 3 dos quartos são de soalho de madeira tipo Merbau. O único caso de excepção é a sala polivalente que tem pavimento de madeira para melhor isolamento acústico. As escadas de acesso verticais são de betão revestidas com mármore. As instalações sanitárias são do mesmo material.

Os pavimentos das áreas de serviços são de linóleo cor cinza claro, seguindo o mesmo nos arrumos e sala de AVAC. Nas zonas de águas, como cozinhas, vestiários e balneários e instalações sanitárias são de azulejo cerâmico antiderrapante e de fácil limpeza.

Todos os espaços da Pousada levam tectos falsos suspensos por réguas de alumínio. Os acabamentos dos tectos diferem consoante os espaços a servir. São utilizados tectos de gesso cartonado branco e madeira de diferentes formas. Estes tectos têm inúmeras vantagens para o edifício que, para além de conferirem um isolamento térmico e acústico, permitem a incorporação simples e eficiente das instalações técnicas (fios eléctricos, tubagens de condutas de ar, canalizações), possibilita a instalação de diversos tipos de iluminação directa ou indirecta e também permite ocultar outros elementos menos estéticos, como o varão das cortinas dos quartos. Outra vantagem importante para um edifício desta dimensão é a fácil manutenção e reparação, recorrendo apenas à substituição e não quebra dos elementos construtivos. Em termos estéticos, confere uma aos espaços simplicidade e requinte quando bem trabalhado e ao mesmo tempo, possibilita a diferença de alturas nos espaços a servir que, neste caso, era um dos desafios mais difíceis de controlar.

Nos acabamentos das paredes e dos tectos, espera-se optar por materiais de qualidade superior que confirmam uma boa durabilidade e resistência nas diferentes áreas a intervir.

Nas zonas de águas, prevê-se um revestimento de pedra ardósia nas zonas públicas em todas as instalações sanitárias, com exceção das zonas de serviços, cozinhas, instalações sanitárias, balneários e arrumos que são revestidas a azulejo cerâmico liso.

Os acabamentos interiores das paredes nas áreas sociais e corredores de acesso públicos, tanto da zona do Hospital como da Pousada, são de estuque branco e compostos com lambrins de 1,2m de altura e 0,03m com o mesmo tipo de mármore do pavimento, diferenciando-se apenas nas zonas de acesso aos serviços. Nos corredores de acesso aos quartos, segue-se a mesma lógica dos lambrins iguais ao pavimento, que neste caso são de madeira, nos pisos 2 e 3. Estes elementos permitem baixar o pé direito do espaço, tornando-o mais acolhedor, ao mesmo tempo que protege as paredes de possíveis choques.

Nas zonas de serviços prevê-se a mesma utilização de revestimento com azulejos cerâmicos de cor clara, com uma altura igual e espessura de 0,02m. O restante revestimento da parede é também de estuque cor branca com a mesma espessura.

Exterior

Os trabalhos de arranjos exteriores complementam a integração do local onde o edifício se insere. Uma vez que a sua implantação se situa num parque com uma vasta diversidade de elementos arborizados, espaços de repouso e um lago, pensou-se na criação de um jardim exterior da mesma forma romântico e como complemento, uma fonte de água central e um espelho de água situado junto ao muro de suporte. O espelho de água salvaguarda o acesso das pessoas às zonas de serviço que se encontram no interior, ao mesmo tempo que complementa o espaço. Também no exterior foram pensados em dois pátios semelhantes que ocupam os espaços entre os corpos sociais da Pousada, para que haja uma interação cruzada entre os diferentes corpos e o parque. Os pátios exteriores são compostos por áreas de vegetação curta composta por pedras de jardim decorativas (seixo rolado branco de diferentes densidades e dimensões) e os pavimentos de circulação são de pedra natural traverino de cor clara. Na cobertura dos pátios existe um ripado de madeira que assenta sobre as paredes de alvenaria exteriores e torna o espaço mais acolhedor.

Na zona da piscina o pavimento é de relvado natural, com pavimentos de deck na esplanada e na zona de esteiras.

Na realização destes arranjos, prevê-se a plantação de arvoredos, remoção de terras, construção de muros delimitadores, patamares, caminhos e escadas de acesso exterior à Pousada.

Legislação

Tomou-se como base de elaboração do projecto, as normas legais e regulamentares aplicáveis à construção de uma Pousada, nomeadamente as normas do Plano Director Municipal das Caldas da Rainha (PDM), Plano de Urbanização das Caldas da Rainha, o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU) no D.L n38 38 382/1951, Regulamentos de estabelecimentos hoteleiros no D.L n 106/2012 e D.L 82/2008 e o regime de acessibilidade do D.L n163/ 2006.

Bibliografia

Livros

Baptista, Mário, 1997. *Turismo Competitividade Sustentável*. Lisboa: Editorial Verbo.

Calvino, Ítalo. *As cidades Invisíveis*. Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, Augusto da Silva, 1885. *Memória das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Edição da Livraria Ferin.

Cunha, Licínio, 1997. *Economia e Política do Turismo*. Edição nº. 3170. Lisboa: Editorial Verbo.

Cunha, Licínio, 2001. *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.

Esperança, Eduardo Jorge, 1997. *Património e Comunicação - Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega.

Garret, Almeida, 1829. *Da educação*. Londres.

Mangorrinha, Jorge, 1999. *Pavilhões do Parque: Património e Termalismo nas Caldas da Rainha*. Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.

Mangorrinha, Jorge, 1999. *Pavilhões do Parque: Património e Termalismo nas Caldas da Rainha*. Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.

Mangorrinha, Jorge, 2002. *À volta das Termas: Viagens no espaço e no tempo*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.

Ortigão, Ramalho. *Banhos de Caldas e Águas mineraes*. Porto: Livraria Universal.

Ortigão, Ramalho, 1871. *As Farpas: Chronica mensal e política, das letras e costumes*. Lisboa: Typhografia Universal.

Ortigão, Ramalho, 1987. *Turista de Portugal*. Lisboa: Instituto Rainha D. Leonor.

Pina, Paulo, 1988. *Portugal- O Turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.

Saramago, José, 1985. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Caminho.

Soares, Mário, 2004. *Caldas da Rainha em cem bibliografias*. 1ª Edição: Impressão Gracal.

Fontes de Internet:

Anon., *Cidades do Turismo: Breve história do turismo moderno e as sua relação com as cidades*. Disponível em: <http://www.cidadesturismo.com/2012/02/historia-do-turismo.html> (consultado em Julho, 2014).

Dicionário Histórico. Disponível em: <http://www.arqnet.pt>. (consultado em Junho)

Gazeta das Caldas, Disponível em: <http://www.gazetacaldas.com>, (consultado em Junho, 2014)

Howard, Ebenezer, 1996. *Cidades-Jardim de Amanhã*. São Paulo: Annablume editora-comunicação. Disponível em: <http://www.kilibro.com/books/9788527103190/cidades-jardins-de-amanha> (consultado em Junho, 2014).

Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Disponível em: www.ine.pt, (consultado em Junho 2014).

Fundação Mário Soares, Arquivo e Biblioteca. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt>, (consultado em Julho)

Anon., Restos de Colecção: Exposição do Mundo Português em 1940. Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html>, consultado em (Junho, 2014).

Anon., *Restos de Colecção: Portugal na Exposição Internacional de Paris*. <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/portugal-na-exposicao-internacional-de.html> (consultado em Junho 2014).

Anon. *Tourism theories*. Disponível em: <http://www.tourismtheories.org/?p=341> (consultado em Junho)

Turismo de Portugal, i.p: www.turismodeportugal.pt (consultado em Junho)

Artigos e revistas:

Alberti, Leon Batista, 1755. *The architecture of Leon Batista Alberti in Ten Books*. London.

Cunha, Licínio. *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios*. Fluxos&Riscos nº1, P.127-149. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2516/1958>, (consultado em Julho 2014).

Anon. *Hospital Termal das Caldas da Rainha em cinco séculos de história*. Disponível em: <http://www.cdi.ensp.unl.pt/docbweb/multimedia/revsp1984-3/03-1984-3.pdf>, (consultado em Julho, 2014)

Pina, Paulo, 1988. *O Turismo em Portugal: O advento, 1820-1910*.

Pina, Paulo, 1990. *Termas Sempre*. Turismo.

Pina, Paulo, 1991. *O Turismo, O advento, 1820-1910*. Turismo, Edição da Direcção Geral de Turismo, Jan. Fev. Março 1991, n.ºs. 24 a 26, Ano III, Série 1.

Sylvan, Fernando, 1963. *Filosofia e Política do Turismo em Portugal*. I Congresso Nacional do Turismo. Lisboa.

Spartley, Ricardo, 1936. *Organização do Turismo em Portugal, I Congresso Nacional do Turismo*. Lisboa.

SPP, *Sociedade Propaganda de Portugal*, 1915, Boletim, ano 9º, nº1.

SPP, *Sociedade Propaganda de Portugal*, 1916, ano 10º, nº3.

Simões, Luis. *Cidade-jardim em Coimbra- Bairro Norton de Matos e Salum*.

Diegues, Paulo & Martins, Vitor, 2010. *Águas termais, riscos e benefícios para a saúde*. Direcção Geral da Saúde. http://www.ipq.pt/Backfiles/apresentacoes_CS04/%C3%81guas%20termais_DGS.pdf, (consultado em Julho, 2014)

Turismo de Portugal, IP, 2007. *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal.

Teses, Dissertações e Ensaios:

Carvalho, Paulo; Silva, Susana. *Repensar estratégias para o turismo termal em Portugal a percepção dos gestores das estâncias termais do centro*. Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.cegot.pt/Files/Downloads/Documentos-Publicos/Publicacoes/Grupo-3/C%20-%20Nacional/3%20-%20AtasEncontrosCientificos/17.pdf>, consultado em Junho 2014).

Lacerda, Rui, 2011. *Arquitectura Termal- Em busca do balneário perfeito*. Tese de Doutoramento. Escola Técnica Superior de Arquitectura, Corunha.

Quintela, Maria Manuel, 2004. *Cura termal: Entre as práticas “populares” e os saberes “científicos”*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/MariaManuelQuintela.pdf>, (consultado em Julho 2014).

Martins, Filomena & Albuquerque Helena. *A Inovação como aposta para o desenvolvimento turístico sustentável do litoral centro de Portugal*. Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro. Disponível em: http://ria.ua.pt/bitstream/10773/11084/1/A2_A%20INOVAÇÃO%20COMO%20APOSTA%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO.pdf, (consultado em Julho 2014).

Martin, Teresa. 2009. *Aglomerados termais portugueses Proveitos da sua revitalização na competitividade urbana*. Dissertação de Mestrado Integrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FAUP)

Silva, Susana. *O Turismo de saúde e bem-estar. Uma estratégia de desenvolvimento para a região centro de Portugal*. Universidade de Málaga, Espanha.

Pinto, Nuno, 2009. *Arquitectura termal portuguesa- Benefícios da sua recuperação*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade o Porto (FAUP).

Pires, Eliane Cristine Raab, 2004. *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*. Edição de Estudos Politécnico de Bragança (IPB). <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/222/1/70%20-%20As%20inter-relações%20turismo%20meio-ambiente%20e%20cultura.pdf>, (consultado em Julho 2014).